UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

EMILY RODRIGUES SILVA

# O IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID 19 SOB O PRISMA DOS (DAS) ESTUDANTES ASSISTIDOS (AS) PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA/UFRPE.

RECIFE
2023

EMILY RODRIGUES SILVA

# O IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID 19 SOB O PRISMA DOS (DAS) ESTUDANTES ASSISTIDOS (AS) PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA/UFRPE.

Dissertação apresentada à banca de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste – Mestrado Profissional do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

**Área de concentração:** Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

**Orientadora:** Profª. Drª. Maria Fernanda dos Santos Alencar

RECIFE

2023

Catalogação na Fonte
Bibliotecária Maria Betânia de Santana da Silva, CRB4-1747

S586i Silva, Emily Rodrigues.
O impacto da pandemia do COVID 19 sob o prisma dos (das) estudantes assistidos(as) pela política de assistência estudantil da unidade acadêmica de Serra Talhada/UFRPE / Emily Rodrigues Silva. - 2023.
179 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Fernanda dos Santos Alencar.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2023.
Inclui referências.

1. Política Social. 2. Universidades e faculdades públicas. 3. Estudantes - Estratificação social. 4. Estudantes – Programas de assistência. 5. COVID-19, Pandemia de, 2020- I. Alencar, Maria Fernanda dos Santos (Orientadora). II. Título.

351 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2024 – 004)

**EMILY RODRIGUES SILVA**

# O IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID 19 SOB O PRISMA DOS(DAS) ESTUDANTES ASSISTIDOS(AS) PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA/UFRPE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste.

Aprovada em: 07/12/2023

**BANCA EXAMINADORA**

_____

Prof.ª Dr.ª Maria Fernanda dos Santos Alencar (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho ao colega de turma Jonathan Joaquim dos Santos Reis (*in memoria)* que hoje intercede pela Turma MGP 18.

## AGRADECIMENTOS

O processo de construção da pesquisa em meio à pandemia foi um desafio rodeado de obstáculos que ensejaram inúmeras incertezas relacionadas à continuidade deste trabalho. Porém, se de um lado existia o conturbado processo de adaptação a um novo estilo de vida decorrente da pandemia do Covid-19, do outro, estavam aqueles e aquelas com quem dividi os impasses e avanços desta pesquisa.

Agradeço Àquele a quem recorro diariamente, agradecendo e oferecendo minhas dores e alegrias, pedindo o discernimento para continuar no exercício de viver o momento presente. Junto a Deus, agradeço à Padroeira de Serra Talhada, Nossa Senhora da Penha, que intercede por mim e atende aos meus vários pedidos, inclusive de conclusão deste trabalho.

À base de muita emoção, agradeço à Angelita, Fabrícia, Rodrigo, Ailton e Fábia que além de parceiros e parceiras de trabalho são minha rede de apoio e foram fundamentais para o andamento da dissertação. A vocês, que ao longo desses anos foram me lapidando, tornando-me melhor, meu agradecimento mais profundo.

À turma MGP 18 que, mesmo virtualmente, uniu-se e torce por cada um e cada uma que conquista as etapas desse processo.

De forma muito especial, agradeço à Profª Maria Fernanda por quem me encantei na primeira aula do MGP quando, ao apresentar a discussão acerca de políticas públicas, mostrou-me o seu direcionamento ético-político do qual comungo. Agradeço por ter me escolhido como orientanda e pela sensibilidade, preocupando-se também com minhas questões particulares. Com isso, foi possível dar leveza a essa fase da minha vida profissional. A forma de trabalho exercida por você, Profª Maria Fernanda, confirma que é possível transgredir os formatos tradicionais de ensino que muitas vezes compartimentizam os sujeitos entre mente, corpo e alma. Levo essa aprendizagem, traduzida em atos de amor concretos, para a vida. Muito obrigada!!

Agradeço aos Professores Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda e André Gustavo Ferreira da Silva que aceitaram e contribuíram significativamente com o desenvolvimento da pesquisa.

À UFRPE, em especial à Pró-reitoria de Gestão Estudantil (PROGESTI), por facilitar o acesso às informações pertinentes à pesquisa.

Agradeço aos meus pais, que sempre torceram por mim, através de suas orações e amor concreto, junto a eles, aos meus irmãos e minha avó que me acolheram em alguns momentos

quando me “mudava” para a sua casa e me permitiam que me dedicasse por mais tempo aos estudos.

Por fim, a todos e todas que direta ou indiretamente fizeram parte desse processo de formação profissional.

## RESUMO

A pandemia do Covid 19 se alastrou no Brasil de forma veemente em março de 2020 e potencializou a desigualdade social. Vivenciou-se nesse período uma forma de organização político-econômica que aprofundou as expressões da questão social ao passo que deslegitimava as históricas conquistas sociais materializadas em direitos sociais. A política de educação superior pública foi uma das que mais sofreu com as medidas tomadas ao longo da histórica mais recente pelas intervenções realizadas durante a gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro por meio de cortes no orçamento público que configuraram o desfinanciamento e contribuíram para a precarização das IFES. O isolamento social, como medida de diminuição da disseminação do vírus SARS CoV-2, provocou o esvaziamento temporário das IFES. Assim, a comunidade acadêmica reconfigurou suas formas de desenvolvimento das atividades. Diante deste contexto, este estudo buscou compreender os impactos causados pela pandemia do Covid 19 na realidade dos (as) estudantes assistidos (as) pela política de assistência estudantil da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, a qual compõe a UFRPE. A pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório e teve como participantes os (as) discentes inseridos (as) na modalidade Apoio Acadêmico do Programa de Apoio ao Discente. Para a coleta de dados foram utilizados o formulário *Google Forms* e a entrevista semiestruturada. A técnica de análise de dados foi a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) e utilizou-se do *software* Iramuteq para compreender as interligações entre as falas dos (as) entrevistados (as). Os resultados identificaram: 1) que o impacto da pandemia do Covid 19 para os(as) discentes ocorreu de forma diferente para determinados grupos de estudantes assistidos(as) de acordo com a localização geográfica em cuja família de origem está inserida; 2) a dualidade da política de assistência estudantil; 3) a importância das ações de assistência estudantil para a permanência e conclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade social; 4) os principais obstáculos que marcam a assistência estudantil.



**Palavras – chave:** Política social. Desigualdade social. Política de Educação Superior Pública. Assistência Estudantil. Pandemia covid 19.

**ABSTRACT**

The Covid 19 pandemic spread vehemently in Brazil in March 2020 and increased social inequality. During this period, a form of political-economic organization was experienced that deepened the expressions of the social issue while delegitimizing historical social achievements materialized in social rights, consequently social inequalities increased. The public higher education policy was one of those that suffered most from the measures taken throughout history, more recently, due to the interventions carried out during the administration of former president Jair Messias Bolsonaro through cuts that resulted in defunding and contributed to precariousness of IFES. The pandemic has deepened these inequalities. Social isolation, as a measure to reduce the spread of the SARS CoV-2 virus, caused the temporary emptying of IFES. Thus, the academic community reconfigured its ways of developing activities. Therefore, this study understood the impacts caused by the Covid 19 pandemic on the reality of students assisted by the student assistance policy of the Serra Talhada Academic Unit, a Unit that makes up UFRPE. Understanding this context was based on a qualitative methodological approach, of a descriptive and exploratory nature. The research subjects were students included in the Academic Support modality of the Student Support Program. For data collection, the Google Forms form and semi-structured interviews with five students were used. The data analysis technique was based on the conception of Bardin (1977) and used the Iramuteq software to understand the interconnections between the interviewees. From this, it was possible to describe the reality experienced by students assisted by PNAES, during the period of the covid19 pandemic, identify the main difficulties faced by students assisted by PNAES during the period of the covid 19 pandemic and verify the direct and indirect impacts of assistance programs student in the reality experienced by students assisted in the pandemic scenario. The research made it possible to understand aspects that, after the expansion and internalization of IFES, have not yet been included in research documents: the impact of the covid 19 pandemic on students occurred differently for certain groups of students assisted according to with the location of origin, in addition, the results obtained confirmed the duality of the student assistance policy while both ratifying the importance of student assistance actions and highlighting their main obstacles.

Keywords: Social policy. Social inequality. Public Higher Education Policy. Student Assistance. Covid 19 pandemic.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES


Quadro 1 Distribuição dos discentes assistidos (as) na UFRPE.....18
Quadro 2 Ações Pecuniárias da Assistência Estudantil da UFRPE .....19
Quadro 3 Legitimação da iniciativa privada inserida no texto constitucional .....30
Quadro 4 Perfil dos beneficiários indevidos detectados/ agosto.....52
Quadro 5 A educação para os 100 primeiros dias de governo Bolsonaro….....63
Quadro 6 Percurso histórico da política de assistência estudantil no Brasil.....81
Quadro 7 Editais referentes ao Auxílio Emergencial de Inclusão Digital .....85
Quadro 8 Orçamento do PNAES destinado à UFRPE……..…….....86
Quadro 9 Orçamento da assistência ao estudante do ensino superior .....86
Quadro 10 Distribuição dos e das discentes do PAD por modalidade….....91
Quadro 11 Histórico de adesão ao formulário.....95
Quadro 12 Histórico de entrevistas realizadas .....98
Quadro 13 Comparativo entre as realidades socioeconômicas dos domicílios localizados nas áreas urbana e rural .....109
Quadro 14 Comparativo renda mensal bruta e localização da residência de origem.....115
Quadro 15 Equipamentos utilizados antes da pandemia ..... 135
Gráfico 1 Distribuição dos (as) discentes.....103
Gráfico 2 Distribuição dos (as) discentes por turno .....103
Gráfico 3 Distribuição dos (as) discentes por faixa etária .....103
Gráfico 4 Distribuição dos (a) discentes por identidade de gênero .....104
Gráfico 5 Distribuição dos (as) discentes por orientação sexual .....105
Gráfico 6 Distribuição dos (as) discentes por cor/raça .....106
Gráfico 7 Distribuição dos (as) discentes por estado civil .....107
Gráfico 8 Estado de origem dos (as) discentes.....108
Gráfico 9 Localização da cidade de origem.....108
Gráfico 10 Membros da família de origem .....111
Gráfico 11 Quantitativo de membros da família .....111
Gráfico 12 Estrutura física do domicílio .....112
Gráfico 13 Esgotamento sanitário .....113
Gráfico 14 Abastecimento de água .....113
Gráfico 15 Principais fontes de renda .....114

Gráfico 16 Renda bruta mensal .....114
Gráfico 17 Acesso a programas de transferência de renda .....115
Gráfico 18 Acesso à alimentação .....116
Gráfico 19 Acesso à transporte .....117
Gráfico 20 Tempo de deslocamento .....118
Gráfico 21 Custos com transporte (s) .....119
Gráfico 22 Condições de saúde na pandemia .....123
Gráfico 23 Renda familiar .....125
Gráfico 24 Quantitativo de domicílios contemplados pelo Auxílio Emergencial .....126
Gráfico 25 Principais causas do endividamento .....128
Gráfico 26 Acesso à alimentação .....128
Gráfico 27 Bolsa de apoio acadêmico como principal fonte de renda .....130
Gráfico 28 Principais necessidades atendidas pela bolsa de apoio acadêmico .....131
Gráfico 29 Atendimento às principais necessidades .....132
Gráfico 30 Participação dos discentes no Auxílio Emergencial de Inclusão Digital .....134
Gráfico 31 Impressões sobre o AEID .....136
Gráfico 32 Acompanhamento das atividades acadêmicas no ERE.....137
Gráfico 33 Rede de internet utilizada para acessar às atividades acadêmicas .....139
Gráfico 34 Redes de comunicação utilizadas para acompanhamento das atividades acadêmicas.....140
Gráfico 35 Aprendizagem durante a pandemia .....142
Figura 1 Financiamento do Programa Bolsa Família ..... 53
Figura 2 Comparativo entre as Políticas Sociais de assistência estudantil e de assistência social.....72
Figura 3 Etapas da fase de análise de conteúdo .....100
Figura 4 Análise de similitude formulada pelo *software Iramuteq* .....122

## LISTA DE SIGLAS

| | |
|---|---|
| AB | Auxílio Brasil |
| AE | Auxílio Emergencial |
| ANDES | Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior |
| CAPS | Centros de Atenção Psicossocial |
| CGU | Controladoria Geral da União |
| COGESTI | Coordenadoria de Gestão Estudantil e Inclusão |
| CONASS | Conselho Nacional de Secretários de Saúde |
| CONSEA | Conselho Nacional de Segurança Alimentar |
| CONSU | Conselho Universitário |
| DA | Diretório Acadêmico |
| DCE | Diretório Central dos Estudantes |
| EC | Emenda Constitucional |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| ERE | Ensino Remoto Emergencial |
| ESF | Estratégia de Saúde da Família |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FONAPRACE | Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários Educacionais. |
| IA | Insegurança Alimentar |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IFES | Instituições Federais de Ensino Superior |
| INESC | Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos |
| MEC | Ministério da Educação |
| MMFDH | Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos |
| MPC | Modo de Produção Capitalista |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| ONG | Organização não governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PACS | Programa de Agentes Comunitários de Saúde |
| PAD | Programa de Apoio ao discente |
| PAG | Programa de Apoio à Gestante |
| PAI | Programa de Apoio ao Ingressante |

| | |
|---|---|
| PBF | Programa Bolsa Família |
| PEC | Proposta de Emenda Constitucional dos Precatório |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PLE | Período Letivo Excepcional |
| PNAES | Programa Nacional de Assistência Estudantil |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PPE | Programa de Promoção ao Esporte |
| PROGESTI | Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão |
| PRUG | Programa de Residência Universitária da Graduação |
| RBC | Renda Básica de Cidadania |
| REUNI | Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| RU | Restaurante Universitário |
| SARG | Síndrome Aguda Respiratória |
| SISAN | Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| UABJ | Unidade Acadêmica de Belo Jardim |
| UACSA | Unidade Acadêmica de Cabo de Santo Agostinho |
| UAST | Unidade Acadêmica de Serra Talhada |
| UFRPE | Universidade Federal Rural de Pernambuco |
| TDIC | Tecnologias Digitais da Informação |

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO.....16**

**2 O PAPEL DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS.....25**

2.1 O BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS FORMAS DE ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL..... 34

2.2 A GESTÃO DO PRESIDENTE JAIR MESSIAS BOLSONARO: O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO E A DESREGULAMENTAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS..... 44

**3 O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO GOVERNO BOLSONARO: "POLITICAGEM, IDEOLOGIZAÇÃO E BALBÚRDIA" X "EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA".....54**

3.1 BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA ERA VARGAS AO GOVERNO MICHEL TEMER .....54

3.2 O FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PRECARIZAÇÃO DAS IFES NO GOVERNO BOLSONARO..... 61

**4 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19..... 70**

4.1 O CARÁTER ASSISTENCIAL DO ESTADO, ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS E O ASSISTENCIALISMO..... 70

4.2 O PERCURSO HISTÓRICO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....74

**4.2.1 Características e Particularidades da Assistência Estudantil na Universidade Federal Rural de Pernambuco.....83**

**5 ITINERÁRIO METODOLÓGICO.....88**

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....88

5.2 CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA.....90

5.3 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....93

5.4 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS RESULTADOS..... 98

**6 ANÁLISE DO IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID 19 SOB O PRISMA DOS(DAS) ESTUDANTES INSCRITOS(AS) NA BOLSA DE APOIO ACADÊMICO NA**

**UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA/UFRPE.....102**
6.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS (DAS) DISCENTES.....102
**6.1.1 Identificação dos(as) discentes.....102**
**6.1.2 Características Familiares..... 110**
6.1.2.1Composição Domiciliar.....110
6.1.2.2Estrutura Domiciliar.....112
6.1.2.3 Empregabilidade e renda.....114
**6.1.3 Características acadêmicas.....117**
6.2 A REALIDADE SOCIOECONÔMICA DOS(AS) DISCENTES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID 19: PRINCIPAIS DIFICULDADES E FORMAS DE ENFRENTAMENTO .....121
**6.2.1 Saúde e violência doméstica.....123**
**6.2.2 Renda e endividamento..... 126**
6.3 AÇÕES DO PNAES NA UAST DURANTE A PANDEMIA: IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS.....129
**6.3.1 Bolsa de apoio acadêmico e atendimento às necessidades..... 130**
**6.3.2 Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e o acesso a equipamentos tecnológicos**.134
**6.3.3 Ensino Remoto Emergencial e desenvolvimento das atividades acadêmicas.....137**
**6.3.4 Condições de saúde mental durante a pandemia.....142**
**CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 146**
**REFERÊNCIAS..... 152**
**APÊNDICE I - ESTRUTURA DO *GOOGLE FORMS*.....166**
**ANEXO II - QUESTÕES NORTEADORAS PARA ENTREVISTA.....180**

## 1 INTRODUÇÃO

O esvaziamento provisório de parte dos espaços públicos e privados no Brasil, exceto daqueles considerados serviços essenciais pelas normas legais, foi uma das medidas adotadas pelas autoridades competentes após o surgimento do SARS-CoV-2, vírus causador da doença chamada Covid-19, que deu início à pandemia em 2020. A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia, orientando os países acerca das medidas imediatas a serem adotadas com o objetivo de mitigar a disseminação do vírus.

Perante esse contexto, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) buscaram caminhos para garantir o processo de formação dos (as) estudantes e um deles foi o ensino remoto emergencial (ERE). A partir disso, a desigualdade educacional na educação superior passa a evidenciar o impacto da desigualdade social comprometendo o acesso, a permanência de estudantes e, assim, o direito à educação superior pública. Para parcela desse público as problemáticas socioeconômicas já existentes se aprofundaram durante a pandemia. A articulação desses fatores somada ao contexto político-econômico gerou uma crise humanitária, "pela sua alta transmissibilidade e impactos sociais e econômicos" (Santos *et al.*, 2020, p. 02).

A desigualdade social é evidenciada no relatório da Organização não governamental (ONG) Oxfam (2022, p. 02) intitulado "A Pandemia de Desigualdade no Brasil" o qual aponta que "a riqueza dos 10 homens mais ricos dobrou, enquanto a renda de 99% da humanidade está pior por causa da covid-19" e que "de abril de 2020 a abril de 2021, estima-se que 377 brasileiros perderam o emprego por hora", impactando principalmente em mulheres e pessoas negras: "11,1% dos domicílios chefiados por mulheres e 10,7% dos domicílios liderados por negros passavam fome no final de 2020". Ainda acerca da desigualdade social na pandemia, o Relatório da Rede PESSAN (2022), Insegurança Alimentar e Covid-19, confirma a problemática da fome na pandemia ao apresentar a relação entre rendimento familiar e insegurança alimentar: "As análises mostraram que em qualquer estado, as famílias mais propensas ao acesso inadequado aos alimentos e, portanto, mais vulneráveis à insegurança alimentar (IA) são aquelas com renda inferior a 1/2 SMPC (salário mínimo per capita)" (Rede PESSAN, 2022, p. 39).

Dados acerca da violência contra mulher, também abordados pela Oxfam (2022), foi apresentado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em

2022: “no primeiro semestre de 2022, a central de atendimento registrou 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica contra as mulheres” (BRASIL, 2022)[1].

A desigualdade educacional é tratada no estudo de Woicolesco e Morosino (2022) ao destacarem que mais de 50% dos domicílios localizados na área urbana possuem computadores com acesso à internet e apenas 17% das residências localizadas na área rural têm computadores com acesso. Esses dados contribuem para ilustrar a realidade socioeconômica da população brasileira na vigência do isolamento social recomendado pelas organizações competentes. Em tal realidade incluíam-se parcela de estudantes do ensino superior, interferindo nas condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos pelos (as) estudantes.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado a partir da política de democratização do ensino superior, através da interiorização das universidades, possui papel significativo para a permanência de discentes advindos de camadas marginalizadas da sociedade, conforme afirmam os estudos de Araújo *et al.* (2019) e Julião, Pereira e Ferreira (2022).

No governo de Lula, em 2007, foi instituído o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), regulamentado pelo Decreto Presidencial 6.096/2007. O programa foi responsável pelo processo de expansão das IFES com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino e promover a inserção na política de educação superior. Para isso, tornou-se necessário atender a necessidades advindas das condições socioeconômicas de segmentos da sociedade proveniente de camadas em situação de vulnerabilidade social, a qual modificou o perfil dos discentes das IFES, por meio de políticas afirmativas que garantissem não apenas o acesso, mas a permanência e conclusão no ensino superior público.

As discussões para instituição dessas políticas ocorreram em espaços como o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Educacionais (FONAPRACE) com a presença de vários segmentos da comunidade acadêmica que culminaram na regulamentação do Decreto 7.432/10. A normativa estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil, transferindo a política de assistência estudantil da arena de política pública de governo para política pública de estado.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem por finalidade “ampliar

[1]Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar. Acesso em 16 de maio de 2023.

as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal" (BRASIL, 2010), além de nortear o desenvolvimento da política de assistência estudantil na educação superior pública através da implementação de ações em dez áreas como moradia, alimentação, saúde, inclusão digital, inclusão de pessoas com deficiência, dentre outras.

Durante o ensino remoto emergencial houve a continuidade da referida política de assistência estudantil nas IFES, contribuindo com o andamento das atividades acadêmicas dos (as) discentes assistidos (as). Segundo Cunha *et al.* (2022, p. 06), a assistência estudantil contribuiu no período de ERE "não apenas com a inclusão social a partir da permanência dos (as) estudantes por meio da oferta de auxílios financeiros [...], mas auxiliar nos desafios infligidos pelo distanciamento social [...]". Medeiros e Guimarães (2021, p. 22/23) apontam que "se torna significante a adoção dessa política visando prover o (a) graduando (a) na vivência acadêmica". Dessa forma, confirmam a importância das ações do PNAES nesse contexto e que, apesar de as ações terem sido implementadas de forma pontual, buscaram mitigar a desigualdade educacional.

Como forma de atender à finalidade do PNAES, a Universidade Federal Rural de Pernambuco promove como política institucional a Assistência Estudantil através da Pró-reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (PROGESTI). A Pró-reitoria, de acordo com o relatório de setembro de 2022[2], assistiu a 1.787 discentes da UFRPE.

Quadro 1: Distribuição dos (as) discentes assistidos (as) na UFRPE.

| **Local** | **Quantitativo** | **Percentual** |
|---|---|---|
| SEDE | 777 | 43% |
| UAST | 580 | 32% |
| UABJ | 102 | 5,7% |
| UASCA | 328 | 18% |

Fonte: Relação de beneficiário da COGESTI/UAST de setembro de 2022. Elaborado pela autora.

Os programas e auxílios da assistência estudantil contemplam discentes ingressantes e veteranos e possuem características diversas. Alguns são destinados, por exemplo, a estudantes que pariram após ingresso na UFRPE, à promoção ao esporte, à higiene pessoal de pessoas menstruantes, entre outros:

[2] Informações relativas ao período em que foi iniciado as pesquisas documentais para levantamento dos (as) discentes assistidos (as) na UFRPE, visando subsidiar a pesquisa de campo ocorrida em 2023.

Quadro 2: Ações Pecuniárias da Assistência Estudantil da UFRPE[3]

| **Programas** | **Resoluções** | **Valor** | **Objetivo** | **Local** |
|---|---|---|---|---|
| Programa de Apoio ao Ingressante (PAI) | Resolução CONSU/UFRPE nº 101 | Entre R$132,00 e R$152,00 | Atender às necessidades dos (as) recém ingressantes da UFRPE. | Sede<br>Unidades Acadêmicas |
| Programa de Apoio ao Discente<br>(PAD) | Resolução CONSU/UFRPE nº 190/2017 | Entre R$130,00 e R$379,00 | Promover a permanência de estudantes prioritariamente oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capta de até um salário mínimo e meio | Sede<br>Unidades Acadêmicas |
| Programa de Apoio à Gestante<br>(PAG) | Resolução CONSU/UFRPE nº 119/2018 | R$379,00 | Promover a permanência na UFRPE das discentes que tenham 01 filho ou filha, exceto no caso de gêmeos, após ingressarem na Universidade até o filho ou filha completar 03 anos e 11 meses | Sede<br>Unidades Acadêmicas |
| Programa de Promoção ao Esporte<br>(PPE) | Resolução CONSU/UFRPE<br>nº 189/2019 | R$379,00 | Incentivar a prática e o treinamento esportivo de estudantes /atletas para a participação | Sede<br>Unidades Acadêmicas |
| Programa de Residência Universitária<br>(PRUG) | Resolução CONSU/UFRPE<br>Nº 108/2016 | R$603,00 | Promover moradia custeada através recursos do MEC aos discentes que não têm a cidade de origem localizada na zona urbana da instituição de ensino pelo período regular do curso, podendo ser prorrogado por mais um semestre. | Sede e UAST |
| Programa de Volta ao Lar | Resolução CONSU/UFRPE nº005/2018 | Valor de acordo coma distância em Km para a cidade de origem | Política para os residentes para retorno à cidade de origem em período | Sede e UAST |

3

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | de recesso acadêmico | |
| Auxílio de Higiene Menstrual | Resolução CONSU/UFRPE nº 131/2021 | R$132,00 | Minimizar o impacto da pobreza menstrual nas (nos) jovens que já são assistidas (os) por algum benefício da assistência estudantil disponibilizado pela PROGESTI/UFRPE para os/as discentes que se encontram na condição de pessoa que menstrua. | Sede<br>Unidades Acadêmicas |
| Auxílio Saúde | Resolução CONSU/UFRPE nº 140/2018 | | Auxiliar os estudantes em eventuais e especializadas demandas de saúde. | Sede<br>Unidades Acadêmicas |
| Auxílio Moradia | Resolução CONSU/UFRPE nº 188/2019 | Entre R$368,00 e R$603,00 | Poderá ser concedido ao aluno onde não ocorra residência universitária ou em caso de indisponibilidade de vagas onde ocorrem as moradias estudantis. | UACSA e UABJ |

Fonte: Elaborado pela autora (2023)[4]

O processo de seleção para ingresso nos programas da assistência estudantil da UFRPE ocorre por meio de publicação de edital, sendo o Programa de Residência Universitária da Graduação o único que possui mais duas etapas, além da homologação da inscrição, que é comum a todos (as): a entrevista social e a visita domiciliar. Essas últimas etapas diferenciam o PRUG dos demais programas e proporcionam maior aproximação com a dinâmica da realidade vivenciada pelos discentes.

Além das ações pecuniárias, a PROGESTI possui outros serviços no âmbito da Psicologia, do Serviço Social, da Nutrição e dos Técnicos em assuntos educacionais. Tais profissionais atuam através de atribuições específicas ou conjuntamente, quando necessário.

Com as medidas sanitárias adotadas na pandemia, os espaços da UFRPE foram

[4] Disponível em: < http://www.progesti.ufrpe.br/br>. Acessado em 16/05/2023.

esvaziados imediatamente pela comunidade acadêmica e uma nova roupagem foi dada às formas de atuação para continuidade das atividades por esse público. A nova configuração das formas de trabalho impossibilitou a realização do monitoramento acerca da realidade dos (as) discentes assistidos (as), assim como a avaliação dos programas da assistência estudantil. Inúmeras reuniões online compostas pela equipe da PROGESTI foram realizadas visando compreender estratégias para concretização do PNAES respaldadas na dinâmica da nova realidade que se apresentava.

A UAST é uma das unidades acadêmicas da UFRPE, fruto do REUNI, localizada na área rural de Serra Talhada, fundada em 2006, e possui nove cursos de graduação e dois cursos de mestrado, os últimos criados em 2011. Nela estão matriculados 1.806 discentes nos cursos de graduação: 1.090 nos cursos noturno, 409 nos cursos diurno e 307 nos cursos da tarde (UFRPE, 2022).

A Política de Assistência Estudantil na UAST é executada através da Coordenadoria de Gestão Estudantil e Inclusão (COGESTI) composta pelo seguinte quadro de profissionais: 01 psicóloga, 02 assistentes sociais, 02 Técnicos em Assuntos Educacionais, 01 Nutricionista e uma funcionária uma recepcionista. Os (as) estudantes assistidos (as) na UAST correspondem a 32% do total do público a quem se destinam as ações do PNAES na UFRPE, conforme relatório de setembro de 2022. Durante a pandemia, as relações entre os (as) servidores (as) e discentes aconteceram de forma remota em que foi possível perceber que a potencialização das desigualdades sociais gerou dificuldades na forma de acesso, permanência e conclusão das atividades acadêmicas pelos (as) discentes na instituição.

As medidas sanitárias de proteção estabelecidas pela UFRPE em março de 2020, em consonância com as normativas nacionais e internacionais, exigiram que os (as) estudantes esvaziassem de forma imediata os espaços institucionais, incluindo as residências universitárias que possuíam pessoas de várias partes do país. Para esses (as), foi antecipado o Programa de Volta ao Lar, programa vinculado somente ao PRUG, para subsidiar o retorno deles (as) ao local de origem durante o recesso acadêmico, conforme descrito no Quadro 2.

O esvaziamento temporário da UAST exigiu a transferência dos espaços institucionais para o ambiente doméstico e, por conseguinte, reconfigurou os processos de trabalho dos servidores. Com isso, apesar de identificar mudanças nos aspectos socioeconômicos na realidade dos (as) discentes, houve dificuldade em sistematizar o seu acompanhamento de forma contundente.

O alinhamento do processo de trabalho ao contexto socioeconômico permitiu compreender que os (as) discentes assistidos (as) encontraram entraves associados à pandemia

os quais refletiram diretamente no processo de aprendizagem e expectativas quanto ao processo de formação. Essa compreensão surge ao considerar que o público-alvo do PNAES é proveniente de camada da sociedade que tem a garantia de direitos sociais comprometidos de acordo com o contexto socioeconômico em que estão inseridos. Por meio dessa reflexão, associada ao meu processo de trabalho, enquanto assistente social no âmbito do PANES, surgiu a motivação para aprofundar a temática Assistência estudantil no contexto da Covid 19.

Diante disso, apresentou-se a seguinte questão: Qual a perspectiva dos (as) discentes assistidos (as) pelo PNAES na Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE sobre o impacto da pandemia do Covid 19 na realidade vivida por eles (as)?

Para responder ao questionamento citado o estudo teve como objetivo geral compreender os principais impactos na realidade sob o prisma dos (as) discentes assistidos (as) pelo PNAES na UAST. E como objetivos específicos: 1) descrever a realidade vivenciada pelos estudantes assistidos (as) pelo PNAES no período da pandemia do covid19; 2) identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes assistidos (as) pelo PNAES no período da pandemia Covid 19; 3) verificar os impactos diretos e indiretos dos programas da assistência estudantil na realidade vivenciada pelos discentes assistidos (as) no cenário da pandemia.

A fim de se somar às discussões no campo teórico e prático da política de assistência estudantil, o estudo teve como pretensão contribuir com: 1) A (re) avaliação das ações de assistência estudantil e uma maior qualificação do processo de trabalho dos profissionais para a visualização das principais categorias sociais que perpassam os discentes inseridos na política. 2) possibilitar à comunidade acadêmica a visualização da importância da reafirmação da política de assistência estudantil nas instituições e, assim, da ampliação do seu financiamento e, por conseguinte, da democratização e das condições de acesso ao âmbito acadêmico, já que o número dos processos de seleção para os programas da assistência não condiz com a quantidade de discentes que têm perfil para a política, criando uma demanda reprimida; 3) compreender as possíveis novas categorias de análises surgidas com a pandemia, para além daquelas já consideradas no processo de análise socioeconômica; e 4) contribuir para a reconfiguração e melhoria do processo de trabalho com instrumentos que considerem a nova realidade dos discentes em situação de vulnerabilidade social da UAST.

Para melhor compreender as discussões que subsidiaram este estudo, optou-se por dividi-lo em seis Capítulos.

O primeiro tem como objetivo a contextualização da pandemia do covid19 no Brasil num cenário político e econômico instável e de implementação de mecanismos que contribuíram para o retrocesso de políticas sociais, potencializando os efeitos da crise que se

instaurou no governo Bolsonaro e se aprofundou durante a pandemia. Articulado a isso, foi abordada a política de educação superior pública e as formas de manutenção do desenvolvimento das atividades acadêmicas, especificamente as políticas de assistências estudantil, nas IFES, situando o campo de pesquisa deste estudo, a UAST nesse contexto, em meio à hegemonia do conservadorismo ultraneoliberal.

No segundo capítulo, o estudo foi aprofundado a partir da constituição dos estágios do desenvolvimento do capitalismo: 1) a conceituação da questão social e das suas expressões, assim como a forma como estas se apresentam na sociedade capitalista a partir do pensamento de Marilda Villela Iamamoto (2007); 2) as políticas sociais e a configuração do Estado nas formas de acumulação do capital a partir dos estudos de autores como Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2008) as quais se utilizam da perspectiva marxista para explicar as estratégias do capital na construção e condução das políticas sociais. Foi dada ênfase à configuração e reconfiguração dessas políticas nas conjunturas do Estado brasileiro, incluindo o período de pandemia do Covid 19, com base no contexto sociopolítico e econômico e na formação sócio histórica do país. Essas foram relacionadas às manifestações da questão social já existente e atuais, assim como nas novas relações de trabalho pautadas nos estudos de Ricardo Antunes (2018) e outros autores. A partir disso, foram realizados estudos acerca da igualdade e desigualdade social, inclusão e exclusão social com amparo em Barros (2018) e Schwartz e Nogueira (2009).

O terceiro capítulo explanou as políticas de educação, retomando o seu histórico com ênfase no governo Bolsonaro. Foram destacadas as novas estratégias do ideário de acumulação capitalista para a desregulamentação do direito à educação, com destaque para a educação superior pública, enfatizando o processo de redução do financiamento das IFES e de mecanismo para inserção do setor privado nas IFES. Para essa abordagem recorreu-se aos estudos de Cislaghi *et al.* (2019), Silva e Silva (2022), Chaves *et al*. (2022), Shiroma, Moraes e Evangelista (2022) dentro outros.

O quarto capítulo discorre sobre o percurso da política de assistência estudantil em âmbito nacional e da UFRPE. Antes disso, foi realizada a análise acerca da assistência, do assistencialismo e do caráter assistencial do Estado. Além disso, diferenciou-se a política de assistência estudantil da política de assistência social comumente confundida. Posteriormente, discorreu-se sobre a história da política de assistência estudantil e sobre a UFRPE enquanto espaço de materialização dessa política afirmativa. Para isso, tomou-se por base os estudos de Sposati *et al.* (2014), Pilatti *et al.* (2022), Guerra e Silva (2022), Dutra e Santos (2017) Araújo

(2003), Kowalski (2012), Silva e Marques (2022), nas recentes discussões da Andifes e do Fonaprace.

O quinto capítulo mostra o itinerário metodológico escolhido para a condução da pesquisa, definindo sujeitos da pesquisa, campo, instrumentos utilizados para coleta de dados e abordagem utilizada no tratamento dos dados.

A construção do sexto capítulo teve como subsídio a V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (das) Estudantes de Graduação das IFES (2018), os dados do IPEA (2022) e a Rede PESSAN

(2023), assim como do estudo de Silva, Alencar e Carvalho (2022). Além disso, o item é composto pelos resultados obtidos com a coleta de dados, utilizando-se de dados estatísticos provenientes de pesquisas mais recentes relacionadas à pandemia, assim como de produções acadêmicas.

Por fim, são apresentados os limites e avanços da política de assistência estudantil nas considerações finais, assim como a necessidade de pesquisas que em outros âmbitos da assistência estudantil.

## 2 O PAPEL DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS

A análise da construção das políticas sociais, enquanto instrumento de viabilidade dos direitos sociais, nos remete inevitavelmente ao debate das expressões da questão social, inerente à sociedade capitalista, que se sustentam em ideologias cujos objetivos convergem para a obtenção e manutenção do lucro através da exploração da classe trabalhadora pela classe que detém as ferramentas de produção.

As consequências da pandemia descritas na introdução deste trabalho serão consideradas expressões diversas de um mesmo processo, ou seja, da questão social. Iamamoto (2007) a define como

> o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2007, p. 27).

Nesse sentido, se a questão social decorre da relação de exploração de uma classe sobre outra na sociedade moderna, os efeitos dessa exploração expressam a desigualdade social existente categorizada pela pobreza, o desemprego, a precarização das relações de trabalho, o sucateamento das instituições, a informalidade, a violência, a desregulamentação das políticas públicas e mais. À medida que o capitalismo se (re) configura, essas categorias, que são expressões da questão social, tornam-se objeto de intervenção de políticas sociais com o intuito tanto de minimizar os efeitos da desigualdade como o de sustentar o capital.

Ao apresentar "as cinco notas sobre a "questão social"", Netto (2001, p. 42) afirma que "pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas". O processo de revolta dos trabalhadores, inconformados com as condições de vida na qual se encontravam, coloca a questão social à tona no cenário público, exigindo a intervenção do Estado no trato das suas expressões. Conforme Iamamoto (2001),

> É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital, trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legislação de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (Iamamoto, 2001, p. 17).

Trata-se de um fenômeno com determinações históricas e que tem relação com as configurações que a classe trabalhadora, o Estado e os representantes do capital assumem de acordo com a dinâmica do capitalismo, em seus diferentes estágios, ancorados em conceitos ideológicos, políticos, econômicos e culturais.

Os três estágios do capitalismo apresentaram a intensificação e existência de "novas roupagens" da questão social e, consequentemente, a necessidade de novas formas de enfrentamento da mesma. Mas, se as formas de acumulação modificaram; modificando, assim, a esfera econômica, política, cultural e social, a essência desse modo de acumulação permanece e, por sua vez, é mantida questão social, não havendo uma nova questão social; mas o surgimento de novas expressões da questão social como aponta Pastorini (2010. p. 114).

> [...] em primeiro lugar, podemos afirmar que a "questão social" propriamente dita remete à relação capital/trabalho (exploração), seja vinculada diretamente ao trabalho assalariado ou com o 'não trabalho'; em segundo, que o atendimento da 'questão social' vincula-se diretamente àqueles problemas e grupos sociais que podem colocar em xeque a ordem socialmente estabelecida (preocupação com a coesão social); e, finalmente, que ela é expressão das manifestações das desigualdades e antagonismos ancorados nas contradições próprias da sociedade capitalista.

As políticas sociais tornaram-se formas de enfrentamento das expressões da questão social, geradas pela contradição entre capital e trabalho. Por sua vez, inserida em um processo contraditório, reproduz tal contradição: se por um lado atende às necessidades sociais, por outro, contribui para a reprodução do capital e, logicamente, da sociedade de classes.

Behring e Boschetti (2008) apontam que as políticas sociais estão em constante processo de reformulação porque é inerente ao capitalismo os processos de ondas longas expansivas do capital e depressivas/crise do capital.

No liberalismo, que antecede o Estado social e a social Democracia, o mercado era o principal regulador e o Estado atuava pontualmente no atendimento às demandas sociais, com a finalidade restrita de garantir direitos individuais. Nesse período, pensadores como John Locke, Rousseau e Renè Descarte lançavam suas interpretações, ainda no estágio incipiente da sociedade burguesa, acerca do papel do Estado na manutenção de uma sociedade civilizada e da propriedade através de um contrato social. Os esforços desses pensadores não apresentaram questionamentos sobre a essência da incipiente sociedade capitalista.

A classe trabalhadora, com organização política ainda incipiente, tinha as demandas atendidas através de ações pontuais e individuais. As expressões da questão social eram tratadas a partir do assistencialismo, com foco na caridade e de ações repressoras por parte do Estado para a manutenção da ordem.

O crescimento das indústrias e as reivindicações dos trabalhadores, assim como a disseminação das ideias socialistas, engendraram a crise do Estado liberal, requisitando sua reconfiguração. Com isso, o Estado torna-se o principal regulador da economia e o principal garantidor dos direitos sociais, através da inserção das demandas na arena política apresentadas pela classe trabalhadora.

Conhecido também como "anos dourados", a onda longa expansiva, apoiada no modo de acumulação keynesiano e fordista, perdurou cerca de trinta anos (1945-1975). Até a década de 1960, antes de o capitalismo apontar sinais de crise, o *Welfare State* apresentou-se

> [...] com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucro, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de internacionalização do capital, sob o comando da economia norte-americana, que sai da guerra sem grandes perdas físicas e com imensa capacidade de investigação e compra de matérias-primas, bem como de dominação militar. (Behring; Boschetti, 2008, p. 88)

A organização política da classe trabalhadora foi imprescindível para a configuração do Estado Providência que articulou o pleno emprego e o repasse de recursos à população por meio de redistribuição de renda[5].

Uma das principais características de *Welfare State* foi a ampliação e a abrangência dos direitos sociais, assim como o das políticas sociais, que buscavam promover a proteção social.

> Houve, naquele momento, uma melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acessos ao consumo e ao lazer que não existem no período anterior, bem como uma sensação de estabilidade no emprego, em contexto de pleno emprego keynesiano, diluindo a radicalidade das lutas e levando a crer na possibilidade de combinar acumulação e certos níveis de desigualdade. (Behring; Boschetti, 2008, p. 89).

Para Santos (1999) ao comprar a configuração dos Estados constituídos na sociedade moderna, o Estado Providência articulou maiores esforços para a diminuição da desigualdade e da exclusão por meio da ampliação de políticas públicas. Fatores como a disseminação do

---

[5] Entende-se por "redistribuição de renda o efeito na pobreza relativa, da tal sorte que se reduza a concentração da renda, seja pela iniciativa de taxação crescente das rendas mais elevadas, em especial das grandes fortunas, seja pelo investimento conseqüente na qualidade da educação básica pública, abrindo caminhos aos alunos mais pobres, seja pelo cuidado com o mercado de trabalho mais sensível à demanda de trabalhadores pobres, seja pelo aprimoramento institucional do associativismo (sindicalismo, sobretudo), e assim por diante. O neoliberalismo compatibiliza-se facilmente com "distribuição de renda", porque significa custo tolerável e evitam-se mudanças estruturais. Toda política de redistribuição de renda compromete o orçamento de modo significativo, agredindo a lógica neoliberal (Demo, 1994, p. 8).

socialismo e da organização política dos trabalhadores, os quais passaram a acessar espaços de natureza deliberativa, contribuíram para que o Estado assumisse o papel de mediador entre as classes e principal executor de políticas públicas. A estratégia do capital, associada ao contexto citado fez com que a classe trabalhadora abrisse mão do "projeto de socialização da economia" (Pierson, 1991, p. 130 *apud* Behring; Boschetti, 2008, p. 92).

É importante ressaltar que os ganhos sociais e políticos não foram concessões da classe burguesa mediados pelo Estado, mas conquistas que decorreram da organização dos trabalhadores para reivindicarem melhores condições de vida e que foram materializadas através do pacto social a partir de acordo entre as classes, caracterizando o período keynesianismo-fordismo. Behring e Boschetti (2008, p. 127) apontam que nesse período.

> Institucionalizou a possibilidade de estabelecimento de políticas abrangentes e mais universalizadas, baseadas na cidadania, de compromisso governamental com aumento de recursos para expansão de benefícios sociais, de consenso político em favor da economia mista e de um amplo sistema de bem-estar e de compromisso estatal com crescimento econômico e pleno emprego.

Conforme Netto (2001, p. 146), os "anos dourados" não é um processo comum do desenvolvimento capitalista, mas uma "excepcionalidade (cronológica, espacial e política) na processualidade multissecular do capitalismo".

A segunda onda longa inicia-se com a crise do *Welfare State* e ocorre na década de 1970 com a hegemonia do ideário neoliberal. Para os neoliberais, passou a não ser conveniente para seus projetos de acumulação de capital que o Estado continuasse a assumir a função de principal garantidor da proteção social da população, uma vez que tais condições não estavam mais desencadeando o desenvolvimento do capital.

Os argumentos não passaram de estratégias para a efetivação do paradigma neoliberal. Com a crise do capital, o modo de produção capitalista baseado no modelo toyotista surge como alternativa à crise de acumulação dos anos 1970 e engendra a reestruturação da produção, assim como ocorreu no modelo de acumulação anterior. Se antes o modelo estava atrelado à produção e ao consumo em massa, com atividades repetitivas para o trabalhador, como ilustra o filme protagonizado e dirigido por Charles Chaplin, *Tempos Modernos* (1936), com a flexibilização produtiva, com a inserção da automação do trabalho, exige que o trabalhador assuma funções diferenciadas, tornando-se polivalente. Para isso, ocorre a exigência de maior qualificação profissional que passa a ser fator imprescindível para a atividade laboral.

O resultado desse processo englobou uma parte da categoria de trabalhadores e ensejou o aumento do desemprego estrutural, ampliando a demanda da população excluída dos

processos de trabalho e desprotegida com a reconfiguração das políticas sociais. Além disso, iniciaram-se o processo de desmonte de instâncias Democráticas de deliberação como os sindicatos com o intuito de desmobilizar a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida.

Com o objetivo de manter a legitimidade do Modo de Produção Capitalista (MPC), a ideologia neoliberal estrutura a sociedade com base no resgate de características do liberalismo, a exemplo da liberdade individual e do mercado como principal regulador econômico, adequando as novas formas de produção.

Ao ser desresponsabilizado do papel de principal garantidor das políticas sociais e de regulador da economia, abrem-se caminhos para formas de relações de trabalho flexíveis e precarizadas. Fenômenos como a terceirização e a uberização dão formas ao novo perfil do trabalhador. Esse passa a ser regido pela precariedade dos direitos trabalhistas, redução de salários e consequente baixa qualidade de vida. Para isso, a reestruturação produtiva requisita, também, a flexibilização das legislações para manutenção da estrutura socioeconômica moderna. Assim, "cada vez mais homens e mulheres encontram menos trabalho, espalhando-se à cata de trabalhos parciais, temporários, sem direitos, "flexíveis", quando não vivenciando o flagelo dos desempregados" (Antunes, 2018, p. 08).

De acordo com Antunes (2018), o *infoproletariado surge* como um novo perfil de trabalhador inserido na era digital e destaca que as novas formas de acumulação presentes na atualidade, com o avanço das tecnologias da informação, colocam em questão a existência da força de trabalho e da classe trabalhadora. O autor descreve como "escravidão digital" o contexto no qual estão inseridos aqueles que dependem do trabalho[6].

> [...] parece exprimir muito mais uma *nova condição de assalariamento* no setor de serviços, um novo segmento do proletariado da indústria de serviços, sujeito à exploração do seu trabalho, desprovido do controle e da gestão do seu labor e que vem crescendo de maneira exponencial, desde que o capitalismo fez deslanchar a chamada era das mutações tecnológico-informacionais-digitais (Antunes, 2018, p. 79).

A forma de proteção social da era do novo liberalismo, que resgata ideias positivistas, coloca o indivíduo como principal responsável pelo seu sucesso ou fracasso, resgatando a perspectiva positivista de culpabilização do sujeito e a meritocracia. O discurso de ineficácia

[6]Ricardo Antunes e Giovanni Alves (2004, p.336) caracterizam os sujeitos da classe trabalhadora como aqueles que dependem do trabalho e "compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho".

do Estado para com o trato das necessidades da população inicia o processo de transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil. Neste sentido, percebe-se o crescimento de Organizações não governamentais (ONGs) ao passo que também cresce o número de empresas privadas que prestam serviços no âmbito da saúde, educação e previdência social.

Mediante esse contexto, o processo de privatização ocorre com a gradual precarização e sucateamento das instituições estatais através do parco financiamento destinado à operacionalização por parte das políticas sociais, contribuindo com a dualidade na prestação de serviços públicos: política pobre para pobres e política privada e estruturada para parcela privilegiada da população. Importante ressaltar que, por ser a Constituição Federal de 1988 um acordo de classes, a monetização da prestação de serviços públicos encontra respaldo legal na construção de direitos sociais inscritos nas entrelinhas do referido documento:

Quadro 3: Legitimação da iniciativa privada inserida no texto constitucional

| | |
|---|---|
| Saúde | Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.<br>§ 1º As instituições privadas poderão participar de **forma complementar** do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. |
| Previdência Social | Art. 202. O regime de previdência privada, de **caráter complementar** e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, **será facultativo**, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)<br>§ 1° A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) |
| Educação | Art. 209. O ensino é **livre à iniciativa privada**, atendidas as seguintes condições:<br>I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;<br>II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. |

Fonte: Constituição Federal de 1988/ Elaborado pela autora.

É possível identificar que a proposta constitucional é que, para as políticas que compõem a seguridade social, a iniciativa privada atue de forma a somar-se às ações do Estado, principal garantidor dos direitos sociais. Já o capítulo acerca da educação retrata a historicidade da política respaldada na manutenção de uma educação dual no que diz respeito ao acesso. No âmbito da educação superior, alargam-se os caminhos para a construção de várias instituições privadas com diversificação nas modalidades de ensino. A manutenção das instituições públicas de ensino é interessante para os representantes do capital porque contribuem para o

desenvolvimento de tecnologias que correspondem às exigências do mercado através de parceria público x privado.

A disseminação de que as políticas sociais garantidas pelo Estado não mais atendem na sua plenitude as necessidades da população abre "as portas e as janelas" para o empresariado assumir tal responsabilidade, por ser o Estado "ineficaz", conforme discurso hegemônico. Assim, o número de empresas privadas cresce de acordo com as mudanças nas normativas que legitimam a existência e implementação do processo privatista.

> Em suma, a supervalorização do chamado terceiro setor" tem de fato levado à hegemonia das tendências de despolitização da questão social, remetendo o seu enfrentamento ao âmbito privado, à sociedade civil, identificada pelo conjunto de organizações privadas, muitas vezes heterogêneas e díspares quanto à sua natureza e âmbito de atuação. Neste contexto, observa-se um profundo deslocamento quanto aos direitos sociais agora transmutados em direito moral, sob os princípios abstratos da ajuda mútua e solidariedade (Alencar, 2009, p. 9).

Yazbek (2006) evidencia dentre as várias expressões da questão social a pobreza e a exclusão social, além da subalternidade, situadas no atual contexto brasileiro. A mesma assinala que a reconfiguração do papel do Estado coloca em questão a efetivação dos direitos sociais, uma vez que a "questão social" vem sendo tratada como elemento exterior à esfera estatal e posta sob responsabilidade da sociedade civil, desmerecendo, assim, os direitos sociais, cuja materialização requer a primazia do Estado. Dessa forma,

> [...] despolitiza o reconhecimento da questão social brasileira, como expressão de relações de classe e neste sentido desqualifica-a como questão pública, questão nacional, numa sociedade privatizada que desloca a pobreza para o "lugar da não política, onde é figurada como um dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas filantrópicas" (Yazbek, 2006, p. 36).

Apesar do projeto de despolitização, as políticas sociais são mantidas por serem, contraditoriamente, instrumentos de reprodução do capital e de diminuição das manifestações da questão social que a sociedade civil não consegue suprir ou quando sua manutenção é de interesse do mercado.

Para cada ciclo do capitalismo são realizadas reestruturações no modo de produzir capital, nas relações entre as classes, nas formas de intervenção do Estado, assim como nos aparatos legais. Tais esforços, em cada estágio de acumulação de capital, convergem para a manutenção do lucro que reafirma o caráter intrínseco da desigualdade social na sociedade moderna. A importância do Estado para o capital está na mediação entre os seus representantes e os interesses da classe trabalhadora, assim

> [...] o Estado, desde sua origem, sempre foi um instrumento de validação dos interesses dos grupos detentores do poder, ao tempo que tenta gerir a inconciliável luta de classes advinda da separação entre capital e trabalho. Para tanto, busca administrar as falhas do mercado e os problemas sociais, sobretudo o problema da pobreza, para manter a sociedade num equilíbrio necessário à reprodução da sua lógica perversa, com certa dose de conforto para o capital (Santos; Jimenez; Gonçalves, 2017, p. 71).

A pandemia exponenciou a desigualdade social e a insuficiência do Estado mínimo na mitigação das consequências da crise humanitária. Para além de uma política de saúde eficiente, foram requisitadas intervenções que garantissem a proteção do indivíduo na sua totalidade, por meio de políticas sociais nos distintos âmbitos de suas vidas: trabalho, assistência social, previdência, educação, cultura, saneamento básico, habitação. As estratégias de proteção social não ocorreram de forma igualitária entre e dentro dos países.

Um fenômeno que disseminou, ganhando adesão daqueles que se encontraram excluídos do mercado de trabalho no período da pandemia, foi a *uberização*, ferramenta alternativa às consequências sofridas pelo mercado de trabalho e reflexo do desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação, como analisado por Antunes (2020). A uberização apoia-se no discurso falacioso de liberdade quanto à organização do processo de trabalho pelo trabalhador. São constituídas relações intermitentes e, muitas vezes, desprotegidas a partir da disseminação de que "é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, aparência de "prestação de serviços" e de destruição das relações de assalariamento e de exploração do trabalho (Antunes, 2020, p. 13).

O conceito de *uberização,* apesar de comumente ser vinculado aos aplicativos de transporte, abrange os processos laborais exercidos conforme uma demanda criada que independe da vontade de quem os exerce. Propaga-se a ideia de que o trabalhador é dono do seu próprio trabalho, pois planeja as atividades de acordo com sua dinâmica cotidiana e é detentor do seu meio de "produção". Assim, é possível considerar que aqueles trabalhadores que atuam nas suas próprias residências ou com seus veículos e não possuem relações estáveis de trabalho estão inseridos nesse processo.

O autor supramencionado elucida que as características da uberização não estão vinculadas diretamente a um aplicativo, mas também às novas formas de trabalho baseadas nas TICs em que é imputado um formato de relação de trabalho que mascara as relações entre empregado e empregador.

> [...] os indivíduos são convocados a serem responsáveis pelo seu destino, pela sua sobrevivência e pela sua segurança, gestores individuais das suas trajectórias sociais sem dependência de planos predeterminados. No entanto, esta responsabilização ocorre de par com a eliminação das condições que a poderiam transformar em energia de realização pessoal. O indivíduo é chamado a ser o senhor do seu destino quando tudo parece estar fora do seu controle (Santos, 1999, p. 30).

Os trabalhadores inseridos no processo de uberização não possuem legislações específicas de proteção ao trabalho - como seguro desemprego, doenças, acidentes.

Ao compararmos as condições de trabalho do proletariado inserido na uberização e aquele que se encontravam no estágio incipiente do capitalismo, no século XVII, é possível concluir que o que os diferenciam são os meios de trabalho: na fábrica o trabalhador utilizava-se das condições materiais de trabalho fornecidas pelos donos das fábricas, na uberização essas condições provêm do próprio trabalhador. Outro ponto é que no capitalismo incipiente o papel do Estado era limitado aos atendimentos individuais e da propriedade privada, já na atualidade existem, mesmo mediante a existência dos direitos sociais, tal desproteção.

Com base nisso, os discursos acerca da igualdade, nos vários âmbitos da vida dos sujeitos, tornam-se utopias diante de uma sociedade que se estrutura em relações contraditórias. Barros (2018, p. 11) ao analisar as categorias desigualdade, diferença e indiferença, elucida que reduzir as desigualdades a partir do reconhecimento das diferenças socialmente construídas é um "projeto perfeitamente possível" em detrimento do seu fim. Dessa forma, acabar com a desigualdade dentro de um sistema radicalmente desigual é um discurso utópico de análise superficial acerca da constituição da atual sociedade. Conforme Miller (1996 *apud* Oliveira, 2015, n.p).

> [...] o contrário da desigualdade é a igualdade social, que, no plano teórico, consiste na ideia de as pessoas terem condições socioeconômicas o mais possível da igualdade em várias áreas: educação, saúde, trabalho, oportunidade de consumo, utilização de bem de lazer, entre outros.

Schwartz e Nogueira (2009, p. 80) afirmam que "a igualdade e a desigualdade, hoje, assumem um perfil específico decorrente de uma configuração particular dos modos da sociedade produzir e se reproduzir, segundo os princípios dominantes capitalistas". As autoras apontam que autores apontam a exclusão social enquanto "uma das faces da questão social"[7] (Schwartz; Nogueira, 2009, p. 91) e, assim como a desigualdade social, essa é caracterizada

[7] As autoras citam Robert Castel, Vera Telles, José de Souza Martins, Luis Eduardo Wanderley e Elimar Nascimento.

enquanto fenômeno que possui diferentes dimensões que dependem da constituição da sociedade: forma de governo, lutas de classes, legitimação das instituições e dos direitos estabelecidos.

Identificar e elaborar estratégias de intervenção para minimizar as desigualdades sociais é tornar as políticas sociais mais efetivas. Para isso, conforme Behring e Boschetti (2008, p. 56) "o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões", contemplando os aspectos históricos, econômicos e políticos.

> A análise de políticas sociais sob enfoque dialético precisa considerar alguns elementos essenciais para explicar seu surgimento e desenvolvimento. O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implantação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais" (Behring; Boschetti, 2008, p. 44).

Perante o exposto, para compreender as formas de enfrentamento da desigualdade educacional no âmbito da educação superior brasileira, através das políticas de ações afirmativas, torna-se imprescindível compreender as particularidades do ideário neoliberal que interferem significativamente no desenvolvimento da política social, principalmente nos últimos governos.

## 2.1 O BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS FORMAS DE ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

A implementação do neoliberalismo no Brasil ocorreu efetivamente na década de 1990 imputada pela dinâmica de atendimento às exigências dos órgãos internacionais. Essa característica heterônoma que o país carrega desde sua colonização torna os processos de desenvolvimento do capitalismo no Brasil diferente dos países de capitalismo central. Assim, os processos de desenvolvimento do ideário neoliberal nos países capitalistas não ocorreram de forma linear e nem igualitária. Para analisar as especificidades das políticas sociais brasileiras torna-se necessário compreender a sua formação sócio histórica atrelada às intervenções internacionais.

Behring e Boschetti (2008), Montaño e Durigueto (2011) e Silva e Silva (2022), ao avaliarem o projeto neoliberal no Brasil, identificam a existência de uma contrarreforma do Estado. O termo significa que as mudanças orientadas pela ideologia atual não resultaram em

correções e mudanças que favorecessem toda a sociedade, pelo contrário, produziram retrações sociais que aprofundaram as desigualdades já existentes.

O atendimento às exigências de organismos internacionais consolidou o neoliberalismo no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995-2003, através das propostas reformistas elencadas no Consenso de Washington, em 1989. Foram apresentados dez pontos para orientar os países quanto à implantação de políticas formuladas por economistas de instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

> Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros, estaria aberto o caminho para o novo "projeto de modernidade" (Behring; Boschetti, 2008, p. 148).

Alguns pontos elencados pelo Consenso dizem respeito à redução de gastos públicos para a proteção social, à reforma tributária, ao investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, à privatização das estatais e à flexibilização das leis econômicas e trabalhistas. Alencar (2004) aborda esta questão ao afirmar que "a crise gerada pelo processo de ajuste econômico, que caracteriza os anos 1990 no Brasil, aprofundou algumas tendências já presentes em décadas anteriores, introduzindo, porém, novas e relevantes mudanças no perfil do trabalho e do rendimento". Além disso, desregulamentou preceitos estabelecidos na carta constitucional de 1988.

A Carta Magna de 1988 tornou-se a consagração da luta de movimentos sociais por incluir em suas linhas o atendimento às demandas mais elementares da sociedade na forma de direitos sociais. A proteção social brasileira posta na Constituição Federal de 1988 contemplou a universalização de políticas sociais, antes vinculadas à cidadania regulada, estabelecida desde o governo Vargas. Além disso, o texto constitucional legitima a participação social na construção e reconstrução das políticas sociais ensejando a regulamentação de espaços deliberativos como os Conselhos deliberativos, Conferências e Fóruns nas três esferas de governo. A participação social significou a ruptura com o formato de implementação centralizada das políticas sociais do governo ditatorial.

> O modelo de políticas públicas montado pela ordem Democrática pós-1988 completa-se com um conjunto de mudanças presentes tanto na Constituição como em legislações e reformas posteriores que buscaram profissionalizar e melhorar a gestão pública brasileira. [...]. Ademais, houve o aperfeiçoamento gerencial em vários setores, com a introdução de indicadores, de formas de contratualização e monitoramento, e, sobretudo, de mecanismos de avaliação de políticas públicas (Avritzer, 2021, p. 257).

As propostas dos textos constitucionais referente aos direitos sociais foram formuladas com base em debates realizados através da participação social e da comunidade epistêmica do conhecimento, advindas de diversas instituições, contemplando a realidade social brasileira moderna, com foco na centralidade nas demandas sociais. Dessa forma, o conceito de cidadania tornou-se mais abrangente, abarcando todos aqueles que dependem do trabalho, ou seja, que não necessariamente encontram-se com vínculos empregatícios regulamentados, ultrapassando o conceito de cidadania regulada[8] consolidada na era Vargas.

Todavia, na Constituição Federal de 1988 foram considerados os interesses tanto da classe trabalhadora quanto do empresariado, representando estratégias da ordem vigente para manutenção da dinâmica dialética da inclusão/exclusão social, através da dicotomia universal/focalizada das políticas sociais. Exemplo disso é o reconhecimento da política de saúde e educação como direitos sociais destinados a todos e todas; e da política de assistência social distanciada, nas normas, do caráter histórico de filantropia. Tal política insere-se no capítulo da Seguridade Social, com viés focalizado e seletivo, por ser destinada "a quem dela necessitar" (Brasil, 1988), contemplando em sua estrutura textual os vários estágios da vida dos sujeitos.

A análise acerca da existência da política de assistência social, inscrita no capítulo da Seguridade Social, confirma o que é inerente à lógica de mercado, a desigualdade e o empenho da própria lógica em desenvolver estratégias mínimas de inclusão daqueles que são marginalizados. Com base nessa dicotomia, pode-se afirmar que o caráter híbrido das políticas sociais brasileiras possui elementos de políticas sociais ocidentais *bismarkianas* e *beveridgiana* ao articular, nas suas normativas, universalidade e focalização.

Oliveira (2015) aborda o processo de instauração da desigualdade social no Brasil, articulando fatores econômicos e políticos, particulares à sua formação sócio histórica. Aponta para dois tipos de igualdade: a absoluta, que não se concretiza na sociedade de classes, e a relativa que está relacionada à abrangência dos direitos sociais para grupos segmentados. É possível considerar que o fim da década de 1980 implicou uma tentativa de uma igualdade

[8]"Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei" **(**Santos, 1979 *apud* Moreira; Santos, 2020, p. 545).

relativa ao tornar, por exemplo, saúde e educação políticas de acesso universal, independentes de contribuição prévia.

As políticas sociais possuem a finalidade de regular a sociedade através do que Boaventura de Souza Santos (1999) define como "gestão controlada da desigualdade e da exclusão". Para o autor, a desigualdade e a exclusão estão articuladas num mesmo sistema e seu enfrentamento acontece por via da ideia do universalismo, que se divide em duas concepções: aquela que contempla as diferenças (universalismo diferencialista) e o que negligencia estas (universalismo antidiferencialista). Podemos afirmar que o estudo das políticas sociais é, também, o estudo da diferenciação de segmentos da população socioeconômica, de raça, gênero que transversalizam a realidade social dos seres sociais.

A diferenciação de serviços prestados à população perpassa as várias décadas da história brasileira com configurações diferentes. É com o advento neoliberal, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que as políticas sociais passam a assumir um novo formato em decorrência da implantação das prerrogativas da ideologia hegemônica, abrindo um abismo entre as normativas decorrentes das conquistas do final da década de 1980, no âmbito dos direitos sociais e sua materialização.

Segundo Soares (2002), anteriormente à implantação neoliberal, o país encontrava-se fragilizado no âmbito político e econômico em decorrência da crise dos anos 1980 que também fragilizou o Estado. Assim, "essa fragilidade também se expressava na incapacidade desse estado em disciplinar simultaneamente o trabalho (embora seja este sempre elo mais frágil), o capital (com grande heterogeneidade de interesses) e a si próprio" (Soares, 2002, p. 37). Dessa forma, a implantação neoliberal é proporcionada por essa fragilidade e pelo esgotamento do Estado desenvolvimentista brasileiro, conforme autora citada.

Os ajustes neoliberais, determinados por organismos internacionais para a inserção no processo de financeirização da economia, potencializaram e aprofundaram a desigualdade social e a incidência de desemprego. Alencar (2004, p. 67) aborda esta questão ao afirmar que "a crise gerada pelo processo de ajuste econômico, que caracteriza os anos 1990 no Brasil, aprofundou algumas tendências já presentes em décadas anteriores, introduzindo, porém, novas e relevantes mudanças no perfil do trabalho e do rendimento". Outro traço neoliberal no Brasil e que tem trazido prejuízos e agravamento do desemprego é a flexibilização das relações de trabalho, a qual gerou/gera a precarização do mesmo. Nesse sentido, a referida autora reitera que "[...] o governo atribui ao mercado de trabalho, caracterizado como rígido, com relações de trabalho ultrapassadas, a responsabilidade pelas dificuldades de inserção da indústria nacional nos ritmos da competitividade mundial" (Alencar, 2004, p. 67).

Até então, as consequências da proposta neoliberal são comuns a outras sociedades regidas pelo modo de produção capitalista. O que diferencia o Brasil é que historicamente a relação entre Estado e sociedade civil se deu de forma paternalista, assistencialista, assim, como de forma excludente e autoritária, conforme explica Iamamoto (2008). Esses fatores tornaram-se propícios à implantação desse ideário que encontra facilidades para interferir na esfera pública brasileira.

> Distinta da cidadania tal como construída nos países europeus, aqui prevalecem as relações de favor e de dependência. Essa formação política, aliada aos "efeitos modernos" do grande capital, tem resultado em um encolhimento dos espaços públicos e um alargamento dos espaços privados, em que a classe dominante faz do Estado o seu instrumento econômico privado por excelência" (Iamamoto, 2008, p. 142).

Uma marca histórica que permeia as políticas sociais brasileiras e que foram aprofundadas no contexto de implementação da política neoliberal diz respeito à tendência de privatização dos serviços públicos.

> A trajetória recente das políticas sociais brasileiras, profundamente conectadas à política econômica monetária e de duro ajuste fiscal, enveredou pelos caminhos da privatização para os que podem pagar, da focalização/seletividade e políticas pobres para os pobres, e da descentralização, vista como desconcentração e desresponsabilização do Estado, apesar das inovações de 1988 (Behring; Boschetti, 2008, p. 184).

Amaury Ribeiro Júnior (2014), ao analisar o processo de implantação do neoliberalismo no Brasil, especificamente da privatização durante a gestão de FHC, através de um comparativo desse processo entre o Brasil e países europeus, concluiu que o repasse dos recursos da privatização dos bens públicos para a população brasileira foi desproporcional à venda a baixo custo dos bens públicos, ou seja, não condizia com os valores reais das estatais. Ribeiro Júnior (2014, n.p) antecipa na intitulação de sua obra que foi "o maior assalto ao patrimônio público brasileiro". Segundo Pereira (2009 p.138), "sua lógica geral é a do mercado como espaço máximo de sociabilidade; daí a necessidade de transformar tudo em mercadoria donde as privatizações do patrimônio público e a redução das ações estatais da área social são fatores cruciais".

Outros pontos das políticas neoliberais é o retorno ao pensamento positivista de naturalização das desigualdades e desresponsabilização do Estado, à perspectiva de culpabilização dos sujeitos pelo seu sucesso ou fracasso, mediante viés meritocrático de sociedade.

> Assim a saúde, a educação, a alimentação, o trabalho, os salários perdem sua condição de direitos e passam a ser recursos (mercadorias) regulados unicamente pelo mercado. O não acesso a eles deixa de ser um problema do Estado, tornando-se um problema a ser resolvido no âmbito do privado (Soares, 2002, p. 73).

Tal condução ideológica, ao passo que contribui para o agravamento das expressões da questão social, indica as estratégias de enfrentamento da mesma, dando ênfase nos programas de transferência de renda[9].

Tais programas foram implantados ao longo do mandato de FHC, de forma fragmentada através dos programas bolsa-escola, bolsa- alimentação, vale-gás e do cartão- alimentação. Durante o primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2006, especificamente em 20 de outubro de 2003, esses programas foram unificados e deram origem ao Programa Bolsa Família, regulamentado pela lei federal nº 10.836/2003 com o intuito de contribuir como combate à fome e à pobreza (Silva; Yazbek; Giovanni, 2004).

Importante ressaltar que o Brasil foi o primeiro país a aprovar uma política de transferência de renda, em 2004, através de propostas do Deputado Federal Eduardo Suplicy, com a proposta inicial de uma Renda Básica de Cidadania (RBC), instituída pela lei nº 10.835 de 08 de janeiro de 2004, a qual determinava no seu primeiro parágrafo que "será alcançada em etapas, a critério do Poder Executivo, priorizando as camadas mais necessitadas da população" (Brasil, 2004).

A centralidade da família nas políticas sociais baseou-se no debate contemporâneo acerca da constituição de família enquanto instituição composta por sujeitos que possui algum vínculo afetivo, independente do formato de sua composição. Assim, a concepção de família tornou-se mais abrangente, não se restringindo somente à família nuclear. Isso ocorre porque o agravamento das expressões da questão social atinge principalmente o espaço familiar, reconfigurando sua composição, seus arranjos e sua situação de vulnerabilidade. Em face disso, a proteção à família deve ser desprovida de seu conceito conservador, uma vez que as transformações societárias modificaram os arranjos familiares e proporcionaram as várias constituições de família

Na gestão do governo Lula, que perdurou até 2010, as políticas de combate à fome e pobreza tiveram primazia e foram compostas por políticas que requisitavam dos assistidos (as) pelo programa o cumprimento de determinações que perpassavam as várias políticas sociais,

[9] Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p. 131), "são considerados programas de transferência de renda aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independentemente de prévia contribuição".

como a obrigatoriedade da vacinação de crianças da primeira infância e a matrícula em escolas, no caso do Programa Bolsa Família.

> A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à freqüência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento (Brasil, 2004)

Para operacionalização do referido programa e de outras ações vinculadas à política de assistência social foram criados e ampliados os espaços de atendimento ao público como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), localizados em territórios de vulnerabilidade social, cuja finalidade é atender às famílias que estão em vulnerabilidade ou risco social, ou não possuem vínculos familiares, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAES), criada com base na Lei 8.742/1993, que regulamenta o artigo nº 203 da Constituição Federal de 1998. Esse dispositivo legal torna a referida política um direito social, dissociando-a legalmente da sua concepção histórica assistencialista e paternalista. Esses espaços trouxeram também possibilidades de atividades de promoção à inserção ao mercado de trabalho.

A política de assistência social que compõe um dos tripés da Seguridade Social brasileira, inscrita na Constituição Federal de 1988, é uma política seletiva/focalizada por indicar que é somente para quem dela necessita.

Sposati (2007) se contrapõe à terminologia "focalizada", apontada por Behring (2004), afirmando que, se há uma inclusão considerável de brasileiros na política, não há uma focalização, mas a "massificação", o que compromete a qualidade da efetivação da mesma.

Na avaliação de Antunes (2018), as políticas que se tornaram carros-chefes no governo petista tiveram caráter assistencialista, contudo "é preciso reconhecer que, em comparação ao governo anterior de FHC, tal política assistencialista trouxe poucos, mas efetivos ganhos reais para os setores mais pauperizados da classe trabalhadora" (Antunes, 2018, p. 223).

Acerca da categoria pobreza, Demo (1994) pontua a importância de uma concepção mais abrangente que contemple também a abordagem da pobreza política. Conforme o autor, a falta de consciência política quanto às condições de vulnerabilidade e risco sociais nos quais se encontram e por parte dos brasileiros é ainda mais preocupante que a pobreza material e que percorre todas as classes, uma vez que constitui a falta de pensamento crítico acerca da própria realidade e se sujeitando às condições impostas pelo sistema político conservador que vincula a pobreza ao assistencialismo.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) passou a ser outro mecanismo de combate à fome, regulamentado pela Lei 11.346/2006. Para isso, houve a criação de espaços deliberativos de formulação de políticas de combate à pobreza nutricional, como o Conselho nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), além das Conferências e Fóruns nas três esferas de governo.Com isso, as diversidades regionais de um país cultural e socialmente heterogêneo foram levadas em consideração na implantação das políticas.

> No final de 2004, o Programa Bolsa Família firma-se como projeto político mais capitalizável e viável, e o Programa Fome Zero desaparece paulatinamente. Juntamente com a afirmação do Programa Bolsa Família, ocorre o fortalecimento da política de segurança alimentar e nutricional, reivindicando uma mudança estrutural para garantia do acesso ao alimento de qualidade e em quantidade suficiente, de forma permanente, com ações no âmbito da agricultura e produção do alimento [52] e com a promoção da alimentação adequada e saudável. Assim, de 2003 a 2010, importantes conquistas foram obtidas: a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), com a sustentação da ideia de soberania alimentar e DHAA [54], e a aprovação da *Emenda Constitucional* (EC) *nº 64/2010*, que incluiu a alimentação como direito social (Brito; Batista, 2021, p. 11).

Ainda conforme Brito e Batista (2021), o problema da fome passa a ser visto não só como a falta de alimento, mas como uma expressão da questão social que possui multicausalidades (sociais, psicológicas, renda, gênero, raça, etc).Os autores elencam obstáculos encontrados na política de insegurança alimentar instituídos por parte dos órgãos responsáveis pela coleta de dados para a construção do perfil social da população brasileira como, por exemplo, a abrangência do conceito de segurança alimentar que poderia causar efeitos negativos acerca da realidade de grupos específicos, assim como a exclusão de povos tradicionais poderia camuflar a real situação brasileira.

Através da reafirmação das formas de enfrentamento das manifestações da questão social e contribuições de políticas que reafirmaram os direitos sociais, o Brasil conseguiu sair do mapa da fome em 2014. A redução foi de 82% da população que vivia em situação de subalimentação[10], ou seja, com alimentação em quantidade insuficiente, com baixa quantidade de elementos nutritivos.

Assim, a conciliação das políticas redistributivas com os anseios dos representantes do mercado, mesmo em meio à crise de 2008, iniciada com especulação imobiliária nos Estados Unidos, o Brasil manteve o desenvolvimento social e econômico estável "[...] a experiência

[10] Disponível em> https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014. Acesso em: 17 mai. 2023.

brasileira torna-se uma referência internacional. Direciona-se a discussão da fome vinculada não só para a pobreza, miséria e outras situações de insegurança alimentar, como a obesidade e a qualidade do alimento consumido [...]" (Brito; Batista, 2021, p. 12).

A visualização do indivíduo, enquanto sujeito com suas complexidades, redirecionou os mecanismos de enfrentamento nas manifestações da questão social. Assim, a política de saúde, vista a partir da perspectiva contrária à medicalização, conforme bandeira levantada pelo Movimento de Reforma Psiquiátrica, na década de 1970, requisitou a criação de instituições públicas que promovessem o protagonismo do sujeito e sua inserção na sociedade, em que o tratamento estava voltado para a articulação de várias especialidades profissionais, para além da medicina. O sujeito passa a ser visto em sua totalidade. Assim são instituídos os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Pinto e Santos (2017) ao analisar as formas de administração pública no Brasil, elencam outras categorias que particularizam a gestão do governo Lula como uma reforma na administração pública pautada na valorização e ampliação dos servidores públicos. Segundo os autores, "em termos de profissionalização, o governo implementou a recomposição do número de servidores no Executivo Federal, particularmente no setor de educação" (Pinto; Santos, 2017. p.212). Antunes (2018, p.223) elucida que a gestão do governo Lula estreitou o diálogo com a classe trabalhadora, quando comparado à FHC, mas deu continuidade às demandas do mercado, condicionando muitas políticas públicas aos interesses do mercado, "assim, é necessário enfatizar que o governo Lula tanto minimizou os níveis de indigência social como favoreceu o grande capital", uma vez que, dentro da lógica do capital, essa contradição faz-se necessária.

A gestão de Dilma Rousseff (2014 a 2016), apesar de dar continuidade às estratégias do governo Lula, foi marcada por obstáculos que resultaram no fim da era petista que, segundo Chaves *et al.* (2022), está atrelada à queda do Produto Interno Bruto (PIB), à falta de governabilidade, à insatisfação com as ações de austeridade e não recuperação das taxas de lucro.

Os descontentamentos das classes sociais deram origem às manifestações de 2014 que explodiram. O estopim foi o aumento do transporte coletivo em todo país que representou as várias insatisfações sociais. Importa salientar que a mídia impulsionou os atos ao reforçar os escândalos descobertos nas gestões do governo de Lula, como a Operação Lava Jato, que foi expressa como o resultado de uma das formas de combate à corrupção no país. Em agosto de

2016, Dilma Rousseff foi destituída do poder, assumindo o vice-presidente, Michel Temer, em 31 de agosto de 2016 a 2018.

A aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, cujo objetivo é o acúmulo de capital para o pagamento da dívida pública através da determinação do teto de gastos públicos federais por um período de vinte anos, foi o principal destaque do governo Temer. Chaves e*t al.* (2022, p. 03) aponta que "a partir de então, implementa-se no país medidas de maior aprofundamento do neoliberalismo, o que pode ser caracterizado como ultraneoliberal[11]" que, segundo a autora, potencializa os preceitos do neoliberalismo.

Ainda conforme a autora, as principais áreas afetadas com a EC nº 95/16 foram as políticas de educação e de saúde.

Mariano (2017) relaciona essa mudança constitucional ao pensamento de Keynes e aponta que as propostas divergiam daquilo que o pensador implantou no momento de crise do capital, no período do Estado de bem-estar social, anteriormente abordado nesse estudo: a afirmação do papel do Estado, o investimento em políticas públicas e o pleno emprego. Na contramão desse pensamento, o teto de gastos públicos federais contribuiu ainda mais para o processo de precarização e privatização dos serviços públicos e situação dos servidores públicos. Ainda segundo o autor, "falar em recuperação da economia ou em crescimento econômico deve passar ao largo da compreensão de um ajuste fiscal baseado unicamente em obtenção de superávit primário por meio do corte de gastos públicos" (Mariano, 2017, p. 272).

Em 2018, é lançada a candidatura à presidência do então Deputado Federal de partido conservador, Jair Messias Bolsonaro, como alternativa aos candidatos dos partidos de esquerda. Ainda na condição de candidato, Bolsonaro construiu um discurso em oposição à defesa da Democracia, da liberdade, da participação social e da reafirmação das políticas sociais ao defender nas propostas de governo a retomada do autoritarismo, a redução de direitos e privatizações e precarização de instituições públicas, o armamento da população, enviesando o percurso dos debates contemporâneos e modificando o curso das políticas sociais.

> [...] o país já vinha em uma escalada de acirramento de suas contradições mais profundas, decorrentes da crise do capital, agravada pela guinada à direita no âmbito da política, cuja objetivação mais eminente foi a eleição de Jair Messias Bolsonaro para o governo federal em 2018. Ainda que o avanço de grupos de ultradireita e fascistas seja um fenômeno mundial, cabe analisar as particularidades brasileiras que sustentam o chamado neoconservadorismo e como este se combina e mescla-se a um processo de radicalização do neoliberalismo no âmbito da economia. (Yazbek *et al.*, 2021, p. 06).

O estudo de Cislaghi *et al.* (2019) analisa que existe coerência entre os propósitos eleitorais do governo Bolsonaro postos em seu plano de governo e para quem sua gestão foi direcionada. A privatização dos serviços é colocada como uma das principais medidas para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a autora afirma que a política ultraneoliberal faz parte do governo conservador desde sua candidatura.

Para que se cumpram os objetivos do presente estudo, torna-se necessário pautar como as estratégias de implantação do neoliberalismo, especificamente no que diz respeito ao papel do Estado, para com o enfrentamento da população marginalizada com a tomada do poder pelo Bolsonarismo.

## 2.2 A GESTÃO DO PRESIDENTE JAIR MESSIAS BOLSONARO: O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO E A DESREGULAMENTAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

A política de austeridade do governo Bolsonaro, que deu continuidade às propostas da EC nº 95/2016, foi defendida e materializada através de políticas subsidiadas pelas ideias do liberalismo econômico, marcada por instabilidades e pela reconfiguração das formas de decisões políticas acerca do rumo dos direitos sociais. A tentativa de desfazer as conquistas constitucionais transcendeu o espaço do discurso da sua candidatura e passou a ser concretizada no período de gestão do citado presidente.

Elencar todos os retrocessos das formas de enfrentamento das expressões da questão social durante a gestão de Jair Bolsonaro requisitaria uma análise mais aprofundada desse item, o que poderia desviar do foco do presente estudo. Logo, o objetivo desse item não é tornar compreensível como foram gestadas as políticas sociais, pontuando as principais consequências para a realidade do público-alvo deste estudo, a fim de compreender melhor a proposta e os possíveis resultados da pesquisa.

A administração do Brasil por Jair Bolsonaro (2019-2022) foi marcada por instabilidades nos vários âmbitos institucionais e por uma política autoritária em que suas ações tiveram, conforme Avritzer e*t al.* (2021), a pretensão de ferir os preceitos constitucionais. O autor mencionado destaca que o objetivo não era implantar uma ditadura, como muitos dos seus eleitores, impulsionados pelo discurso do então candidato, almejavam; mas deslegitimar as normas constitucionais através do enfraquecimento das instituições Democráticas.

> A antipolítica proposta pelo presidente implica três tipos existentes do Estado brasileiro nas áreas da educação, meio ambiente e direitos humanos, sob o argumento de que eles incentivam uma política progressista de esquerda; em um segundo âmbito, desmantela-se o risco de reabilitar a política e um centro político; e, em uma terceira linha, intimidam-se os demais poderes de modo que a antipolítica não seja interrompida por decisões legislativas ou judiciais quando buscam impor limites à política de destruição (Avritzer *et al*. 2021, p. 16).

As divergências de opiniões acerca dos distintos objetivos políticos entre direita e esquerda, geraram uma onda de constantes conflitos tanto entre políticos como entre a população. Caminhou-se, assim, para um processo de acentuação da polarização política que tomou proporções vertiginosas e irreparáveis, persistentes até a atualidade: o discurso conservador acerca do papel de instituições tradicionais, da segurança pública focada na repressão com a retomada de mecanismos ditatoriais, a privatização de bens públicos como forma de desenvolvimento da economia e o desfinanciamento dos direitos sociais.

A gestão com discursos conservadores, inclusive de incitação à violência e armamento da população como estratégia de segurança foi contraditoriamente articulada com a defesa da família tradicional, pulverizou ataques a grupos minoritários como LGBTQIAPN+, às mulheres, aos povos tradicionais como os indígenas, em detrimento da defesa do agronegócio, e às pessoas com deficiência. Houve, assim, a tentativa de desarticular as históricas lutas tradicionais e retomar ao processo conservador de intervenção desses grupos

> Em uma sociedade marcada por profundas disparidades de classe, raça/etnia e de gênero, é evidente que essa crise não atingirá todos(as) da mesma maneira: novamente, os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, em geral negros e negras, LGBTQI+, serão aqueles que pagarão o preço mais alto. Para muitos, custou a própria vida ou a de seus familiares, mortos pela covid-19, pela fome ou pela violência decorrente desse caótico quadro social (Yazbek *et al.*, 2021, p. 08).

O relatório de 2021, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), ilustra o desinvestimento nas políticas sociais através da análise comparativa dos anos de 2019, 2020 e 2021 com anos anteriores à gestão de Bolsonaro. É possível inferir que houve a combinada e contínua imposição de determinações que contribuíram com os acelerados retrocessos das políticas públicas no âmbito social. Combinada porque desde a destituição da presidente Dilma Rousseff do poder, em agosto de 2016, ações de retrações orçamentárias para as demandas da população foram aprovadas através do teto de gasto público federal com o governo Michel Temer.

Ademais, o relatório mostra que entre o orçamento autorizado e o executado para investimento nas políticas sociais existiu uma distância. A obrigatoriedade da continuidade da

execução das propostas da referida emenda constitucional pelo governo Bolsonaro vinculou outras estratégias para o investimento nos gastos sociais, como a Proposta de Emenda Constitucional dos Precatórios (PEC) nº 23/2021[11] e o da Reforma Administrativa, PEC nº 32/2020, que gerou diversas posições quanto aos seus objetivos.

O controle social das políticas sociais e a atuação das representatividades de diversas categorias, como os sindicatos dos trabalhadores tiveram suas lutas sucumbidas, agravando o distanciamento entre a sociedade civil e colocando em risco a possibilidade de construção Democrática das políticas sociais, como preconiza a Constituição Federal de 1988.

O desmonte das políticas inicia-se com a composição do grupo ministerial marcada por lideranças com especialidades que, além de não condizem com o cargo que assumiram, apresentavam demasiada concepção conservadora acerca das políticas sociais e seus objetivos. Assim foi o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), presidido pela ex-ministra Damares Alves[12] que, durante seus discursos públicos, desmerecia constantemente a existência dos LGBTQIAPN+ ao enaltecer a importância da família nuclear, como principal entidade familiar existente.

A apropriação do discurso acerca do papel da família e sua função social na contemporaneidade são de suma importância para o debate das políticas sociais porque o agravamento das expressões da questão social atinge principalmente o espaço familiar. Nesse sentido, as políticas sociais, a partir da Constituição de 1988, passaram a dar centralidade à família, considerando seus diferentes arranjos, composição e sua situação de vulnerabilidade.

Os estudos de Simionato e Oliveira (2003) abordam como as concepções e os papéis da família, em nível mundial, mudaram de acordo com as transformações do capitalismo, a partir do século XX em todo mundo. As mudanças ocorridas baseiam-se no papel assumido pela mulher na sociedade: se antes o cuidado exercido no âmbito familiar para com os seus componentes era a principal função da mulher, enquanto que o homem era o principal provedor financeiro, a partir do século XX, os espaços familiares modificam-se ao modificarem os papéis assumidos pelas mulheres. O casamento passa a não ser mais a principal instituição a partir da década de 1960.

> A partir daí, surgem inúmeras organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais

[11]A PEC refere-se atualmente à Lei nº 113/2021 que tem por finalidade "estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências" (BRASIL, 2021)

[12] Atualmente a ex-Ministra assume o cargo de senadora, após as eleições de 2022.

> adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas "produções independentes" tornam-se mais freqüentes; e mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos (Simionato; Oliveira 2003, p.60).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 tornou-se o marco regulatório que expressa a concepção de família contemporânea, especificamente em seu artigo 1º, ao apontar a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Também foi apontada a igualdade entre homens e mulheres que passa a ser expressa no texto constitucional no artigo 5º, inciso I ao destacar "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição" (Brasil, 1988).

Ao focar os ordenamentos jurídicos brasileiros, vinculados à proteção da família, os estudos de Simionato e Oliveira (2003) endossam os levantamentos de Noronha e Parron ([s.d.]) no que concerne à dignidade da pessoa humana principal fundamento constitucional norteador das demais legislações que dizem respeito à entidade familiar[13].

> A partir de então, foram várias as inovações jurídicas; merecem destaque: a igualdade conferida aos homens e mulheres, tornando igualitária a proteção de ambos e se estendendo, também, aos filhos, fossem provenientes, ou não, do casamento ou por adoção; o divórcio, como método de dissolver o casamento civil (nova redação dada ao §6º do art. 226 da CF) e, do mesmo modo, a equiparação, no que tange aos direitos garantidos à família formada através do casamento, assim como à constituída pela união estável e às monoparentais, figuras novas do ordenamento jurídico brasileiro (Noronha; Parrom, [s.d.] p. 06)

No século XXI, para além da família monoparental, outros arranjos familiares são considerados socialmente e, posteriormente, judicialmente, e o termo família passou a ser definido com base nos afetos existentes entre pessoas, sejam elas do mesmo sexo, com casamentos estabelecidos ou não. Nesse sentido, tanto Simionato e Oliveira (2003) como

---

[13] "Considera-se onze princípios fundamentais, que merecem ser citados, quais sejam o reconhecimento da família como instituição básica da sociedade e como objeto especial da proteção do Estado (CF,art.226); a existência e permanência do casamento, civil ou religioso, como base, embora sem exclusividade, da família; a competência da lei civil para regular os requisitos, celebração e eficácia do casamento e sua dissolução; a igualdade jurídica dos cônjuges (CF,art.266 §5º); o reconhecimento, para fins de proteção do Estado, da entidade familiar formada pela união estável de homem e mulher, assim como da entidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes; a possibilidade de dissolução do vínculo matrimonial pelo divórcio (CF art.226 §6º); direito de constituição e planejamento familiar, fundado no princípio da paternidade responsável, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o seu exercício; igualdade jurídica dos filhos, proibidas quaisquer designações discriminatórias; proteção da infância, com o reconhecimento de direitos fundamentais à criança e ao adolescente , e responsabilidade da família, da sociedade e do Estado por sua observância; a atribuição aos pais do dever de assistência , criação e educação dos filhos e a proteção do idoso (CF, art. 230). (Brasil, 1988, *apud* Noronha; Parron, [s.d.], p. 08).

Noronha e Parron ([s.d.]) comungam do mesmo pensamento acerca do afeto enquanto elemento que define uma entidade familiar. Assim, “a concepção tradicional e monopolizada de que família estaria relacionada apenas a enlaces sanguíneos e por meio do matrimônio foi sendo afastada” (Noronha e Parron, ([s.d.]) , p. 19).

A concepção de família, com base na atual realidade, não é um debate superado. Com isso, as formas de enfrentamento das manifestações da questão social no ambiente familiar na contemporaneidade materializam-se de forma dual: ao passo que os direitos sociais constitucionais são regulamentos por normativas em que a família, considerando suas inúmeras e diversificadas composições, é colocada como unidade central das políticas, retorna-se a ideia positivista de culpabilização da instituição familiar pelo seu sucesso ou fracasso, desconsideração a complexidade social na qual está inserida.

A concepção conservadora da política ultraneoliberal resultou no comprometimento de políticas sociais voltadas a grupos minoritários como mulheres, crianças e adolescentes, assim como comunidades tradicionais

O relatório do Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos (INESC) afirma que “em muitos casos, não é possível identificar quanto do recurso foi especificamente destinado às mulheres, dado que as políticas em geral ainda são desenhadas sem considerar especificidades de gênero, ou seja, são feitas para homens e mulheres” (INESC, 2021, p. 89)

Ainda conforme o relatório, as políticas para crianças e adolescentes foram as mais pífias desde a conquista da regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Uma das falas do presidente, anteriormente à sua candidatura, ainda em 2018, foi de que “o ECA tem que ser rasgado e jogado na latrina, pois é um estímulo à vagabundagem e à malandragem infantil”[14]. A materialização da fala se fez ao postar fotos com crianças fazendo apologia ao crime, através de gestos de armas, em suas aparições públicas, ferindo os objetivos do ECA, cuja prerrogativa é a promoção e proteção integral das crianças e dos adolescentes. Somado a esses fatores, ocorreu a defesa da menoridade penal e da idade mínima de 16 para 14 anos para inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, como empregados e não mais menores aprendizes.

Ainda conforme INESC (2021), as políticas voltadas para as comunidades tradicionais, na pandemia, se restringiram ao fornecimento de cestas básicas, como no caso dos povos quilombolas. Já as comunidades indígenas sofreram maiores reflexos negativos: a

[14] Fala do presidente Jair Bolsonaro durante entrevista coletiva no interior de São Paulo em agosto de 2018.

desregulamentação das instituições de defesa desses povos, principalmente os aldeiados em locais de difícil acesso, gerou efeito devastador durante a pandemia que comprometeu a existências de algumas etnias. A sustentação da falta de política teve como objetivo a manutenção da apropriação de suas terras por parte do garimpo ilegal e do desmatamento.

> Em junho de 2021, milhares de indígenas de 35 povos do país tomaram as ruas de Brasília no "Levante Pela Terra", uma das diversas mobilizações dos povos originários que marcaram o ano na capital. Em marcha contra os ataques a seus direitos e em especial ao Projeto de Lei 490 que ameaçava ser votado na Câmara dos Deputados, os indígenas se deslocaram até a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) esperando ser recebidos por algum representante do órgão. A recepção da Funai, no entanto, foi outra: bombas de gás lacrimogênio e spray de pimenta foram jogadas na mobilização, explicitando, mais uma vez, o indigenismo que a Funai da gestão Bolsonaro pratica. O órgão imaginado para defender os direitos indígenas, na gestão do policial Marcelo Xavier, recebe com armas as lideranças que se mobilizam para garantir sua existência (INESC, 2021, p. 67).

Tendo em vista que os povos tradicionais possuem etnias, perfil socioeconômico e culturas diversas, as ações executadas durante a pandemia, tanto através de verbas federal como das demais esferas de governo, não supriram as necessidades elementares de algumas etnias, uma vez que são comunidades heterogêneas com, por exemplo, culturas alimentares heterogêneas. Assim, a violência étnico-racial ocorreu nas várias dimensões institucionais.

Os ideais políticos conservadores do presidente Jair Bolsonaro mostraram a incoerência entre o lema do governo, "Brasil acima de tudo e Deus acima de todos", e a morosidade de decisões que pudessem reduzir os impactos causados pela disseminação do vírus e negligência com a vida dos brasileiros que resultou na morte de 693.853 pessoas entre os anos de 2020 e 2022, de acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). Tais mortes seriam evitáveis caso o então presidente não aderisse à negação da letalidade e outras consequências do vírus, verbalizando ser "uma gripezinha" ou que com seu "espírito de atleta" estaria imune. Além disso, o referido governo "jogou milhares na extrema pobreza e no desemprego, e baixou consideravelmente o poder de compra das (os) trabalhadoras (es) ao deixar a inflação descontrolada" (INESC, 2021, p. 14).

A pandemia trouxe à tona que a perspectiva neoliberal de um Estado mínimo e que a despolitização das mazelas sociais interfere significativamente no desenvolvimento econômico. Essa concepção ficou ainda mais evidente quando os sistemas de saúde públicos e privados não comportaram as demandas provenientes da disseminação do Covid-19, sobrecarregando-os, expondo que a posição social na qual os sujeitos se encontram é um problema estrutural e não individual, baseados no preceito neoliberal de meritocracia.

O Relatório do Instituto Nacional De Estudos Socioeconômicos (2021) diz que a Demorada decisão para o processo de compra de vacinas pelo governo contribuiu tanto para a compra das vacinas com custos mais altos e, consequentemente, aumento da taxa de letalidade.

> Do total da execução financeira com a função saúde em 2021, 25% dos gastos foram com Covid-19, correspondendo a R$45,8 bilhões, um valor semelhante ao de 2020, considerado a inflação. Todavia, 2021 foi o ano mais letal da pandemia no Brasil. Enquanto em 2020 houve cerca de 200 mil óbitos no Brasil, em 2021 esse valor praticamente dobrou, cerca de 400 mil óbitos (INESC, 2021, p. 27/28).

A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que teve fundamental importância para a saída de parcela significativa da população do mapa da fome, através da assinatura da Medida Provisória nº 870/2019, foi outra medida adotada pelo governo no seu primeiro dia de mandato. Esse encaminhamento, fruto da desregulamentação das políticas sociais, trouxe consequências, especificamente para a área da segurança alimentar. Conforme relatório publicado em 2022 pela Organização das Nações Unidas (ONU) "diferentes estimativas apontam que entre 15 milhões e 33 milhões de pessoas passaram fome em 2022 e cerca de 125 milhões enfrentaram algum nível de insegurança alimentar" (ONU, 2022, p. 05). Assim, houve o aumento da fome no Brasil.

O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), aponta para as várias dimensões que explicam a existência da fome.

> A fome é maior nos domicílios em que a pessoa responsável está desempregada (36,1%), trabalha na agricultura familiar (22,4%) ou têm emprego informal (21,1%). Já a segurança alimentar é maior nos lares onde o chefe da família trabalha com carteira assinada, chegando a 53,8% dos domicílios[15].

As medidas sanitárias associadas à política de desproteção social exigiram o fechamento de estabelecimentos de serviços não essenciais, gerando o crescimento do índice de desemprego, da fome, do trabalho por demanda através da uberização dos serviços, informalidade e do aumento da busca por programas de transferência de renda. Após a mobilização da população foi criada a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 que deu origem ao

[15] Disponível em: https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/. Acesso em 15 abr. 2023

Auxílio Emergencial (AE) com o objetivo de amenizar, de forma imediata, os impactos causados pela pandemia para os microempreendedores individuais, trabalhadores desempregados, autônomos, com vínculos informais; e para quem fazia parte do Programa Bolsa Família (BF) que foi substituído pelo Auxílio Emergencial. Conforme portal da transparência (2020),

> O Auxílio será pago em três parcelas mensais, no valor de R$600,00, para cada pessoa elegível, sendo possível acumular até dois benefícios por família. A mulher solteira e mãe de crianças ou adolescentes de até 18 anos receberá o Auxílio Emergencial em dobro, R$1.200,00 mensal, mesmo que haja outra pessoa elegível na família (Brasil, 2020).

A despeito de essa medida ter sido parca, deve-se considerar sua importância para o acesso às necessidades mínimas ou complemento de renda familiar reduzidas pelos impactos da crise estabelecida.

O processo de implementação do referido benefício é avaliado por Cardoso (2020) como positivo, uma vez que os instrumentos utilizados para critério de escolha dos possíveis assistidos (as), como o CadÚnico traçou o perfil socioeconômicos dos (as) inscritos (as), a autodeclaração de renda, com condições a serem cumpridas e a inscrição do indivíduo como Microempreendedor individual. Assim, a identificação do perfil desse público seria de fácil acesso por possuírem algum cadastro existente nas instâncias previdenciárias ou de assistência social. Ainda, conforme a autora, "o desafio estabelecido para implementar a política seria, então, a definição de uma forma de promover a identificação daqueles cidadãos que, por razões desconhecidas, estão invisíveis para as políticas de proteção social" (Cardoso, 2020, p. 04).

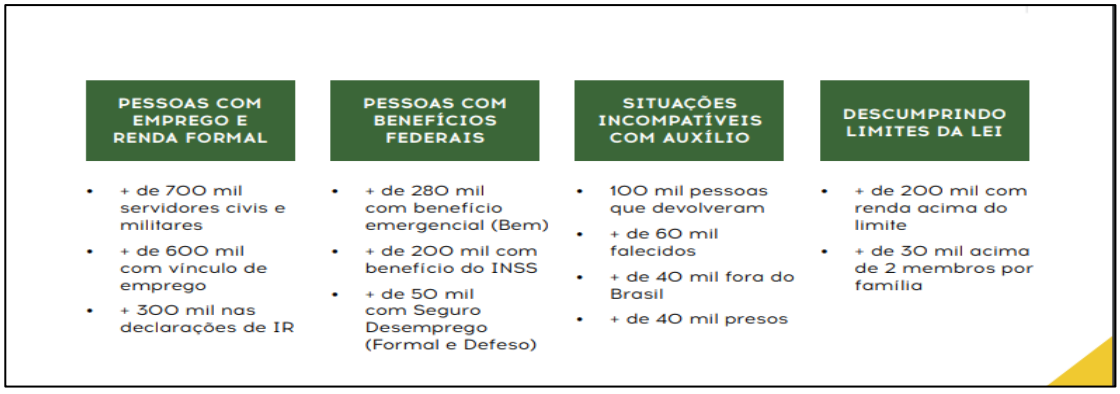
Contudo, a inclusão efetiva da população vulnerável identificada durante a execução do AE deparou-se com alguns obstáculos: 1) a exigência de acesso à internet para o acesso ao auxílio excluiu parcela da população em condições de vulnerabilidade social, a exemplo dos moradores de rua, idosos, localizadas em zona rural e de povos tradicionais. Ao interseccionarmos as categorias que envolvem a problemática da fome para estruturar o perfil dos sujeitos e articularmos ao perfil daqueles que foram excluídos do auxílio emergencial, surge a hipótese de que essa exclusão do Auxílio Emergencial, instituído entre 2020 e 2021, pode ter contribuído com a insegurança alimentar de famílias provenientes de distritos/povoados rurais que produzem a cultura da agricultura familiar de subsistência, da população negra, das famílias chefiadas por mulheres e que possuem na sua estrutura familiar crianças (Rede PESSAN, 2022).

Por outro lado, em face da falta de controle social e fiscalização acerca dos inscritos no AE, ocorreu o pagamento indevido a cidadãos que não se enquadraram no perfil para o

recebimento do auxílio, o que gerou, após inúmeras denúncias, um montante de gastos públicos que requisitaram a intervenção dos órgãos de controle. O *Balanço da Fiscalização do Auxílio Emergencial*, produzido em 2022 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com contribuições da Controladoria Geral da União (CGU) e outros órgãos de controle, constatou que cerca de 12,7 milhões de pessoas que foram beneficiadas infringiram as condicionalidades da legislação. Os gastos estimados desse "erro" contabilizaram 54 bilhões em pagamentos indevidos (TCU, 2022).

O levantamento feito até agosto de 2020, que retirou do auxílio 3,7 milhões de pessoas, mostra o perfil dos beneficiários indevidos.

Quadro 4 – Perfil dos beneficiários indevidos detectados/ agosto




Fonte: TCU, 2022.

Em 2020, 68 milhões de pessoas foram beneficiadas com a AE e em 2021, 39,3 milhões. Através dos dados disponibilizados, percebe-se que há uma incoerência quanto à abrangência da medida emergencial apontada por Cardoso (2020).

Em dezembro de 2021, o AE foi extinto e o Programa Bolsa Família (PBF), depois de 18 anos de existência, substituído pelo Auxílio Brasil (AB), juntamente com o decreto que define o fim da pandemia

A aprovação do Auxílio Brasil gerou conflitos de interesses a partir do questionamento da sua finalidade, estrutura, validade e diferenciação quanto ao PBF. Além disso, a retirada das condicionalidades vinculadas à política de saúde e educação, a diminuição da abrangência da política e do orçamento proporcionaram o estreitamento do acesso ao benefício.

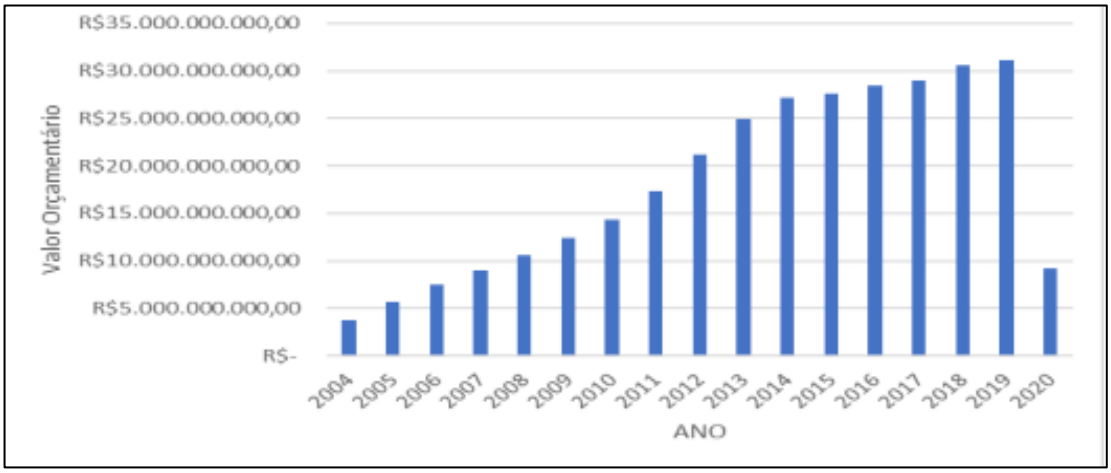
> O auxílio emergencial foi criado pelo Congresso Nacional pela Lei 13.982/20, concedendo nove parcelas sendo cinco de R$600 e quatro de R$300. Em 2021 o PAE reduziu em cerca de 50% os beneficiários de 2020. A PEC Emergencial 186/19, permitiu pela Emenda Constitucional 109 que fosse pago em 2021, um novo auxílio emergencial para a população vulnerável afetada pela pandemia agora por quatro meses no valor de R$ 175 a R$ 375. Entre 2020 e 2021 as pessoas abrangidas pelo

> PAE de um total de 68 milhões de indivíduos passou para 39,3 milhões (Sposati; Meira, 2022, p. 04).

A diminuição no investimento resultou no aprofundamento de uma política ainda mais focalizada e seletiva e, por conseguinte, no aumento da demanda reprimida em meio a uma crise ainda não superada. Boschetti (2009), em seu artigo acerca do processo de avaliação das políticas sociais, lista aspectos imprescindíveis para sua efetividade que englobam a abrangência, formas de acesso e permanência, articulação com as demais políticas, orçamento e controle social.

O quadro a seguir ilustra o histórico do financiamento/desfinanciamento do Programa Bolsa Família entre os anos de 2004 e 2020.

Figura 1 –Financiamento do Programa Bolsa Família.




Fonte: https://rendabasica.com.br/rbrb-biblioteca/coletanea-rbrb-ftas-vol-3/.

O percurso das ações de transferência de renda no âmbito da política de assistência social requisita um estudo mais amplo. Contudo, torna-se importante compreender como esses programas foram efetivados e qual sua configuração na atualidade, já que fazem parte dele parcela significativa dos (as) estudantes assistidos (as) pela política de assistência estudantil implantada na UAST/UFRPE.

Com base nisso, infere-se que o parco investimento nas políticas sociais no governo Bolsonaro distanciou mais ainda as propostas constitucionais de universalização das políticas. A política de educação foi uma das que mais sofreu com a redução do financiamento, que em alguns momentos foram denominados de contingenciamento. No entanto, essa política será melhor contextualizada no próximo Capítulo.

# 3 O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO GOVERNO BOLSONARO: "POLITICAGEM, IDEOLOGIZAÇÃO E BALBÚRDIA" X "EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA"

As citações presentes no título remetem às falas, respectivamente, do Ministro Abraham Weintraub e dos estudantes que se manifestaram contra as medidas adotadas pelo ministro que desregulamentaram ainda mais o direito à educação, em todos os âmbitos. Essas expressões são reflexos das formas como a política de educação pública foi tratada durante o governo Bolsonaro. A análise será mais aprofundada, posteriormente, e articulada à forma como o direito à educação foi historicamente implementada no Brasil.

Conforme aponta Mészáros (2005), as políticas de educação assumem a função de reprodução do capital, distanciando-se de uma educação que, isoladamente, não contribui para a emancipação social porque é parte da complexidade que compõe a sociedade capitalista.

Para melhor compreensão da educação brasileira vem assumindo desde a industrialização do país será feita uma breve retomada histórica a fim de compreender a configuração da educação pública na atualidade.

## 3.1 BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA ERA VARGAS AO GOVERNO MICHEL TEMER

Para Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), dentre as políticas educacionais, o segmento educacional mais atingido foi à educação superior pública que, desde a era Vargas, a partir de 1930, possui papel de manutenção do capital, criando mão de obra específica para o desenvolvimento, em atendimento às necessidades do processo de industrialização brasileiro que, apesar do seu estágio ainda incipiente, requisitou mão-de-obra qualificada para o funcionamento das indústrias. Em detrimento dessa necessidade, as autoras também afirmam que estrategicamente o governo provisório, assumido por Getúlio Vargas, prioriza a política de educação, principalmente a educação básica, pela primeira vez na história do Brasil. Contudo, a finalidade como situado era de atender às demandas que surgiam com o processo industrial.

> Uma das primeiras medidas do Governo Provisório instalado com a Revolução de 1930 foi criar o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública – aliás, uma antiga reivindicação de educadores e intelectuais brasileiros, conferindo à União poder para exercer sua tutela sobre os vários domínios do ensino no país. Tratava-se de adaptar a educação a diretrizes que, notadamente a partir daí se definem tanto no campo político quando no campo educacional. O objetivo era o de criar um ensino

> mais adequado à modernização que se almejava para o país e que se constituísse em complemento da obra revolucionária, orientando e organizando a nova nacionalidade a ser construída (Shiroma, Moraes e Evangelista, 2002, p.18).

Se até a década de 1930, no período republicano, a educação era privilégio dos filhos da classe dominante, com a industrialização e ascensão de Vargas, a educação estende-se aos demais segmentos da sociedade, porém de forma precarizada, objetivando uma formação estritamente técnica e profissionalizante para que suprisse a demanda por mão de obra nas fábricas. Foi com essa finalidade que ocorreram as parcerias entre o Estado e as instituições privadas, que se encarregaram de "formar uma força de trabalho técnica e ideologicamente disciplinada para o processo de industrialização em expansão" (Frigotto, 2005, p. 229).

Conforme Saviani (2005, p. 11), a partir da Constituição Federal de 1934, "a educação começa a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como uma questão nacional". O interesse de classes na condução da política educacional e constituição, enquanto mecanismo de reprodução do capital é direcionada, desde a constituição da estrutura legal, para a manutenção da desigualdade social e, por consequência, educacional, presentes nas formas de acesso até a permanência do seu público alvo.

> O dualismo da educação para pobres e ricos foi e ainda é uma realidade nas diversas leis e decretos desde os anos 1930. O princípio liberal da igualdade das oportunidades educacionais fora impresso nas leis à medida que a educação vai sendo entendida como um direito de todos e um dever do Estado; no entanto, a concepção dualista do ensino público e privado, com o ensino técnico para os filhos dos trabalhadores e o ensino propedêutico para os filhos das elites, manteve-se como uma posição desejável, pois a reprodução do sistema capitalista necessitava e necessita da reprodução das desigualdades de classe (Longo, 2008, p. 17).

Os governos ditatoriais tentaram conter a manifestação dos movimentos sociais, retirando legalmente a liberdade de expressão, potencializando a política centralizadora e repressiva que marcou o período pós 1964, além de ter claro o pensar sobre o papel da educação: educar para o capital. Assim, foi fortemente disseminada, nos anos 1970, a teoria do capital humano que depositava na educação o caráter salvacionista para superação da desigualdade social resultantes das mazelas geradas pela acumulação capitalista. Todavia, "ao final dos 20 anos de ditadura, a desigualdade educacional continuou e a de classe aprofundou" (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2002, p. 229).

Esse período marcou a abertura do capital nacional ao capital internacional. Assim, a busca pelo desenvolvimento requisitou a inserção de tecnologia nos aparelhos industriais. Para isso, tornou-se necessária a formação de trabalhadores especializados, aptos ao manuseio da

tecnologia proveniente de outros países. Essa especialização não abrangia a classe trabalhadora para a qual era destinado o ensino fundamental, garantindo, apenas, a formação profissional mínima.

> O processo de produção do saber, enquanto processo que implica pensar, refletir sobre as condições históricas concretas de onde emerge, tende, embora não sem luta, sem conflitos, a reduzir-se a uma transmissão de um "saber" em "pacotes" de conhecimentos, um conhecimento pré-programado. Isso não atinge apenas os cursos profissionalizantes, os programas de treinamento, mas essa tendência passa ser cada dia mais dominante nos diferentes níveis de ensino (Frigotto, 1989, p. 26).

Diante da concepção e do papel estabelecido para a educação pelos governos de Vargas e militar-ditatorial, essa, enquanto política social, apresentou as seguintes características: 1) o atendimento aos interesses do mercado que desconsidera a importância do saber no sentido de formar uma consciência crítica acerca da realidade, uma vez que para o capital interessa apenas a habilidade técnica; 2) a limitação e precariedade da política voltada para a classe trabalhadora.

Como já assinalado, a crise dos anos 70 tomou proporções que influenciaram na reconfiguração do cenário brasileiro. Com isso, declinou em 1985, a era ditatorial brasileira e ressurgiram com forças maiores as lutas dos movimentos sociais, com destaque para o Movimento da Constituinte que almejava a efetivação da educação como direito de todos. "Saviani afirma que as sugestões aprovadas, em 1986, na IV Conferência Brasileira de Educação, sintetizadas na Carta de Goiânia, foram incorporadas quase na íntegra ao capítulo da Educação da nova Carta Magna" (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2002, p. 50).

Ocorre que esse processo se deparou com circunstâncias contrárias à sua universalização e garantia, norteada pelo ideário neoliberal. No campo da educação superior, ocorreram mudanças que fizeram parte do pacote de reformas administrativas, com destaque para as ações que simplificaram a abertura de instituições privadas de ensino superior, assim como a abertura para a entrada de empresas privadas nas IFES, por meio de parcerias no âmbito das atividades acadêmicas, como através da terceirização de serviços essenciais.

> Compreendemos que a privatização da educação superior não é um fenômeno isolado, na dinâmica da estrutura social capitalista. É parte de um processo muito mais complexo e integra um conjunto de estratégias adotadas pelos países centrais do capitalismo mundial, como forma de superação da profunda crise de acumulação, iniciada a partir dos anos 70, do século XX, e que se arrasta até os dias atuais (Chaves, 2022, p. 03).

Junior e Maués (2014) abordam que o direito à educação superior pública no Brasil está historicamente atrelado a órgãos internacionais que preconizam os interesses do mercado. Para

isso, orientam as políticas educacionais de países que se encontram em posição periférica quanto ao desenvolvimento econômico. Segundo os autores, a inserção do Banco Mundial iniciou-se na década de 1980 e desde então estabelece reformas para fomentar o desenvolvimento de países como o Brasil, com base na ideologia neoliberal. Segundo Leher (1999, *apud* Júnior e Maués, p. 1142, 2014).

> [...] o Banco Mundial tornou-se uma espécie de ministério da educação dos países periféricos ao estabelecer condicionalidades em termos das políticas sociais a serem adotadas pelos países tomadores de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do BM. A capacidade de emprestar recursos aos países periféricos, combinado com a assessoria técnica prestada pelo Banco, permitiu que politicamente este se tornasse o maior centro mundial de informações sobre desenvolvimento e pudesse canalizar para a órbita de influência dos Estados Unidos (EUA) a maioria dos países que estavam passando por processos de descolonização e que estavam sendo disputados pela União Soviética (URSS).

O Banco Mundial, ao determinar políticas sem a consideração das particularidades dos países, propõe "um único pacote de reformas aos países em desenvolvimento" (Altman, 2002, p. 80). Ainda segundo a autora, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)[16] preocupa-se com a pobreza e deposita na educação a solução para o combate desta. Assim, são ampliadas as formas de acesso, mas sem a preocupação com a melhoria das condições de permanência e do próprio acesso que é restrito a ampliação de vagas nas instituições escolares. É através dessa inclusão e desse acesso à educação que parte da população é excluída do direito a uma educação de qualidade. De acordo com Correio (1996 *apud* Altman, 2002, p. 79)

> Desde 1990, o BIRD tem declarado que seu principal objetivo é o ataque à pobreza. Para isso, suas duas principais recomendações são: uso produtivo do recurso mais abundante dos pobres – o trabalho – e fornecimento de serviços básicos aos pobres, em especial saúde elementar, planejamento familiar, nutrição e educação primária. Nesta visão, o BIRD considera o investimento em educação a melhor forma de aumentar os recursos dos pobres.

A defesa da privatização do ensino superior, a partir dos anos 1990, será firmada nas reformas das legislações que norteiam a operacionalização do ensino superior, assim como no discurso fortalecido ou enfraquecido pela mídia, a depender dos interesses políticos.

---

[16]Este banco foi criado em 1944 objetivando ajudar a reconstrução dos países europeus, destruídos em consequência da guerra. Ligado a ONU, passou a integrar o Banco Mundial (SENADO FEDERAL.SECON). Disponível em: https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/bird#:~:text=Fornece%20empr%C3%A9stimos%20diretos%20a%20longo,de%20desenvolvimento%20e%20assist%C3%AAncia%20t%C3%A9cnica.

A Democratização do ensino superior público ocorreu de forma significativa no governo Lula, quando comparada aos demais. Foi realizada a reestruturação das IFES a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ao passo que foram também atendidos os anseios das empresas privadas através da criação de financiamento de cursos de graduação por meio do Financiamento Estudantil (FIES[17]) e do Programa de Universidade para todos (PROUNI)[18]. Ambos têm o intuito de facilitar a entrada e permanência de candidatos ao ensino superior em instituições privadas. Com essas políticas, aumentou o número de instituições privadas de ensino superior credenciadas junto ao Estado.

Segundo Lemos (2007, p. 78), é "através de medidas provisórias como o PROUNI, onde financia vagas nas Universidades privadas para estudantes de baixa renda, que a privatização do ensino avança na direção da proposta do Banco Mundial". A autora aponta que o mecanismo de Democratização do ensino é a forma de vender a mercadoria "educação de nível superior" através da mediação do Estado, que cria os caminhos para a inserção do setor privado na educação superior e, ao mesmo tempo, para a gradativa perda das IFES, contrapondo-se ao constitucionalmente estabelecido: "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (Brasil, 1988).

Além desses instrumentos de monetização da educação, ocorreu a privatização dos hospitais universitários por meio da instalação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), criada por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, configurando um novo modelo de gestão para a educação superior, com diferente forma de regime jurídico e de trabalho.

O processo de interiorização das IFES, através do REUNI, proporcionou a disseminação de universidades para além das grandes cidades, onde, historicamente, instalaram-se as universidades públicas, impossibilitando o acesso de grupos menos favorecidos socioeconomicamente, com cidades de origem distantes dessas instituições.

Conforme dados do Ministério da Educação (MEC), " o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi [...]"[19]. Através da implantação das políticas de interiorização das universidades, estudantes passaram

[17]Disponível em: < https://acessounico.mec.gov.br/fies>. Acesso em 26 de abril de 2023. https://acessounico.mec.gov.br/fies
[18]Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/prouni>. Acesso em 26 de abril de 2023.
[19]Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/expansao. Acesso: 26 de abril de 2023.

a ter mais facilidade de acesso às universidades, proporcionando, concomitantemente, o desenvolvimento da mesma. Assim aconteceu e acontece com os (as) discentes que são assistidos (as) pela política de assistência estudantil da UAST, advindos (as), em sua maioria, de cidades e Estados circunvizinhos, em situação de vulnerabilidade social.

> No Plano Nacional de Educação, elaborado em 1998 e aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2021, o governo reconhecia a necessidade de expansão do ensino superior no país, mas defendia que essa devia ser feita com a "racionalização dos gastos e diversificação do sistema" além, é claro, da contribuição valiosa das instituições privadas. A meta a ser atingida, em dez anos, era o atendimento de 30% da população, na faixa etária de 18 a 24 anos, sendo estabelecido que o setor público teria uma expansão de vagas que se mantivesse numa proporção nunca inferior a 40% do total. Essa meta foi vetada pelo Presidente da República, o que confirma a hipótese de que a expansão nesse nível de ensino deveria ocorrer principalmente pelo setor privado (Chaves *et al.*, 2022, p. 06).

Não obstante o direcionamento das políticas educacionais no governo Lula inclinarem-se para o crescimento e atendimento às empresas privadas de ensino superior, é também marcado pela expansão de universidades públicas considerando não apenas a expansão física, mas a acadêmica e a pedagógica, modificando a realidade de diversas cidades, conhecidas como 'interior do estado', fora do foco das capitais.

Neste contexto de expansão, observa-se o acesso perceptível no processo de trabalho do Serviço Social, através da técnica da visita domiciliar. Neste novo cenário político de inclusão, ocorre a possibilidade de ruptura com a pobreza intergeracional que o acesso à educação superior pública pode proporcionar para os estudantes, principalmente aqueles cujas famílias são de origem rural e vivem na área rural. Se antes, como verbalizado normalmente pelos pais ou responsáveis desses discentes, a única saída para sobrevivência era a continuidade do trabalho na agricultura de subsistência, com a chegada da universidade pública no interior, é possível que os filhos desses trabalhadores se tornem "doutores", através da graduação e da possibilidade do acesso a programas de pós-graduação, como o mestrado, antes da inserção no mercado de trabalho.

Ressalta-se que o intuito desse relato não é romantizar a educação e caracterizá-la como 3.1um direito social messiânico; se assim o fosse, estaríamos entrando em contradição uma vez que corroboramos com o pensamento de István Mèzaros (2005), citado no primeiro parágrafo desse item, o qual nos aponta a incapacidade de a educação, como parte da complexidade da sociedade, contribuir isoladamente para a transformação social. O objetivo é pontuar a importância da proximidade da política de educação superior pública das comunidades que

historicamente estiveram excluídas do acesso ao direito à educação e que na atualidade encontram na mesma a possibilidade de descortinar o que é posto no seu cotidiano.

A abrangência da política de educação superior pública requisitou ações afirmativas que garantissem o acesso e a permanência dos discentes, provenientes de camadas marginalizadas da sociedade para que se inserissem nos espaços de produção de ciência. Em 2010 foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil, por meio do decreto 7.234/2010. Além disso, houve a ampliação dos espaços físicos e dos recursos humanos da IFES, a regulamentação das políticas de cotas, através da Lei 12.711/2012, que democratizou o acesso a cursos historicamente elitistas como medicina, direito e as engenharias, com a justificativa de reparo histórico aos povos tradicionais.

No entanto, o que estava avançando do ponto de vista da reparação histórica e a garantia do direito à educação retrai enquanto política pública em consequência da Emenda Constitucional nº 95/2016, que impossibilita investimentos nas políticas de educação superior e causa retrações que interferem diretamente na dinâmica acadêmica, principalmente no governo de Jair Messias Bolsonaro.

Conforme Silva e Silva (2022), a medida sancionada pelo Governo Temer compromete o andamento das atividades das IFES, além de impossibilitar que sejam atingidas as 20 metas e 254 estratégias propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, Lei 13.005 de junho de 2014, cujo período de vigência é de dez anos. Para as IFES, o PNE propõe as seguintes metas:

> Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
> Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
> Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores (Brasil, 2014).

Todavia, o cumprimento de, por exemplo, a meta 12 exigiria que seus recursos fossem dobrados entre 2016 a 2024, "o que será impossível no contexto da PEC 241" (Amaral, 2021, p.663), atual EC nº95/2016. Dessa maneira, na gestão do governo Bolsonaro essas metas tornaram-se inatingíveis com a redução do orçamento, a instabilidade do MEC e a criação de programas que endossam o argumento da educação enquanto mercadoria.

A seguir será abordada de forma mais aprofundada como foram estruturadas as estratégias de desenvolvimento do direito à educação pública, com foco na educação superior materializada nas IFES.

## 3.2 O FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PRECARIZAÇÃO DAS IFES NO GOVERNO BOLSONARO

A literatura abordada ao longo desta sessão apreende o direito à educação, no Governo Bolsonaro, no direcionamento do viés privatista que confirma sua gestão ultraneoliberal. A gestão do referido governo foi marcada pela tentativa da retomada da centralização da administração das políticas sociais, da rotatividade dos representantes do MEC, o desfinanciamento das políticas educacionais que precarizaram as instituições, seus processos de trabalho e os servidores públicos, questionando seus direitos garantidos em lei. As propostas para os serviços públicos mostraram-se retrógradas, desvinculadas da realidade social brasileira e desmerecendo os processos de lutas históricas para a conquista de direitos sociais.

O Plano de governo do presidente Jair Bolsonaro (2018) evidenciava a finalidade das políticas sociais e o rumo dos direitos sociais, ainda nas primeiras páginas, ao destacar por meio de uma concepção descortinada do liberalismo, a liberdade como "o bem mais precioso de qualquer cidadão": "Liberdade para as pessoas, individualmente, poderem fazer suas escolhas afetivas, políticas, econômicas ou espirituais".

As palavras-chave da primeira pauta do plano, valores e compromisso, mostram o conceito de liberdade associada à defesa da *propriedade privada*. Além desses pontos, a pauta inclui as palavras *família e verdade* como prioridades. Como já mencionado, a concepção conservadora acerca da instituição família que predominou na execução das ações propostas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, gestado pela Ministra Damares Alves, de 2019 até 2022, ensejou políticas de exclusão de grupos historicamente excluídos, contrapondo-se ao pensamento contemporâneo acerca da constituição familiar contemplada enquanto instituição com centralidade nas políticas sociais.

A educação é citada no Plano por vinte vezes e a prioridade é direcionada para a educação básica e médio/técnico com vistas à implantação da experiência do Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Subsidiada pela concepção liberal, o plano enaltece a importância da política de educação superior para o desenvolvimento produtivo e econômico do país, como Coréia do Sul

e Japão, em que na relação público x privado predomina o compromisso com os interesses do mercado.

> As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coréia do Sul. (Bolsonaro, 2018, p. 44).

O plano não cita a ampliação do acesso e nem as políticas de permanência como o PNAES e demais políticas de ações afirmativas. Também não especifica políticas para os povos tradicionais e para grupos ainda minoritários dentro dos espaços acadêmicos como pessoas com deficiências e LGBTQIAPN+. Pelo contrário, foram efetivadas ações que incentivaram a violência institucional desses grupos ao retirar as políticas sociais de seus interesses do cenário político, retrocedendo as lutas e avanços já conquistados no âmbito da educação superior, como foi o caso da suspensão durante a pandemia do Programa de Bolsa Permanência (PBP), criado através da Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013, para estudantes provenientes de comunidades indígenas e quilombolas.

O PBP é um programa criado pelo MEC, pago diretamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC e operacionalizado pelas universidades federais. O programa disponibiliza uma bolsa no valor de R$900 a estudantes indígenas aldeiados e quilombolas que estão matriculados nos cursos de graduação. Diferente dos demais programas da política de assistência estudantil, o PBP possui edital e condições para permanência, unificados. Conforme a referida portaria, “a Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica” (Brasil, 2013).

As pesquisas de Moura e Cruz (2022) e Chaves *et. al* (2022) e Cislaghi *et al.* (2019) acerca da configuração da educação superior a partir de 2019 apontam para uma política que sofreu enfraquecimento proporcionado pelos progressivos cortes orçamentários que inviabilizaram a continuidade do desenvolvimento de pesquisas, baseado no discurso de incredibilidade da ciência enquanto instrumento de desenvolvimento social e econômico.

Entre os anos de governo Bolsonaro, assumiram efetivamente o MEC quatro ministros com gestões desprovidas de competência técnica e com escândalos de corrupção, além disso, a

questão moral, baseada em concepções religiosas, contribuiu para a retomada do conservadorismo das políticas educacionais.

O primeiro Ministro a assumir foi Ricardo Vélez Rodríguez, com gestão que durou cerca de quatro meses, de 01 de janeiro de 2019 a 08 de abril do mesmo ano. O discurso acerca das IFES durante seu exercício teve um viés elitista e excludente ao declarar que "a ideia de ensino superior para todos não existe". Nesse sentido, a ampliação da Democratização do acesso à educação superior determinada nas normativas (Constituição Federal de 1988, pelo PNAES e pelo PNE) não foram contempladas em suas ações. Para o ex-ministro, "é bobagem pensar na Democratização da universidade, nem todo mundo gosta. [...] Como os youtubers, ganham dinheiro sem enfrentar uma universidade"[20].

Em 23 de janeiro de 2019, o ex-ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, apresentou o documento *Metas nacionais prioritárias: Agenda de 100 dias de governo,* com 37 medidas, as quais apresentam direcionamentos para a execução de ações de políticas sociais nos vários âmbitos. No que concerne à educação, de um modo geral, as metas a serem atingidas foram:

Quadro 5: A educação para os 100 primeiros dias de governo Bolsonaro

| AÇÃO | OBJETIVO |
|---|---|
| Programa Ciência na Escola | Promover interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências. |
| Alfabetização Acima de Tudo (MEC) | Lançamento de um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização, com a proposição de método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas. |
| Educação domiciliar | Regulamentar o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo STF, por meio de Medida Provisória, beneficiando 31 mil famílias que se utilizam desse modo de aprendizagem. |
| Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania | Elaborar e disseminar agenda de promoção da ética e da cidadania a ser adotada por escolas no âmbito da sala de aula. |

Fonte: Metas Nacionais Prioritárias: Agenda de 100 dias de Governo.[21]

No âmbito do MEC, a meta para educação foi colocada somente para ensino básico, subsidiando o discurso do referido Ministro de que é necessário transferir recursos do ensino

[20]Disponível em: < https://revistaforum.com.br/politica/2018/11/27/bobagem-pensar-na-Democratizao-da-universidade-diz-ministro-da-educao-de-bolsonaro-36503.html>. Acesso em 10/05 de 2023.

[21]Disponível em: https://static.poder360.com.br/2019/01/100-dias-tabela-reformatada-com-17.pdf. Acesso em 30 abr.2023.

superior para o ensino médio e fundamental. A sutileza da proposta mostra-se perniciosa e contraditória quando mais à frente o discurso do MEC passa a ser de cobranças de mensalidade dos estudantes das IFES de forma proporcional às suas condições financeiras e a criação de programas que retiram a responsabilidade do Estado na garantia desse direito.

Não diferente dos demais assessores do presidente, o Ministro Rodríguez incentivou o enaltecimento ao período ditatorial ocorrido no Brasil, a partir do golpe de 1964, propondo a comemoração e a reconfiguração nos livros didáticos desse período. Dessa forma, é perceptível a junção de um anacronismo histórico que anula as lutas coletivas que culminaram na conquista da participação Democrática na construção e reconstrução do direito à educação com base na realidade social do Brasil na contemporaneidade. O agravamento dessa nulidade histórica perpassa as demais políticas sociais, incluindo a tentativa de centralidade das mesmas ao poder executivo, através da desregulamentação de instâncias de controle social. Essas características irão se apresentar na gestão dos mais outros quatro Ministros que assumiram o MEC entre 2019 e 2022, o que explana a rotatividade de representantes pautada numa política instável.

Após conflitos com o grupo que seguia o pensador conservador Olavo de Carvalho, o Ministro Vélez Rodríguez é substituído por Abraham Weintraub, “um economista ultraliberal, sem experiência prévia na área da educação” (Silva; Ribeiro; Andrade, 2023, p. 166). Weintraub assumiu o MEC em 09 de abril de 2019 até 19 junho de 2020 (01 ano e seis meses). A gestão do economista foi marcada por retrocessos que englobam ameaças e cortes sucessivos no orçamento das IFES como forma de retaliação às manifestações ocorridas, denominadas “balbúrdias”. As primeiras Universidades a terem seu orçamento diminuído foram a Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal da Bahia e Universidade de Brasília, em 2019, e posteriormente as demais.

Como forma de elucidar os cortes, torna-se necessário explicar que as universidades possuem dois tipos de verbas, divididas em obrigatórias e não obrigatórias. As verbas obrigatórias são destinadas ao pagamento dos vencimentos dos servidores ativos e aposentados; as não-obrigatórias estão divididas em mais duas: gastos de custeio e de despesas de investimento, com caráter discricionário. A primeira destina-se ao pagamento de água, energia, bolsas de pesquisa e pagamento de empregados terceirizados; a segunda, a obras e compras de insumos para laboratórios, por exemplo. Os gastos não obrigatórios foram alvo do bloqueio, comprometendo o andamento das atividades das IFES.

Em 2019 o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) publicou um artigo que alertou para o Decreto nº 9741 de 29 de março de 2019, o

qual determinou o contingenciamento em 30 de abril de R$29,582 bilhões do Orçamento da União para 2019. Desse montante, R$5,839 bilhões foram no âmbito da educação.

A redução do orçamento para as universidades foi de R$1,7 bilhões da previsão de R$49,6 bilhões e a compensação desse contingenciamento foi vinculada ao possível aumento do montante arrecadado dos impostos. Com isso, a manutenção dos restaurantes universitários, o pagamento de programas de permanência, a manutenção de espaços, o custeio de bolsas de iniciação científica e de pesquisa ficaram comprometidas.

Segundo o site *Carta Capital, e*m junho de 2019 ocorreu um novo bloqueio: mais R$348,47 milhões. O desbloqueio de parte da verba, de R$1,99 bilhões, ocorreu somente em setembro de 2019. Desse montante, as universidades ficaram com 58% do valor liberado. Contudo, continuam bloqueados R$5,8 bilhões.

As medidas impositivas atingiram também o desenvolvimento da ciência, com cortes condicionados ao desempenho. Inicialmente houve a suspensão de 2.431 bolsas e, em seguida, o corte de 5.613 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES). Com o desbloqueio, foram liberadas 3.182 bolsas. Percebe-se a falta de critérios coerentes e eficazes para determinadas tomadas de decisões acerca do andamento das políticas de educação. A intencionalidade era também a "aprovação da contrarreforma da Previdência Social e se a economia do país melhorar" (Cislaghi *et al*, 2019, p. 07).

As mudanças na política de educação superior estimularam momentos de tensão e despertou a necessidade de conscientização da comunidade acadêmica que passou a promover momentos que proporcionassem a elucidação dos ataques às universidades numa tentativa de tornar clara a difícil tarefa de desvendar a realidade.

A EC 95/2016 interferiu diretamente nessas medidas cujas principais objetivos foi "garantir o cumprimento da lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a meta de superávit primário e o teto dos gastos impostos pela EC 95/2016" (Cislaghi *et al.*, 2019, p. 05).

> O total de recursos destinados, cumulativamente, somente ao pagamento da amortização, juros e encargos da dívida pública de 2015 a 2021 (R$ 4,602 trilhões) representou 4,5 vezes mais que os recursos destinados pelo governo federal para a função saúde (R$ 1,015 trilhão), 5,5 vezes mais que os recursos destinados à educação (R$ 832,301 bilhões), 3,9 vezes mais que os recursos destinados para a assistência social (R$ 1,170, trilhão), 10,5 vezes mais do que os recursos destinados às universidades e aos seus hospitais (R$ 438, 380 bilhões) e 85,5 vezes mais que os recursos destinados para a ciência e tecnologia (R$ 53,820 bilhões) (Chaves *et al*., 2022, p. 13/14).

Foi também na gestão de Abraham Weintraub a criação do programa "Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se" em 17 de julho de 2019 com o

objetivo de **“**dar maior autonomia financeira a universidades e institutos por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo”[22]. Nas palavras usadas pelo referido ex-ministro no dia 11 de dezembro de 2019, na Comissão de Educação na Câmara dos Deputados, O “Future-se”, juntamente com outros programas lançados pelo MEC, “é a maior revolução na área do ensino no país dos últimos 20 anos”[23]. Somente quase um ano após o seu lançamento, em 04 de junho de 2020, o programa chegou à câmara dos deputados para aprovação com os seguintes objetivos:

> I - incentivar fontes privadas adicionais de financiamento para projetos e programas de interesse de universidades e institutos federais; II - promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, observadas as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, e as prioridades temáticas definidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; III - fomentar a cultura empreendedora em projetos e programas destinados ao ensino superior; IV - estimular a internacionalização de universidades e institutos federais; e V - aumentar as taxas de conclusão e os índices de empregabilidade dos egressos de universidades e institutos federais (Brasil, 2020).

As críticas da comunidade acadêmica permearam a implementação do Future-se, desde a sua construção, que descartou o debate com a comunidade acadêmica, até a sua implantação que objetivava a abertura à iniciativa privada e ao atendimento aos interesses do mercado, colocando em risco a autonomia das universidades e dos órgãos de fomento de pesquisas científicas. Conforme Silva e Silva (2022), o programa “representa a retirada do Estado do financiamento público da educação e o consequente aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais brasileiras” (p. 54).

No ano de 2020 a pandemia do covid-19 potencializou os problemas educacionais, uma vez que, esvaziadas as instituições como medida de contenção da disseminação do vírus, as atividades acadêmicas tiveram novos formatos, exigindo a adaptação da comunidade universitária aos novos formatos de atividades acadêmicas. A institucionalização do ensino remoto, principal ferramenta utilizada para continuidade das atividades das IFES, evidenciou os obstáculos para adaptação ao modelo temporário de ensino, relacionados, como destaca Moura e Cruz (2022), às classes mais empobrecidas inseridas no sistema educacional. A defesa do ensino remoto não poderia passar despercebido pelo empresariado do setor da educação privada.

---

[22]MEC. Disponível em :<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/future-se>. Acessado em 30 de abril de 2023.

[23] http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/future-se

> Para Leher (2020), as empresas voltadas para o mercado educacional tiveram grandes lucros com a adesão e a venda de plataformas e conteúdo para todos os segmentos ligados à educação, acompanhando um projeto político maior cujo objetivo é a mercantilização da educação, onde a verba pública escoa para os bolsos das grandes empresas, deixando à míngua um cenário já precarizado nas escolas e nas universidades. (Moura; Cruz, 2022, p. 12).

O referido autor cita em sua pesquisa o aumento da evasão escolar, a busca pelos aplicativos que conectam usuários às pessoas que utilizam carro, moto ou bicicleta como instrumento de trabalho, corroborando com o debate acerca do crescimento dos vínculos empregatícios que não garantem a proteção do empregado.

Abraham Weintraub foi alvo de polêmicas acerca de divulgação de informações falsas e ataque ao Supremo Tribunal Federal (STF) e foi exonerado do cargo em junho de 2020.

A continuidade de uma ideia que retrocede o direito à educação superior pública ocorre quando, em julho de 2020, assume o pastor presbiteriano, Milton Ribeiro, advogado, doutor em educação, teólogo e pastor da Igreja presbiteriana. As propostas de educação superior foram voltadas para a seletividade nas formas de acesso, através de uma Universidade "para poucos". As falas do gestor remetem à visão meritocrática de sociedade e desmerece cursos voltados às ciências humanas e sociais. Em entrevista concedida ao Programa "Sem censura", em 09 de agosto de 2021, Milton Ribeiro disse: "Tenho muito engenheiro ou advogado dirigindo Uber porque não consegue colocação devida. Se fosse um técnico de informática, conseguiria emprego, porque tem uma demanda muito grande".

A passagem de Ribeiro pelo MEC foi marcada por polêmicas envolvendo desvio de verba para beneficiar prefeituras.

Avritzer *et al.* (2021, p. 266) afirma que

> Desde o início da redemocratização, não havia tantos comandantes do MEC em tão curto espaço de tempo. Essa descontinuidade repete-se em outros postos-chaves do ministério: houve três presidentes do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e quatro secretários de educação básica nesse mesmo período.

A continuidade da rotatividade da gestão do MEC continuou quando em 18 de abril de 2022 Vitor Godoy foi nomeado como o quarto ministro efetivo do MEC, permanecendo até o final do mandato do presidente. O ministro, conforme site do MEC[24], não possui experiência

[24] https://www.gov.br/mec/pt-br/media/se/pdf/curriculoSE28_01.pdf

ou formação na área da educação, formado em engenharia de redes de comunicação e dados (UNB) é servidor público, atuando, anteriormente ao cargo do MEC, como auditor fiscal da CGU.

Durante sua fala, em 14 de dezembro de 2022 na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o Godoy afirmou dar continuidade aos cortes na educação, para manutenção do teto de gastos, principalmente com relação ao orçamento vinculado às IFES, corroborando com o que havia proposto Bolsonaro em seu plano de governo: "As demandas das universidades são pertinentes. Só que chega um ponto que não dá para investir 20% do PIB em educação. Nenhum país faz isso. O que precisamos, é rediscutir as formas de financiamento da educação no País"[25].

A atuação do MEC durante o governo Bolsonaro, especificamente no que se refere às políticas voltadas para o ensino superior público, foi palco de divergências nos espaços acadêmicos. Os esforços para priorizar o empresariado que atua no âmbito da educação superior não forma medidas e tentativas de mercantilizar a educação através, por exemplo, de propostas de pagamentos de mensalidades por parte de discentes inseridos nas IFES com maior rendimento, reforçaram as ideias ultraliberais do conservadorismo político.

> o foco é uma educação tecnicista que não tenha nenhum objetivo, a não ser formar profissionais que se enquadrem perfeitamente ao mercado de trabalho e se mantenham indiferentes aos ataques neoliberais aos direitos sociais, que prega a austeridade e o esvaziamento político da sociedade (Cislaghi *et al.*, 2019, p. 07).

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento: seria possível uma educação que possibilitasse o real desenvolvimento para uma sociedade mais justa e igualitária que permitisse que os sujeitos contribuíssem com a emancipação coletiva?

Mèszáros (2008), em sua obra *Educação para além do capital*, parte do princípio de que a política de educação não possui papel de construir uma sociedade mais justa quando esta é norteada pelas ideologias capitalista, que a tornou mercadoria. Contudo, a educação torna-se imprescindível para a transformação da consciência dos sujeitos e o reconhecimento do papel que assume na sociedade de classes.

Ao abordar a trajetória da materialização do direito à educação no Brasil é possível perceber que a educação sempre foi mecanismo de reprodução do capital, atendendo a mecanismos internacionais, o que confirma o perfil heterônomo que o país assume diante de países que hegemonicamente dominam a economia mundial e organismos internacionais. As

[25]https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/ministro-da-educacao-victor-godoy-garante-que-havera-orcamento-para-executar-todas-as-politicas-essenciais

reformas propostas por esses são vistas por Mészáros como limitação às mudanças nas políticas educacionais, uma vez que não rompe com a estrutura do capital, pois "[...] procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos" (Mèszáros, 2008, p. 27).

Assim, é possível inferir que as reformas (ou contrarreformas) educacionais nunca foram para a educação, mas para a manutenção e perpetuação de um projeto muito maior que articula outros mecanismos de reprodução, disseminando o discurso contraditório da busca por uma sociedade justa e igualitária.

Mediante isso, não é interessante para a ideologia neoliberal e ultraneoliberal que os sujeitos sociais possam entender a realidade de modo a decifrá-la, mas torna-se cômodo para este modo de produção a posição alienadora em detrimento de uma educação emancipatória. Como saída a este tipo de educação e sociedade como um todo, Mészáros sugere a ruptura com a lógica do capital a partir da luta de classes na arena de conflitos. Para o autor, a educação para além do capital significa "conscientização e testemunho de vida" (Mészáros, 2008, p. 13), inclusão das realidades e dos sujeitos no processo de educação formal de forma que esses se reconheçam enquanto parte do processo pela *autoeducação.*

> O preceito ideal e o papel prático da educação no curso da transformação socialista consistem em sua intervenção efetiva continuada no processo social em andamento por meio da atividade dos indivíduos sociais, de acordo com os valores exigidos e elaborados por eles para cumprir seus desafios. Isso é inconcebível sem o desenvolvimento de uma consciência moral. [...] a moralidade da educação socialista se preocupa com a mudança social de longo alcance racionalmente concebida e recomendada (Mészáros, 2008, p. 89).

Apreende-se a relação que Mészáros faz entre uma educação emancipatória e o rompimento da tessitura do capital; e como a educação difere das reformas contemporâneas aplicadas à política. Para ele, uma educação que contribua para a transformação social transcende os espaços formais e um fazer estritamente individual como preconizado pela ideologia neoliberal.

# 4. O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

## 4.1. O CARÁTER ASSISTENCIAL DO ESTADO, ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS E O ASSISTENCIALISMO

Apontamentos realizados por Leite (2018) e por Dutra e Santos (2017) mostram a existência da percepção enviesada acerca do PNAES ao ser analisada como política de assistência social. Diante disse, antecederá às explanações posteriores desse capítulo a análise das principais semelhanças e diferenças baseados nos objetivos e finalidades da assistência estudantil, no âmbito do PNAES, e da assistência social enquanto uma política social específica[26]. Será tomado por base para subsidiar a análise dos estudos realizados por Sposati; Bonetti; Yazbek; Carvalho (2014), que se debruçaram para elucidar o caráter assistencial do Estado, a assistência social pública e o assistencialismo.

A crise do capitalismo, na década de 1970, reconfigurou as formas de acumulação de capital, estabelecendo uma nova ideologia resgatando características liberais e limitando o papel de mediação do Estado no mercado e nas políticas sociais. Essas ações resultaram numa nova roupagem ideológica, o neoliberalismo, e num modo de acumulação mais flexível. Contrariamente ao discurso impregnado pelos defensores do mercado, a desigualdade social na fase do capitalismo, com respaldo em uma nova ideia liberal, é visível e progride à medida que ocorre menos intervenção estatal nas políticas públicas e mais abertura do Estado para os interesses do mercado.

É nesse contexto de agravamento da desigualdade social, com a crise do capital, que Sposati (2014) define que o Estado assumirá o caráter assistencial, o qual passa a atender as necessidades dos sujeitos de forma emergencial, distanciando-se da universalização e do trato das necessidades sociais enquanto dos direitos sociais. A autora define que "o caráter emergencial é aqui conotado como respostas estatais eventuais e fragmentadas" (SPOSATI, *et al.* 2014, p. 34).

A autora elucida a relação de exclusão e inclusão entre o Estado e aqueles (as) que acessam as políticas sociais, apontando que ao distanciá-las do papel de instrumento de

[26] É também comumente utilizada a expressão "assistência social" para se referir ao Serviço Social. No entanto, "assistência social" é uma política social, regulamentada pela LOAS e o Serviço Social, uma profissão regulamentada pela Lei de Regulamentação nº 8742/93.

materialização dos direitos sociais, assim como do papel do sujeito enquanto usuário (a) e não como cliente, favorecido (a) ou beneficiário (a), o Estado passa a assumir um papel paternalista, benemerente, com atuação pontual e desarticulada. Assim, "o assistencial é uma das características em que se expressa a ação do Estado brasileiro nas políticas governamentais de corte social" (Sposati *et al.* 2014, p. 33)

> Ao contrário de caminhar na direção da consolidação de direito, a modalidade que irá conformar as políticas sociais brasileiras será primordialmente o caráter assistencial. Com isto, o desenho das políticas sociais brasileiras deixa longe os critérios de uniformização, universalização e unificação em que se pautam (ou devem pautar) as propostas do *WelfareState.* Em contraposição à universalização utilizarão, sim, mecanismo seletivo como forma de ingresso das demandas sociais. (Sposati *et al.* 2014, p. 34).

As políticas sociais com caráter assistencial são identificadas e executadas mediante reiteração da subordinação, movimento de exclusão x inclusão, atestado de grau de carência, triagem socioeconômica e corte emergencial nas políticas sociais, sendo a "única face possível do capitalismo a justificar as desigualdades sociais". (Sposati, 2014, p. 99)

Acerca da assistência social pública a autora aponta que é um instrumento do Estado utilizado para o enfrentamento das expressões da questão social. A forma de utilização desse instrumento pode ou não reafirmar os direitos sociais dos usuários. Sua afirmação converge para uma assistência eficaz quando, mesmo em meio à dicotomia das políticas sociais, busca-se atender às necessidades da população, enquanto direitos sociais e enxergando-o como usuário e não beneficiário. Essas conquistas são frutos da inserção da população na arena contraditória de uma sociedade baseada em classe sociais. A arena do conflito é imprescindível para a defesa dos interesses sociais, distanciando-se de espaços permeados pelo consenso. Através dessa dinâmica, torna-se possível a abrangência da cidadania, baseada numa concepção de assistência social pública, por meio das políticas sociais que concretizem e contribuam para uma maior universalização dos direitos sociais.

A assistência social pública não está vinculada somente a uma política social específica, no caso a política de assistência social, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social, mas adentra outras políticas. No caso da política de educação, a assistência social pública pode ser exemplificada através do PNAES, do Programa de Bolsa Permanência (PBP), destinado a indígenas e quilombolas e do PE no Campus, política governamental do Estado de Pernambuco para subsidiar estudo dos (as) discentes provenientes de escolas públicas, com recorte socioeconômico.

A assistência social como ação governamental também se encontra nas políticas de saúde, do trabalho, saneamento básico, habitação, dentre outras. A Política de assistência social, enquanto direito social, compõe o tripé da Seguridade Social, é destinada a quem dela necessita com o objetivo de garantir a proteção social em decorrência de riscos e vulnerabilidade social, além disso está inserida nas políticas de saúde, do trabalho, saneamento básico, habitação, dentre outras.

Uma análise acerca da política de assistência social e da política de assistência estudantil, presente na revista criada em comemoração aos 25 anos da existência do FONAPRACE (2012), aponta que a relação da assistência estudantil com a política de assistência social é estabelecida através da sua inserção na Constituição Federal de 1988 enquanto um direito social que configura proteção social.

A partir dessa nova concepção de Educação e Assistência Social, iniciou-se um período de reflexões e mudanças, inaugurando um novo padrão de proteção social afirmativo de direitos, que superava as práticas assistencialistas e clientelistas.

> A educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito (FONAPRACE, 2012, p. 105).

A política de assistência social enquanto uma política específica é regulamentada por legislação específica. A partir do quadro abaixo, é possível comparar a política de assistência social, regulamentada pela LOAS e O PNAES

Figura 2 – Comparativa entre as Políticas sociais de assistência estudantil e assistência social

| **Política de Assistência Social** | **Política de Assistência Estudantil** |
|---|---|
| ✓ Política prevista na Constituição Federal de 1988 (Art. 203, 204) no tripé da Seguridade Social (Assistência- Previdência-Saúde). | ✓ Inscrita na Constituição Federal de 1988 (Art. 205, 206) na interface com a Política de Educação. |
| ✓ Ênfase nas necessidades básicas sociais (mínimos sociais). | ✓ Ênfase nas necessidades estudantis para garantir as condições de igualdade no acesso, permanência e conclusão de curso no Ensino Superior |
| ✓ Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. | ✓ Órgão Responsável: Ministério da Educação – MEC. |
| ✓ Regida pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS; Lei 8742/1993. | ✓ Regida pelo Decreto n. 7.234/2010 - Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. |
| ✓ Política pública na dimensão dos direitos sociais. | ✓ Política Pública na dimensão dos direitos sociais. |

Fonte: FONAPRACE/ ANDIFES (2021)

Sobre isso, Dutra e Santos (2017, p. 165) afirmam que

> Na literatura vê-se muitas vezes a associação entre a política de AE e a política de assistência social. Entretanto, é necessário destacar que essas são políticas sociais distintas, com regulamentação e objetivos específicos. Os propósitos da AE estão relacionados à sua centralidade como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais no contexto da educação, considerando sua importância para a ampliação e a Democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes no Ensino Superior Público federal (BRASIL, 2007), ao passo que a política de assistência social "visa prover os mínimos sociais, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas

Outro ponto abordado por Sposati *et al.* (2014) e Dutra e Santos (2017) é o assistencialismo como prática que se distancia dos fundamentos dos direitos sociais. É uma característica histórica das políticas sociais brasileiras, vinculada ao atendimento imediato e despolitizado das manifestações da questão social. Essa ruptura ocorreu legalmente com a regulamentação dos direitos sociais, previstos na Carta Magna, mas persistem práticas que retomam os vieses assistencialistas na concretização dos direitos sociais.

A consciência crítica que contribui com o desvendamento da realidade histórica dos sujeitos é instrumento que permite mediar e a transcendência do estado aparente acerca do que é apresentado no cotidiano profissional para a essência do fenômeno. Essa percepção demanda um direcionamento ético e político inclinado para as demandas dos usuários das políticas e para a defesa dos direitos sociais. O lado oposto dessa afirmação contribui para uma concepção equivocada acerca da assistência e, consequentemente, para uma prática assistencialista, vinculada à subordinação, ao paternalismo, ao voluntariado e à recuperação do viés conservador dos serviços prestados pelo Estado.

A despeito da Constituição Federal de 1988 ser um divisor de águas na implementação dos direitos sociais existe um distanciamento entre o que é legalmente garantido e o que é efetivado. É nesse abismo que se encontram as possibilidades de ampliação da cidadania, a da Democratização e da qualificação do acesso aos serviços sociais. Além disso, é preciso perceber os usuários, para quem são destinados os serviços, não somente como público-alvo, mas como sujeitos que protagonizam a construção dos direitos sociais e da cidadania.

> Nascidos das necessidades da população e articuladas como estratégias de controle do Estado sobre as classes subalternizadas, a fim de configurar a face humanitária do capitalismo sob a aparência de assistência ou benefício, as práticas de assistência social pública são, também, espaços de conquista de direitos sociais e de reconhecimento da cidadania das classes subalternizadas. (Sposati, p. 110, 2014).

A busca pela concretização da ampliação da cidadania inclui-se na arena política, no confronto dos interesses das classes sociais. Para isso, é imprescindível e inerente a utilização de mecanismos de organização social como os movimentos sociais, sindicatos, associações, dentre outros, enfraquecendo o discurso da cidadania enquanto viés assistencialista.

## 4.2 O PERCURSO HISTÓRICO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Kowaliski (2012), em seu estudo, define a história da assistência estudantil brasileira em três fases:

A primeira fase corresponde ao surgimento da primeira Universidade até o período da abertura Democrática, na década de 1980. A segunda fase inicia-se com a redemocratização e ocorre até a implantação da política de expansão das universidades, em 2003 com o REUNI, e a terceira fase parte do processo de reestruturação e expansão dos IFES até os dias atuais.

Essa divisão permite visualizar os contextos políticos, econômicos e sociais que norteiam as ações do PNAES, possibilitando a identificação do caráter assistencial do Estado e da assistência social inserida no direito à educação superior pública por meio das políticas de assistência estudantil.

O desenvolvimento da política de assistência estudantil caminha paralelamente às configurações e reconfigurações da política de educação superior pública por ser parte dela. Com isso é possível inferir de antemão que inicialmente a referida política voltou-se ao atendimento das necessidades dos (as) estudantes da elite brasileira. Aqueles (as) que possuíam maiores necessidades precisavam atestar sua pobreza por meio institucional.

As primeiras ações voltadas para a assistência ao estudante no Brasil antecedem o surgimento da primeira universidade em 1934, no Rio de Janeiro, no governo de Getúlio Vargas.

> Tendo presente essa dinâmica do surgimento das universidades e da assistência estudantil, observou-se, na literatura de contextura histórica, que a primeira prática de auxílio ao estudante no Brasil ocorreu durante governo de Washington Luís em 1928, que incentivou a construção da Casa do Estudante Brasileiro que ficava em Paris, sendo responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa e dos alunos. Portanto, isso vem demonstrar que a assistência estudantil, nesse período histórico, estava voltada para o atendimento das necessidades dos filhos da elite brasileira, já que era esse perfil que tinha acesso ao ensino superior como visto em tópicos anteriores (Kowaliski, 2012, p.85).

As organizações estudantis, mesmo de forma incipiente, contribuíram para a conquista de direitos assistenciais, assim como para a sua permanência ao longo da história, reconfigurando seus objetivos e direcionando suas finalidades à medida que os cenários político e econômico se modificavam.

As formas de intervenção nas demandas estudantis ocorreram de forma articulada entre Estado e entidades de representação dos estudantes. No governo Vargas surgiram os Diretórios Acadêmicos (DA), Diretórios Centrais Acadêmicos (DCE) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). As principais ações de assistência estudantil, conforme Kowalski (2012) e Dutra e Santos (2017), voltavam-se para alimentação e moradia. Segundo Nascimento (2013, *apud* Dutra; Santos, 2017, p.150),

> nesse período, as ações de assistência ao estudante constituíram-se em mecanismos emergenciais e focalizados, que se inserem na agenda educacional brasileira diante das exigências de modernização do país que demandavam a escolarização da classe trabalhadora.

Com a política ditatorial após o golpe de 1964, a UNE foi extinta, e passou a atuar ilegalmente por se manifestar e se contrapor às formas de atuação governamental. Nesse período, foi proposta uma "reforma" educacional, com a disseminação do discurso de Democratização do ensino por meio da legitimação de abertura de setores educacionais privados. Ainda conforme Dutra e Santos (2017, p. 152).

> Uma maior atenção do ponto de vista governamental se dá com a ampliação da discussão acerca do tema a partir da luta em prol da Reforma Universitária, quando a AE passa a ser importante bandeira dos movimentos sociais da educação nesse período. A assistência ao estudante que vinha sendo implementada, de modo geral, não obteve um caráter expressivo de forma a repercutir eficazmente na permanência de um número significativo de estudantes universitários. Observa-se que ainda não havia nesse momento um projeto de âmbito nacional voltado exclusivamente para a AE no Ensino Superior.

Com o processo de decadência do governo ditatorial e ascensão da redemocratização, o cenário tornou-se propício para a organização de entidades que, articuladas às representações estudantis, contribuíram com o desenvolvimento da política de assistência estudantil com objetivos e finalidades definidos.

Nesse cenário emerge, em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) composto pelo conjunto de "Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das

IFES do Brasil, os quais buscavam encontrar mecanismos adequados para viabilizar a permanência do aluno nas IFES" (Kowalski, 2012, p. 93).

O processo de superação da forma de governo ditatorial, na década de 1980, impulsiona o ressurgimento dos movimentos sociais e suas pautas de luta em favor de políticas públicas as quais contribuíram para a aprovação da Constituição Federal de 1988. Mediante isso, as demandas sociais e as ações governamentais transcendem para a linha dos direitos sociais.

O impasse para a construção de uma política assistência estudantil distanciada de uma política assistencialista baseadas em ações efetivadas de forma individual e fragmentada, deparou-se com os obstáculos impostos por organismos internacionais que estabeleceram orientações para atender aos preceitos neoliberais, abrindo caminho à sua despolitização. Exemplo disso foi a "reforma" educacional que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, Lei nº 9.394/96, durante o governo FHC, cujo artigo 71, inciso IV, aponta que: "Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com: programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social" (Brasil, 1996).

O FONAPRACE, as universidades representadas pela ANDIFES, e as representações estudantis assumiram papéis imprescindíveis na luta pelo processo de construção e fortalecimento de uma política de assistência estudantil alinhada com pautas nas demandas dos estudantes que faziam parte de suas pautas reivindicatórias.

> O FONAPRACE objetiva: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES públicas na perspectiva do direito social; proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na instituição; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; e contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar decorrentes de dificuldades socioeconômicas (FONAPRACE, 2012, p. 137).

Como forma de subsidiar suas reivindicações foram realizadas pesquisas em âmbito nacional as quais traçaram o perfil socioeconômico e cultural dos graduandos e graduandas das IFES. Na atualidade, há 05 pesquisas realizadas entre 1997 e 2018. Ressalta-se que as informações do primeiro levantamento, divulgado em 1994, foram consideradas fragmentadas, assim foi construída uma nova forma de coleta das informações acerca dos e das estudantes que culminou na I Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, conforme aponta FONAPRACE (2012).

Com essa pesquisa, divulgada em 1997, foi possível contradizer os argumentos dos organismos internacionais que sustentavam o discurso de que a universidade, ainda na década de 1990, era composta por discentes pertencentes a segmentos sociais mais abastados.

> A I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras realizada no segundo semestre letivo de 1996, contou com a participação de 44 instituições, o equivalente a 84,62% das 52 IFES. Dentre outros dados relevantes, Demonstrou que 44,29% dos estudantes encontravam-se nas categorias C, D e E, apresentando demanda potencial por assistência estudantil. Pesquisas como a realizada pelo FONAPRACE abalaram o imaginário social que, à época permeava o senso comum, por meio de discursos que afirmavam serem as universidades públicas, em sua maioria, ocupadas por elites econômicas. Historicamente esta máxima encontrava eco na maior parte das instituições, mas os dados obtidos apontaram para uma realidade distinta e abriu terreno para a ampliação das pressões em prol da assistência estudantil. (FONAPRACE, 2012, p.20).

A sistematização dos dados pertinentes à construção do perfil do estudante da graduação das IFES, as articulações político-partidárias, assim como a organização dos movimentos e representações sociais permitiram que a inserção da política de assistência estudantil no texto final do Plano Nacional de Educação de 2001 quando, em seu texto inicial, a política não foi sequer referenciada

> Assim, o FONAPRACE, em audiência com o relator do PNE, entregou um documento de apresentação do Fórum, um exemplar da I Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes, formalizando uma solicitação de inclusão, no PNE, da AE e de indicadores para a permanência estudantil nas IES públicas. [...]. No dia seguinte à reunião em Brasília, uma comissão do FONAPRACE visitou vários parlamentares com o mesmo pleito e recebeu a notícia no gabinete do relator da inclusão da AE no PNE com a seguinte redação: "a adoção de programas de assistência estudantil tais como: bolsa trabalho, outros destinados a apoiar estudantes carentes que Demonstrem bom desempenho acadêmico" O PNE foi aprovado e publicado no Diário Oficial em 10 de janeiro de 2001, incorporando a ele a proposta apresentada pelo FONAPRACE. (FONAPRACE, 2012, p. 25).

A II Pesquisa contribuiu para a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, em 2001, "passando a ser documento base para todas as ações relativas ao tema, inclusive com elaboração de Propostas de Recursos Orçamentários para as IFES investirem em programas para Assistência Estudantil" (FONAPRACE, 2012, p. 25).

As pesquisas foram divulgadas em 1997, 2004, 2011, 2016 e 2018 e possuem categorias analíticas como sexo, idade, raça, cor/raça, etnia que se somam a outras à medida que os condicionantes políticos, econômicos, sociais e culturais brasileiros sofrem modificações. O quantitativo das IFES que contribuíram com as pesquisas foi de 44, 47, 56, 62 e 65 instituições, respectivamente.

As transformações sociais movidas pela relação capital x trabalho e a atuação do Estado são consideradas nas pesquisas e resultam na construção e reconstrução do panorama dos discentes ativos nas IFES.

O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que remete à terceira fase da história da assistência estudantil pública, contribuiu para a ampliação das vagas do ensino superior público por meio de estratégias de disseminação das universidades, antes localizadas nas cidades de grande porte. Os cenários político e econômico convergiram para que o FONAPRACE encontrasse estratégias para incluir no PNE ações para a efetivação da assistência estudantil enquanto uma política de estado. Os pontos elencados no Plano convergiram para a criação do Plano Nacional da Assistência Estudantil, através da Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), promulgada pelo MEC.

A expansão das Universidades criou o terreno necessário para a aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Com isso, foram suscitadas estratégias que notoriamente definissem as condições de acesso, permanência e conclusão da graduação por meio de uma política de orientação nacional para as ações de assistência estudantil nas IFES. Assim, o cenário que se apresentava se tornou fecundo para a promulgação do Decreto 7.234/10. Os objetivos estão relacionados ao atendimento das desigualdades educacionais, assim como:

> I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (Brasil, 2010).

A política de assistência estudantil, instrumento de materialização do direito à educação superior pública

> [...] tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva- se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula (FONAPRACE, 2012, p. 109).

O desenvolvimento das ações do PNAES acontece com base em dez áreas, expostas em seu artigo 3º, parágrafo 1º, as quais visualizam o sujeito na sua complexidade ao contemplar diversas como saúde, transporte, educação, cultura, moradia, inclusão digital, esporte, apoio pedagógico, creche e das condições de inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A autonomia das IFES no documento está relacionada a dois fatores que estão articulados: 1) as características sociais, políticas, econômicas e culturais tão diversificadas no Brasil foram alvo de discussões na construção dos documentos que, a fim de contemplar essas realidades regionais, estabeleceu em seu artigo 3º, parágrafo 2º, a autonomia das IFES para elaborar, executar e avaliar as ações de assistência estudantil. Assim, "caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados" (Brasil, 2010); 2) para isso, foi definido que as IFES terão autonomia na utilização dos recursos que serão destinados às ações de assistência estudantil.

> O foco é contribuir de forma eficaz para que haja melhoria no desempenho acadêmico do aluno, preferencialmente de baixa renda, para evitar e/ou diminuir consideravelmente os índices de repetência e evasão, uma vez que tal situação gera um alto custo para o governo e para a instituição como um todo.
> (Kowalski, 2012, p. 97).

A expansão universitária proporcionou o aumento das IFES e, por conseguinte, o número de matrículas ofertadas. O maior número de universidades passou a se concentrar não mais nas grandes cidades, em regiões metropolitanas, mas em cidades interioranas, distantes das capitais.

> No período 2010-2018, a interiorização aprofunda-se ainda mais, considerando que o número de IFES localizadas nas capitais chega a 13 unidades e no interior a 52. O percentual de instituições federais localizadas no interior do país cresceu 92,6%, passando de 27, em 2010, para 52, até fevereiro de 2018 (FONAPRACE, 2018, p.15).

Juntamente com a ampliação do número de IFES foram implantadas políticas de ações afirmativas, voltadas para grupos específicos com o objetivo de "promover efetiva condições de igualdade" (FONAPRACE, 2012, p. 83). A Lei nº 12.711/12[27], lei de cotas aumentou significativamente o quantitativo de pessoas pretas e pardas nas IFES, aumentaram também os segmentos da população advindos das classes C, D e E. Segundo a V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos discentes da graduação da IFES, 70, 2% de estudantes

[27] Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita" (BRASIL, 2012).

advêm de famílias com renda mensal de até 1 salário mínimo e meio, sendo que 51,2% consideram-se negros (FONAPRACE, 2018).

A relação proporcional desses indicadores é intrínseca à desigualdade social historicamente estabelecida no Brasil que afeta segmentos da população que encontram na sua realidade o cerceamento dos direitos sociais. Esse contexto enseja a desigualdade educacional, a qual requisita de ações que possam dirimi-la condições de acesso, permanência e conclusão.

> A desigualdade de apropriação de renda é muito grande no Brasil. E isso implica no campo das políticas públicas, na vulnerabilidade de populações específicas. Olhando os indicadores educacionais, de rendimento e de inserção no mercado de trabalho, são as mulheres, os pretos e pardos e os jovens os grupos vulneráveis que apresentam situação de maior desigualdade quando comparados aos demais. (IBGE, 2018, p.7).

Entre 2001 e 2007 foram criados programas de assistência ao estudante vinculado à educação superior, como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI)[28] e o Fundo de Financiamento Estudantil[29]. Contudo, essas ações diferem da política de assistência estudantil de que se trata este estudo por comporem um conjunto de medidas para reafirmar os interesses do mercado, destinando recursos para o financiamento dos estudos dos (as) discentes. Já a política de assistência estudantil, compreendida enquanto mecanismo de contribuição à efetivação do direito à educação superior pública, vincula-se ao atendimento das demandas socioeconômicas e tem o Estado seu principal mantenedor.

O quadro a seguir ilustra uma síntese cronológica da constituição da política de assistência estudantil.

---

[28] Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**.** Regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.

[29] Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências

Quadro 6 – Percurso histórico da política de assistência estudantil no Brasil

| | |
|---|---|
| 1985 | I Encontro Nacional de Pró-reitores de Assistência à Comunidade Universitária |
| 1987 | II Encontro Nacional de Pró-reitores de Assistência à Comunidade Universitária<br>Criação do FONAPRACE |
| 1988 | Constituição Federal |
| 1989 | Criação da ANDIFES |
| 1993 | I Levantamentos e pesquisas sobre Residência Universitária, Restaurantes Universitários, saúde do estudante, dentre outros. |
| 1994 | I Levantamento nacional do perfil socioeconômico e cultural dos discentes da graduação. |
| 1996 | LDB |
| **1997** | **I Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Discentes da Graduação.** |
| 1998 | I Seminário Nacional sobre Estudantes Estrangeiros nas IFES |
| 2000 | Atuação política do FONAPRACE junto ao Congresso Nacional e às instâncias governamentais |
| 2001 | PNE |
| **2004** | **II Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Discentes da Graduação.** |
| 2006 | 40ª Reunião FONAPRACE- propõe criação de um "Programa Nacional de Bolsas Permanência) |
| 2007 | REUNI – Decreto nº6.097/2007 |
| 2008 | Termo de compromisso firmado por 53 Universidades com o Presidente Lula para cumprir os objetivos do termo. |
| 2007 | Plano Nacional da Assistência Estudantil – Decreto nº39/2007 |
| 2010 | 47ª Reunião do FONAPRACE que desencadeou o PNAES<br>Decreto 7.234/10 – Programa Nacional de Assistência Estudantil<br>SISU – Portaria nº 2/10 |
| **2011** | **III Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Discentes da Graduação.** |
| 2012 | Carta de Maceió – apresentação de proposta de diretrizes para estruturação da atenção à saúde do estudante nas IFES e ampliação do financiamento da assistência estudantil. |
| 2012 | Lei 12.711 – Lei de Cotas |
| 2013 | Programa de Bolsa Permanência –PBP |
| 2014 | III Seminário Nacional de Assistência Estudantil |
| **2016** | **IV Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Discentes da Graduação.**<br>Emenda Constitucional nº 95/2016 |
| **2018** | **V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Discentes da Graduação.** |

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Não obstante as conquistas, a política de assistência estudantil encontra atualmente limites relacionados ao financiamento, gestão e controle social, vinculados à autonomia estabelecida pelo PNAS às IFES.

Acerca do financiamento, conforme Machado (2017, p. 245), "[...] o percentual dos recursos para a Assistência Estudantil interfere diretamente nos recursos gerais da universidade, uma vez que a composição dos recursos do PNAES ocorre pela *retirada* dos recursos de custeio". É importante destacar que antes do Decreto 7.234/10 o orçamento para a assistência estudantil era reduzido, quando comparado aos recursos destinados após a homologação do PNAES, e proveniente das verbas destinadas às IFES, desresponsabilizando o Estado.

Na atualidade,

> O financiamento do programa de assistência estudantil é realizado majoritariamente via recursos fiscais. Tais recursos são adquiridos em sua maioria via expropriação da mais-valia por meio de impostos pagos pelos trabalhadores e pagos pelos capitalistas por meio da exploração do trabalho. Ou seja, os recursos que financiam a assistência estudantil são os recursos do fundo público produzido pelos próprios usuários da política
> Ainda que a maior parte dos recursos que financiam a política sejam transferidos pelo Tesouro Nacional, há uma grande representatividade dos recursos próprios adquiridos pelas próprias Ifes para financiamento das ações (Machado, 2017, p. 249).

Um dos obstáculos encontrados por Pitatti *et al.* (2022) para subsidiar seu estudo acerca das *demandas das universidades federais brasileiras para o quadriênio 2023/2026* refere-se à falta de detalhamento do orçamento geral das universidades, decorrente de documentos de origem, notas explicativas ou balanços.

O levantamento de documentos sobre o financiamento da política na atualidade ficou a cargo dos trabalhos científicos desenvolvidos. Destaco aqui que tal obstáculo associa-se à forma como a política está definida e que não houve um esgotamento acerca do levantamento realizado ou do estudo acerca da possibilidade de mudança desse quesito.

Identificou-se na literatura que a diminuição ocorreu na gestão da ex-presidente, Dilma Rousseff, e mais fortemente, na gestão de Michel Temer reflexo da proposta de contenção de gastos públicos federais estabelecidos em sua gestão. De acordo com Dutra e Santos (2017, p.160), referenciando Veira (2016), "as universidades federais que haviam sofrido um corte de 30% em seu orçamento no ano de 2015, conduzindo as Instituição a uma grave crise financeira, agora devem ter corte de até 45% nos seus investimentos".

> Os recursos para o PNAES foram crescentes de 2010 a 2016, 2107 e 2018 declina em relação aos anos anteriores, em 2019 os recursos foram R$ 1.070.444.459,00; em 2020 o governo divide as rubricas em recursos não condicionados (estão garantidas) e recursos condicionados (na dependência da arrecadação federal), sendo assim, os recursos para o PNAES em 2020 foi assim distribuído: R$ 626.463.914,00 -Não condicionado, R$ 412.079.459,00 - Condicionado - Valor total: R$ 1.038.543.373,00. E para 2021: R$337.443,00 - Não condicionado, R$501.012.687,00 – Condicionado, Valor total: R$874.665.283,00. Para além desses elementos de condicionamento das rubricas orçamentárias, verifica-se o declínio do orçamento do PNAES em comparação aos anos anteriores. Para o ano de 2022 está previsto R$1.060.722,95 (Marques; Ferreira, 2021, n.p).

Outro obstáculo da política é a falta de controle social estabelecido em lei que permite maior transparência, debates, avaliação, resultando em deliberações pertinentes ao avanço das ações executadas pelas IFES no âmbito do PNAES. O controle social realizado com participação efetiva dos sujeitos que participam do desenvolvimento das ações do PNAES,

dentre eles servidores (as) ligados (as) à gestão e execução e estudante, contribuiria com a dissociação de uma política com perfil paternalista, que fica a cargo das necessidades impostas pelos seus gestores, assim como com a dissolução de uma pseudodemocracia na gestão da política utilizada, muitas vezes, como instrumento de disputas internas.

Pensar na complexidade do ser humano para o desenvolvimento de uma política de assistência estudantil eficaz amplia a perspectiva focalizada na gestão da pobreza para uma política que, para além disso, contribua com uma formação política dos sujeitos. Para isso, é imprescindível (e desafiadora) a inclusão da comunidade acadêmica na sua gestão.

A partir da compreensão geral acerca da histórica da política e assistência estudantil no Brasil, será realizado no próximo item uma abordagem acerca das ações implementadas pela UFRPE.

### 4.2.1 Características e Particularidades da Assistência Estudantil na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

A Universidade Federal Rural de Pernambuco é uma instituição centenária que teve origem em 3 de novembro de 1912 por um grupo de monges beneditinos que implantaram a educação superior voltada para o campo. Em 1936 é denominada Escola de Superior de Agricultura de Pernambuco (ESPA) e em 1938 a ESPA é transferida para o bairro de Dois Irmãos, onde permanece até os dias atuais. Em 1947 a Escola ganha o título de Universidade Rural de Pernambuco e em 1947 passa a ser denominada de Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O processo de expansão universitária proporcionou a criação de unidades acadêmicas nas cidades de Garanhuns (2005), Serra Talhada (2006), Cabo de Santo Agostinho (2015) e Belo Jardim (2018). Em 2018, a Unidade de Garanhuns foi emancipada e desmembrada da UFRPE, passando a chamar-se Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), através da Lei Federal nº 13.651, de 11 de abril de 2018.

A assistência estudantil da UFRPE foi criada por meio da Resolução nº 185/ em 02 de agosto de 2006 e é o órgão executivo da UFRPE, atuando nos assuntos referentes ao PNAES na instituição e teve como primeiro pró-reitor o professor Valberes Bernardo do Nascimento.

O professor Valberes Nascimento possuiu atuação imprescindível no FONAPRACE no desenvolvimento de instrumentos que desencadearam na construção do PNAES. Conforme a Revista FONAPRACE, divulgada em 2012, em comemoração aos 25 anos da entidade, ele atuou como coordenador da FONAPRACE na gestão 2010-2011, atuante na realização da III

Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes da graduação presencial. Para isso, foi criado o Sistema de Informação do Perfil do Estudante, SIPE-Brasil, como forma de sistematizar de forma informatizada os dados e cruzar as variáveis coletadas. O professor também atuou na representação da região Nordeste na criação do Sistema Nacional de Avaliação do Perfil Socioeconômico dos Estudantes das IFES brasileiras (FONAPRACE, 2012).

Atualmente a PROGESTI tem o Professor Severino Mendes de Azevedo Júnior e como pró-reitor e é composta por cinco coordenações que atuam de forma articulada: Coordenadoria de Apoio Psicossocial (COAP), Coordenadoria de Ações Afirmativas de Permanência. (CAAP), Coordenadoria de Gestão de Alimentação e Restaurante Universitário (CGARU), Coordenadoria de Gestão de Residência Universitária – (CGR), Coordenadoria da Promoção da Saúde, Esporte, Lazer e Cultura (COPSELC), conforme Resolução CONSU/UFRPE nº 007/2019.

O levantamento realizado nos capítulos anteriores permitiu visualizar a importância do PNAES para o desenvolvimento das atividades acadêmicas durante a pandemia do covid 19 na UFRPE. Em 2020 foi homologado o Período Letivo Excepcional (PLE) da graduação, através da Resolução nº 185/10, a qual

> Dispõe sobre a Regulamentação, em caráter excepcional, da oferta de unidades curriculares e de outras atividades acadêmicas no Período Letivo Excepcional (PLE), no formato remoto, no âmbito dos cursos de graduação na Universidade Federal Rural de Pernambuco, em função da suspensão das atividades presenciais devido à pandemia do COVID-19 e dá outras providências (UFRPE, 2020).

A adaptação à nova metodologia para executar as atividades acadêmicas evidenciou a desigualdade educacional vivenciada pelos (as) discentes da assistência estudantil. No processo de trabalho, isso foi identificado nos relatos familiares dos discentes (as), documento que compõe um conjunto de documentos para análise socioeconômica, assim como nas entrevistas sociais.

Antecede o PLE a aprovação do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital (AEID) com o objetivo de oferecer subsídios tecnológicos para amenizar a desigualdade educacional. A ausência de equipamentos relacionados à informatização do ensino foi um dos quesitos que justificaram a existência dessa desigualdade. O AEID foi promulgado na UFRPE através da Resolução nº 029 de 09 de julho de 2020. O acesso ao auxílio preconizava as condições estabelecidas no Decreto 7.234/10 e estabelecia que os e as estudantes deveriam

> estar matriculado em disciplinas do Período Letivo Excepcional (PLE), não estar matriculado em outra Instituição de Ensino Superior seja público ou privado e não haver sido diplomado em qualquer outro curso de graduação (UFRPE, 2020).

A inclusão da demanda reprimida existente foi inserida na Resolução nº 029/10 como um dos segmentos dos proponentes a quem seria destinado o AEID mediante atendimento dos critérios estabelecidos.

> Art. 3º - O respectivo Auxílio tem o objetivo de liberar uma ajuda de custo para possibilitar aos discentes da demanda reprimida dos processos seletivos de 2019, beneficiários da Assistência Estudantil e outros de recorte social, a inclusão digital. Assim, o discente contemplado com o benefício deverá utilizar o recurso para adquirir equipamentos de acessibilidade digital (UFRPE, 2020).

Quadro 7 – Editais referentes ao Auxílio Emergencial de Inclusão Digital (AEID)

| **EDITAIS** | **PROPONENTES** | **VAGAS** |
|---|---|---|
| Edital nº 01 de 13 de julho de 2020 | Candidatos inscritos nos processos seletivos da assistência estudantil de 2019 que apresentaram perfil para os programas, porém não foram classificados dentro do número de vagas e não recebem nenhum tipo de benefício da UFRPE; II- Beneficiários da Assistência Estudantil que estão recebendo exclusivamente os benefícios da Progesti;<br>III- Demais candidatos ao Auxílio Emergencial (havendo disponibilidade orçamentária) que apresentarem a condição de vulnerabilidade socioeconômica (UFRPE, 2020). | Disponibilidade orçamentária. |
| Edital nº 02 de novembro de 2020 | Estudantes matriculados no Período Letivo Excepcional - PLE 20.4 (segundo PLE) dos cursos da graduação presencial, que apresentarem a condição de vulnerabilidade socioeconômica, que não receberam o auxílio emergencial de inclusão digital para PLE 20.3 (primeiro PLE), e nem foram contemplados com os equipamentos. | 360 |
| Edital nº 02 de 25 de julho de 2021 | Candidatos regularmente matriculados no 1° período no semestre letivo 2020.1 em cursos de graduação presencial e que apresentam condição de vulnerabilidade socioeconômica. | 400 |
| Edital nº 03 de 09 abril de 2021 | Candidatos regularmente matriculados no semestre letivo 2020.1 nos cursos de graduação presencial, e que apresentam condição de vulnerabilidade socioeconômica. | 286 |
| Edital nª 04 de 19 de abril de 2021 | Candidatos regularmente matriculados no semestre letivo 2020.1 nos cursos de graduação presencial e que são usuários dos benefícios da PROGESTI. | Quantitativo total de proponentes que atendam aos critérios estabelecidos. |

Fonte: PROGESTI/ Elaborado pela autora.

Ao longo do desenvolvimento do PLE foram divulgados editais destinados a atender aos (às) veteranos (as) e ingressantes, conforme quadro acima, que estabeleceram o valor de R$1.380,00, parcelado em quatro vezes.

Os cortes orçamentários da assistência estudantil ameaçaram comprometer a efetivação da política de assistência estudantil na UFRPE. Conforme orçamento disponibilizado pelo pró-

reitor da PROGESTI, foram destinados para o desenvolvimento das ações do PNAES, entre 2018 e 2023, os seguintes recursos:

Quadro 8 - Orçamento do PNAES destinado à UFRPE.

| ANO | ORÇAMENTO |
|---|---|
| 2018 | R$ 11.238.849,00 |
| 2019 | R$ 12.250.345,00 |
| 2020 | R$ 11.916.854,00 |
| 2021 | R$ 9.449.743,00 |
| 2022 | R$ 11. 233.195,00 |
| 2023 | R$ 12.218.746,00 |

Fonte: PROGESTI/ Elaborado pela autora (2023)

Nota-se que no ano de 2020 houve uma diminuição de R$333.491,00 com relação a 2019 e em 2021 um corte de R$2.467.111,00 com relação ao ano de 2020 e de R$2.800.602,00, comparado ao ano de 2019.

No âmbito nacional, o orçamento para a assistência estudantil declinou a partir de 2016 com a lei do teto de gastos e sofreu interferências na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Conforme o Portal da transparência do governo federal, entre 2019 e 2023 o orçamento destinado à assistência ao estudante do ensino superior foi de:

Quadro 9 – Orçamento da assistência ao estudante do ensino superior

| ANO | ORÇAMENTO |
|---|---|
| 2019 | 1,06 bilhão |
| 2020 | 1,03 bilhão |
| 2021 | 849,77 milhões |
| 2022 | 987,75 milhões |
| 2023 | 9.08 bilhões |

Fonte: Portal da transparência/CGU/Elaborado pela autora (2023)

O portal da transparência não define para qual perfil de assistência ao estudante foram destinados os recursos, FIES, PROUNI OU PNAES, por exemplo, assim como não caracteriza o ensino superior, seja público ou privado. Contudo, é relevante a informação, uma vez que justifica os orçamentos destinados à UFRPE com redução do orçamento em 2021.

É possível elucidar que a assistência estudantil está organicamente ligada à política de educação superior pública e que seu percurso histórico está atrelado aos condicionantes

econômicos e políticos provenientes também de determinações internacionais. O seu papel no contexto da pandemia, apesar de avaliado como imprescindível para o desenvolvimento das práticas acadêmicas, deparou-se com nuances da política ultraneoliberal de desfinanciamento, acompanhando a trajetória da política de educação superior pública de uma forma geral. Assim, tornou-se mais desafiador para aqueles (as) que gerem e a executam definir estratégias que consolidam seus objetivos e sua universalização baseada em práticas que a reafirme enquanto direito social.

# 5. ITINERÁRIO METODOLÓGICO

O desdobramento do processo metodológico considerou a historicidade dos fenômenos, presente nos estudos no campo das Ciências Sociais.

> Nesta perspectiva, a historicidade contribui no entendimento do homem como ser histórico, ser social, pois é a partir da história que o homem vai reconhecer sua existência. E, através dela que ele vai explicitar sua consciência, num movimento dialético onde "o sentido da história está na própria história: na história o homem se explicita a si mesmo, e este explicitamente histórico- que equivale a criação do homem e da humanidade- é o único sentido da história" (KOSIK,1976, p.217 *apud* KOWALSKI, 2012, p. 30).

É na dinâmica histórica, quando se desdobra o processo de conhecimento, que "o homem modifica- se, transforma antigas necessidades consideradas básicas, cria novas necessidades e altera a natureza naquilo que lhe é necessário" (Setubal, 2013, p. 30).

Acerca da intencionalidade da pesquisadora no processo de pesquisa, o itinerário metodológico deste trabalho foi subsidiado pelos estudos de Richardson (1999), Martins (2004), Leão, Melo e Vieira (2016). Nesse sentido, os percursos desta pesquisa excluem a teoria da existência da neutralidade na sua condução por partir de um campo de conflitos e contradições e ser desenvolvida a partir de complexos sociais. Nesse sentido, o presente estudo possui direcionamento e compromisso ético-político da pesquisadora com o tema abordado, os quais orientam desde o seu fazer profissional.

## 5.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à natureza, a pesquisa pautou-se na abordagem metodológica qualitativa que, segundo Richardson (1999, p. 79), "além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social".

Uma das características da pesquisa qualitativa está vinculada à qualidade das informações coletadas. Para isso, um conjunto de mecanismos integrou o procedimento metodológico executado na pesquisa. Dentre eles estão o uso da liberdade da autora na escolha das técnicas e dos instrumentos para coleta de dados os quais possibilitaram uma maior proximidade com a realidade vivenciada pelos/as discentes, enquanto sujeitos da pesquisa. Ainda acerca da liberdade, foi empregado na pesquisa o que Martins (2004) destaca enquanto característica da pesquisa qualitativa: a heterodoxia, ou seja, a liberdade da leitura da realidade a partir dos dados coletados. As duas funções da liberdade, tanto para escolha de instrumentos

e técnicas quanto para a interpretação do que fora coletado, foram imprescindíveis para a construção dos resultados obtidos.

Outro mecanismo foi o uso da sensibilidade da autora no desenvolvimento da pesquisa a fim de identificar no seu processo de trabalho a determinação do seu objeto da pesquisa assim como a proximidade com ele, proporcionando durante a coleta de dados o que Otávio Cruz Neto (2004) pondera acerca da relação entre o pesquisador e aqueles que darão as informações necessárias: a necessidade de obter uma relação de interação entre ambos em que seja possível a construção de um espaço de troca de experiências, numa perspectiva horizontalizada de construção de conhecimento.

Para isso foi construiído um espaço propício à esse primeiro contato com os sujeitos, público-alvo, até a concretização da aplicação dos instrumentos para coleta de dados. Resumidamente foi apresentada a proposta do estudo destacando seus objetivos e suas finalidades. Os mecanismos utilizados foram: 1) o corpo do formulário: 2) as mensagens de texto e*;* 3) as entrevistas semiestruturadas. Além disso, fez parte das entrevistas, antecedendo o processo de gravação, a busca pelo estreitamento da relação entre pesquisadora e entrevistado (a) com o intuito de, posteriormente, dar maior fluidez ao diálogo.

A intuição e a imaginação perpassaram o processo de desenvolvimento da pesquisa, visto que "a variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva. [...]" (Martins, 2004, p. 292). Ressalta-se que a intuição empregada nas pesquisas qualitativas se refere ao acúmulo de conhecimento proveniente tanto do acompanhamento das produções científicas e do acesso a outros meios de informações, quanto da experiência profissional da pesquisadora.

De acordo com Leão, Melo e Vieira (2016) o raciocínio indutivo é outro recurso utilizado na pesquisa qualitativa porque contempla variáveis contingenciais do objeto de pesquisa, partindo da delimitação de um problema para a construção de uma teoria, ou seja, do particular para o geral. Para Gil (2008, p. 11), o método indutivo é imprescindível para as ciências sociais porque "serviu para que os estudiosos da sociedade abandonassem a postura especulativa e se inclinassem a adotar a observação como procedimento indispensável para obter o conhecimento científico".

Nesse pensar, Leão, Melo e Vieira (2016) coadunam com Gil (2008) entendendo que o método indutivo possibilita ampliar o conhecimento do objeto estudado e enriquecer a construção do conhecimento. Dessa forma, é possível contribuir com o decifrамento da

realidade vivenciada pelos sujeitos, desvinculando-a de sua aparência e interpretação imediatista.

Os procedimentos da pesquisa qualitativa "habitualmente, envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas" (Gil, 2008, p. 46).

O levantamento bibliográfico perpassou desde o delineamento do objeto de estudo até o levantamento teórico científico que compuseram o referencial teórico para a abordagem do tema desta pesquisa, assim como para a escolha e execução dos procedimentos metodológicos. Buscou-se, assim, o aporte de documentos como a Constituição Federal Brasileira de 1988, do Plano Nacional de Educação, da Lei de Diretrizes e Base da Educação, do Decreto 7.234/10, as resoluções do CONSU/UFRPE referentes à política de assistência estudantil e dos demais documentos públicos disponíveis para consulta acerca das ações de assistência estudantil da UFRPE.

Quanto aos procedimentos, o processo de investigação adotou o estudo de caso que também viabiliza o conhecimento aprofundado do objeto investigado nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Gil (2008, p. 59) explica que "o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado".

Tomando por referência Alves-Mazzoti (2006), o estudo de caso requisita critérios estabelecidos de um fenômeno complexo a ser decifrado dentro de uma realidade em que quem desenvolve a pesquisa tenha familiaridade com ele. O fato isolado de um "caso" a ser desvendado somente pela construção dos resultados não configura um estudo de caso. Assim, foi feita a escolha por um procedimento metodológico em que "o importante é que haja critérios explícitos para a seleção do caso e que este seja realmente um "caso", isto é, uma situação complexa e/ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão" (Alves-Mazzoti, 2006, p. 650).

## 5.2. CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Unidade Acadêmica de Serra Talhada, uma das unidades que compõem a UFRPE. A UAST possui 09 (nove) cursos distribuídos entre os turnos da manhã (04) e da noite (05). No turno da manhã são ofertados os cursos de Bacharelado em ciências

biológicas, agronomia, engenharia de pesca e em zootecnia. À noite, os cursos de graduação em bacharelado em ciências econômicas, sistema da informação e administração, além das licenciaturas em letras português/inglês e em química.

Constituíram-se sujeitos da pesquisa os (as) discentes assistidos (as) pela política de assistência estudantil através da bolsa de apoio acadêmico que compõe o Programa de Apoio ao Discente (PAD), regulamentado pela Resolução nº 190/2019 CONSU/UFRPE, juntamente com outras modalidades: auxílio alimentação e auxílio transporte, as quais têm valores distintos que atualmente correspondem a R$ 379,00, R$ 152,00 e R$ 132,00, respectivamente[30]. No período da pandemia, o valor do apoio acadêmico era de R$ 345,00.

A distribuição dos discentes selecionados nas modalidades é feita de acordo com a classificação no resultado final do processo seletivo do PAD, após análise socioeconômica realizada pelo Serviço Social da PROGESTI.

Com base na folha de pagamento de maio de 2023, os discentes distribuem-se por modalidade da seguinte forma:

Quadro 10 - Distribuição dos e das discentes do PAD por modalidade

| | |
|---|---|
| Bolsa de Apoio Acadêmico | 109 |
| Auxílio Alimentação | 138 |
| Auxílio Transporte | 185 |

**F**onte: Planilha de pagamento referente ao mês de maio de 2023/ Elaborado pela autora.

Com base nisso, existe uma concentração maior de discentes no auxílio transporte (42,8%), seguido do auxílio alimentação (31,9%) e, em seguida, apoio acadêmico (25,2%), resultando num total de 432 discentes. Essa distribuição é proporcional ao número de vagas disponibilizadas nos editais para cada modalidade. O mesmo documento informa que em maio de 2023 a UAST contava com 589 estudantes assistidos (as) pela política de assistência estudantil, no âmbito do PNAES. Atualmente, os auxílios e bolsas operacionalizados pela PROGESTI não são acumuláveis entre si.

Além disso, os discentes do PAD estão distribuídos por todos os cursos existentes na UAST, com predomínio dos cursos de bacharelado em agronomia, zootecnia e ciências

[30] Em 2023 houve reajuste dos valores das ações pecuniárias da PROGESTI. A bolsa de apoio acadêmico teve um reajuste este ano e passou de R$379, 00 para R$448,0.

biológicas. Em torno de 54% do total de estudantes assistidos (as) pelo PAD encontram- se nos cursos ofertados no turno matutino.

As etapas da seleção para o Programa de apoio ao discente são compostas por: publicação de edital, inscrições, homologação das inscrições, análise socioeconômica, classificação dos inscritos, resultado parcial, período de pedido de recursos, análise dos pedidos de recurso e resultado final. O PAD é o programa em que há o maior número de candidatos inscritos dentre os demais programas por ser mais abrangente quanto ao público, é destinado a todas e todos estudantes que estão na graduação da UFRPE com exceções dispostas em Resolução.

Assim, os critérios de escolha dos e das discentes da pesquisa foram estarem inseridos (as) no PAD, na modalidade bolsa de apoio acadêmico, que ingressaram no programa em 2018 ou 2019 com suspensão da bolsa a partir de agosto de 2023.

1) quanto à modalidade bolsa de apoio acadêmico: a classificação na bolsa de apoio acadêmico indica o alto índice de vulnerabilidade perante os discentes classificados nas demais modalidades do PAD (auxílios alimentação e transporte). A nota final para cada inscrito no programa é resultado de uma fórmula matemática[31] que contempla a nota do parecer social[32] e da renda *per capta* do candidato. Esses fatores fazem parte da composição de uma "calculadora social" em que as principais categorias socioeconômicas são contempladas, facilitando e otimizando a análise socioeconômica de cada discente. Mas, por se tratar de uma análise que parte de realidades sociais que estão em constante dinâmica e são heterogêneas, as assistentes sociais, profissionais responsáveis pela análise socioeconômica dos processos seletivos, têm autonomia plena para emitir pontuações diferenciadas sobre mesmas categorias, assim como a emissão de pontuação para qualquer outra categoria não contemplada pela calculadora social, sendo registrada a justificativa da pontuação.

[31] A nota final é resultado de uma fórmula matemática que contempla a nota do parecer social e da renda per capta do candidato. O parecer social é um dos instrumentos utilizados pelo Serviço Social que tem por finalidade emitir uma opinião do assistente social acerca da realidade socioeconômica dos usuários das políticas sociais. Na UFRPE, na política de assistência estudantil, as principais categorias socioeconômicas são quantificadas por meio de uma "calculadora social" construída pelas assistentes sociais da referida política da UFRPE com o objetivo de unificar pontuações para uma mesma categoria. Mas, por se tratar de uma análise que parte de realidades socais que estão em constante dinâmica e heterogêneas, as profissionais têm total autonomia para emitir pontuações diferenciadas, justificando tal decisão, assim como a emissão de pontuação para qualquer outra categoria não contemplada pela calculadora social.

[32] O parecer social é um dos instrumentos utilizados pelo Serviço Social que tem por finalidade emitir uma opinião do assistente social acerca da realidade socioeconômica dos usuários das políticas sociais.

Com base nisso, concluiu-se que identificar as expressões da questão social através dos e das discentes mais vulneráveis os quais compõem a modalidade bolsa de apoio acadêmico contribuiu para melhor atender aos objetivos desta pesquisa.

2) quanto ao período de permanência no programa (ingresso e término): o objetivo foi selecionar os/as estudantes que vivenciaram as atividades acadêmicas presenciais em 2018 e 2019 e, em segunda, na pandemia, com término da permanência na bolsa de apoio acadêmico a partir de agosto de 2023, período da coleta de dados.

Após o emprego dos critérios de seleção acima, resultaram 24 discentes para os quais foram destinados os instrumentos de coleta de dados.

## 5.3 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foram utilizados o formulário[33] e a entrevista semiestruturada[34]. O primeiro foi elaborado com a utilização do recurso criador de formulário online, *Google Forms* e as entrevistas foram compostas por questões principais as quais conduziram as falas dos participantes.

Com respaldo em Neto (2004), Setubal (2013) e Minayo (1988) e nas demandas do trabalho que exerço, há um direcionamento político que norteia meus posicionamentos. Com base nisso, destaco que este trabalho se distanciou da perspectiva de neutralidade do sujeito pesquisador e evidenciou a existência da intencionalidade da pesquisadora na condução da pesquisa, uma vez que a esta são inerentes inclinações, preferências, preconceitos e valores.

A aplicação dos instrumentos para a coleta de dados ocorreu da seguinte maneira:

**Etapa 1** – Aplicação do Formulário (Anexo 1)

O formulário enquanto instrumento de coleta de dados possibilitou a construção do perfil dos/as respondentes e atendeu aos objetivos específicos propostos.

Segundo Gil,

> Esta lista de perguntas é freqüentemente chamada de questionário ou de formulário. Este último título é preferível, visto que o questionário expressa melhor o procedimento auto-administrado, em que o pesquisado responde por escrito as perguntas que lhe são feitas (2008, p. 113).

[33] Apêndice I
[34] Anexo II

As respostas ao formulário ocorreram através das seguintes etapas: 1) contato através dos e-mails institucionais, disponíveis na planilha de pagamento, com os/as discentes; 2) contato com as coordenações dos cursos e seus respectivos substitutos e substitutas; 3) contato com os representantes dos Diretórios Acadêmicos (DAs) dos cursos de graduação da UAST, através do aplicativo de comunicação *WhatsApp* e 4) contato com o público-alvo, novamente, através de uma lista de transmissão construída no aplicativo *WhatsApp*. Apenas um discente expressou via e-mail o não interesse em participar da pesquisa e os demais que não participaram não encaminharam nenhuma justificativa (06). Importante ressaltar que as participações através das adesões ao preenchimento do formulário e às entrevistas foram voluntárias. O quantitativo de respondentes totalizou 19 estudantes, contudo 02 não atenderam ao perfil delineado para os sujeitos da pesquisa. Com isso, considerou-se os dados de 17 estudantes que, voluntariamente, participaram da coleta de dados através do formulário.

O processo de adesão ao preenchimento do formulário foi lento e o aumento do quantitativo aconteceu após contato com os representantes dos DAs que divulgaram os formulários nos grupos de *WhatsApp* onde são compartilhadas informações pertinentes à dinâmica acadêmica para o conjunto de estudantes de cada curso.

Contou-se, também, com a colaboração dos (as) coordenadores (as) dos cursos. Para facilitar a identificação dos (as) estudantes por parte das coordenações, realizou-se uma pesquisa no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)[35] acerca das disciplinas em que os (as) discentes que ainda não haviam aderido ao formulário estavam matriculados (as). Posteriormente, construiu-se uma lista contendo o período, disciplinas, os e-mails cadastrados e os nomes dos (as) estudantes que não responderam o formulário. Após o encaminhamento dessas informações às coordenações dos cursos, obtiveram-se um maior quantitativo de respostas ao formulário.

O formulário foi composto pelo Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE[36], em conformidade com a Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016, que estabelece os termos e condições.

---

[35] O SIGAA é um dos sistemas de gestão da UFRPE adotado em 2022. As inscrições para participação da seleção nos programas da assistência estudantil são realizadas através do preenchimento dos dados estabelecidos e elaborados pela PROGESTI no Cadastro Único. A partir disso, é possível levantar o perfil do estudante nos aspectos socioeconômicos como composição familiar, origem, se faz parte de grupos tradicionais (indígenas ou quilombolas, comunidades ribeirinhas), gênero, renda bruta e *per capta*, dentre outras. Importante ressaltar que os discentes entrevistados participaram da seleção dos programas anteriormente à implantação do sistema, por isso, é possível que nem todos tenham cadastro único.

[36] Apêndice I.

> V -consentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa ou de seu representante legal, livre de simulação, fraude, erro ou intimidação, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos.

Em atendimento às determinações da referida norma, as respostas às questões subsequentes do formulário *Google Forms* só foram possíveis após aceite ao TCLE.

No formulário foi informada a dissociação da minha atividade de pesquisadora com a função assumida enquanto profissional da política de assistência estudantil executada na UAST. Essa distinção de objetivos expressos no termo foi importante para que os e as estudantes entendessem que não haveria risco de qualquer sanção referente à bolsa de apoio acadêmico.

O formulário foi construído com base nas informações solicitadas pelo Cadastro Único inserido no SIGAA e foi composto por 68 categorias de análise distribuídas em 10 sessões: perfil do/da discente, habitabilidade/ moradia, composição familiar, renda familiar, condições de acesso e permanência na UAST, contexto na pandemia do Covid 19, infraestrutura para estudo durante a pandemia, impacto dos programas da política de assistência estudantil durante a pandemia.

O instrumento ficou disponível de 21 de julho a 17 de agosto.

Quadro 11 – Histórico de adesão ao formulário

| **Data** | **Quantitativo de respostas** |
|---|---|
| 26/07 | **03** |
| 28/07 | **01** |
| 01/08 | **01** |
| 02/08 | **02** |
| 04/08 | **03** |
| 11/08 | **05** |
| 13/08 | **01** |
| 14/08 | **01** |
| **TOTAL** | **17** |

Fonte: Planilha *Google Form* gerada a partir do formulário de pesquisa/ Elaborado pela autora (2023).

Além da contribuição da coordenação e dos DAs dos cursos, foi disponibilizado um dia de plantão na UAST (31/07/2023) para que os (as) estudantes tirassem suas dúvidas ou tivessem auxílio no preenchimento do formulário, no entanto nenhum (a) estudante compareceu.

**Etapa 2 –** Aplicação da Entrevista Semiestruturada.

A entrevista, enquanto instrumento de coleta de dados, possibilitou “a descrição do caso individual, a compreensão das especificidades culturais mais profundas dos grupos e a comparabilidade de diversos casos” (Minayo, 1998, p. 122). Minayo (1998) caracteriza a entrevista como uma comunicação verbal que requisita interação social entre os atores sociais, coleta de informações referentes ao tema, não se restringindo à coleta de dados. A afirmação de Minayo (1988) é reforçada por Demo (1995) quando afirma que

> Na comunicação humana há magia, polarização, contradição, confronto, carinho e ódio. Há páginas cheias de letras, mas vazias de conteúdo, porque a intenção era falar muito para nada dizer. Há sinas quase imperceptíveis, que são insinuações estratégicas, como os da mulher que quer despertar interesse no homem sem que este perceba. Há, ao trocar olhares, o menino da cabeça, o franzir da testa, que por vezes comunicam mais que uma declaração solene (p. 248).

A escolha da entrevista semiestruturada também teve por finalidade nortear o processo de coleta de informações e construir uma relação menos formalizada que o formulário *Google Form* entre entrevistado e entrevistador, a fim de levantar as categorias e subcategorias para análise dos dados. Para Minayo (1998, p. 122), as questões da entrevista semiestruturada servem para conduzir a interação entre o pesquisador e entrevistado e possibilita: “ (a) a descrição do caso individual; (b) a compreensão das especificidades culturais mais profundas dos grupos; (c) a comparabilidade de diversos casos”.

A entrevista semiestruturada, enquanto mecanismo de diálogo, permitiu a visualização das particularidades do objeto da pesquisa e a interpretação das condições objetivas e subjetivas acerca da realidade dos partícipes. Conforme Demo (1995), as condições objetivas são externas às pessoas e independem de sua vontade, a exemplo da divisão sexista e da desigualdade social. Já as condições subjetivas estão ligadas às escolhas dos sujeitos, ou seja, “a condição subjetiva está aí contextualizada, no sentido preciso de que não inventa a possibilidade de consciência histórica, mas a realiza nos seus conteúdos possíveis” (Demo, 1995, p. 95). O autor esclarece que não existe uma hierarquia, mas a interligação entre as duas condições.

O critério utilizado para aplicação da entrevista foi de disponibilidade por parte daqueles (as) que se dispusessem a participar. Para isso, foram encaminhados *e-mails* para as pessoas que responderam ao formulário solicitando a participação nas entrevistas. Inicialmente não houve retorno o que demandou o envio de mensagem de solicitação para participação na entrevista ao *whatssaps* dos (das) partícipes.

Confirmaram participação nas entrevistas 04 discentes: 03 do sexo feminino e 01 do sexo masculino.

Posteriormente ocorreu a realização das entrevistas da seguinte maneira: 02 foram realizadas de forma presencial na UAST e as demais, através do aplicativo *Google Meet*[37]*de* forma virtual. A dinâmica das atividades acadêmicas relacionadas ao final de curso, e, consequentemente, da pouca frequência presencial na UAST, não permitiu que a totalidade das entrevistas fosse realizada de forma virtual. Tal fator está relacionado à mobilidade, visto que o deslocamento da cidade de origem até a unidade acadêmica, fora do turno de aulas do curso, requisita maior dispêndio financeiro e de tempo.

Como forma de criar um espaço de diálogo menos engessado, antecedeu à entrevista uma conversa informal com o intuito de distanciar-se da hierarquia entre pesquisadora e entrevistados. A entrevista foi composta por três questões norteadoras a fim de deixar prevalecer a fala dos (as) estudantes partícipes. Entretanto, por se tratar de um instrumento cujos resultados dependem da participação, interação, confiança no entrevistador (a) e segurança, alguns entrevistados (as) responderam de forma mais sucinta, necessitando de outras perguntas a fim de estimular o desenvolvimento das respostas. Conforme Alves e Silva (1992, p. 64),

> Esse formato pede também uma formulação flexível das questões, cuja seqüência e minuciosidade ficarão por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que flui naturalmente no momento em que entrevistador e entrevistado se defrontam e partilham uma conversa permeada de perguntas abertas, destinadas a "evocar ou suscitar" uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados, surgindo então a oportunidade de investigar crenças, sentimentos, valores, razões e motivos que se fazem acompanhar de fatos e comportamentos, numa captação, na íntegra, da fala dos sujeitos.

Foi possível atingir os seguintes objetivos específicos propostos: identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes assistidos (as) pelo PNAES no período da pandemia Covid 19 e verificar os impactos diretos e indiretos dos programas da assistência estudantil na realidade vivenciada por discentes assistidos (as) no cenário da pandemia.

Para as entrevistas realizadas, tanto no formato presencial quanto por vídeochamada, foi utilizado o recurso *gravador de voz* disponível no aparelho celular da pesquisadora. Este recurso facilitou a transcrição, sistematização e categorização dos dados. Além disso, foram feitos registros escritos após cada entrevista que pontuaram dados relevantes e reflexões que compuseram a análise. As entrevistas duraram entre 20 minutos e 1 hora e ocorreram nos dias constados no Quadro 12.

---

[37] Programa gratuito desenvolvido pela *Google* em que é possível executar reuniões por vídeo chamadas. Foi um dos recursos utilizados para desenvolvimento das atividades acadêmicas durante o Ensino Remoto Emergencial.

Quadro 12 – Histórico de entrevistas realizadas

| **DATA** | **QUANTITATIVO DE ENTREVISTADOS (AS)** |
|---|---|
| 09/08/2023 | 02 |
| 16/08/2023 | 01 |
| 22/08/2023 | 01 |
| **TOTAL** | 04 |

Fonte: Planilha *Google Form*s/ Elaborado pela autora.

Para cumprir com o sigilo estabelecido no TCLE, foram utilizadas as seguintes identificações: Entrevistada 1, Entrevistada 2, Entrevistada 3 e Entrevistado 4.

## 5.4 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS RESULTADOS

A Análise de Conteúdo compreendida como "uma das técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento" Bardin (1977, p. 611), orientou-se em suas três etapas: pré-análise, exploração material e tratamento dos resultados obtidos:

1.Pré-análise - a organização das informações coletadas:

Formulários – O *Google Forms* possibilita a criação automática de planilha e gráficos que permitem a visualização dos resultados das respostas. Esses Gráficos foram copiados para o corpo do texto, compondo as análises no Capítulo 6 que trata do perfil das pessoas respondentes, suas realidades antes e depois da pandemia, assim como o impacto das ações da política de assistência estudantil da UFRPE, respondendo aos objetivos específicos da pesquisa.

Entrevistas – após a realização das entrevistas, houve a transcrição dos áudios por meio do aplicativo *transkriptor*[38], o que permitiu a conversão dos áudios em textos com mais facilidade. Apesar da otimização do tempo de transcrição com o uso do aplicativo, foi necessária a revisão das falas transcritas uma vez que, caso o áudio não tenha uma boa qualidade, o aplicativo não capta as informações corretamente, suprimindo ou substituindo palavras.

Para Campos (2004, p. 613), a organização para a análise de conteúdo é uma organização pouco sistemática, contendo o uso da intuição e da leitura despretensiosa com o intuito de "conhece-se o contexto e deixa-se fluir impressões e orientações".

[38] https://transkriptor.com/pt

2. Exploração do material - nessa fase da pesquisa, Bardin (1977) propõe a codificação e categorização dos resultados obtidos por meio da transformação dos dados brutos em dados sistematizados, tornando os elementos desses dados "constitutivos de um conjunto". Neste sentido, explica a necessidade das relações entre as categorias o que "impõe a investigação do que cada um deles têm em comum com outros" (Bardin, 1977, p. 382).

Após a transcrição das entrevistas, foi feito o uso do *software Iramuteq*[39], possibilitando a análise textual. Para isso foi utilizado o recurso da análise de similitude[40] que, segundo Marchan e Ratinuaud (2012 *apud* Camargo; Justo 2013, p. 516).

> [...] se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as concorrências entre as palavras e seu resultado, traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um corpus textual distinguindo também as partes comuns e as especificamente em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise.

Para isso, tornou-se necessária a criação de *corpus* textual que foi precedido da compilação das entrevistas em um único arquivo, identificando os entrevistados de acordo com o TCLE. Em seguida, foram excluídos caracteres ou sinais especiais como aspas ("), apóstrofo ('), hífen (-), percentagem (%), reticências [...], asterisco (*), til (~), interrogação (?), exclamação (!), para além dos demais requisitos impostos pelo programa.

O *corpus* textual é constituído por um conjunto de textos. Conforme Salviati (2017), cada entrevista realizada compõe um texto. Nesse caminho, a análise de similitude detsa pesquisa utilizou 04 textos, ou seja, as 04 entrevistas realizadas com os (as) estudantes. Essas compuseram o *corpus* textual. Para isso, foram retiradas as intervenções da pesquisadora com o intuito de identificar as principais categorias levantadas pelas e pelo discente. Assim, a análise de similitude permitiu inferir as principais categorias e o grau de relação dessas com as demais (mais ou menos relacionadas)[41].

3. Tratamento dos resultados obtidos – Nessa fase, "os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos" (Bardin, 1977, p. 101). Na fase do

---

[39] "Este programa informático viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Ele organiza a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras) " (Camargo, Justo, 2013, 515).

[40] O Iramuteq permite também análises estatísticas e nuvem de palavras.

[41] Para melhor compreensão acerca do *software*, consultar o *Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3*) (Salviati, 2017).

tratamento dos resultados serão realizadas as inferências e interpretações de acordo com o quadro teórico existente. Para Campos (2004, p. 613),

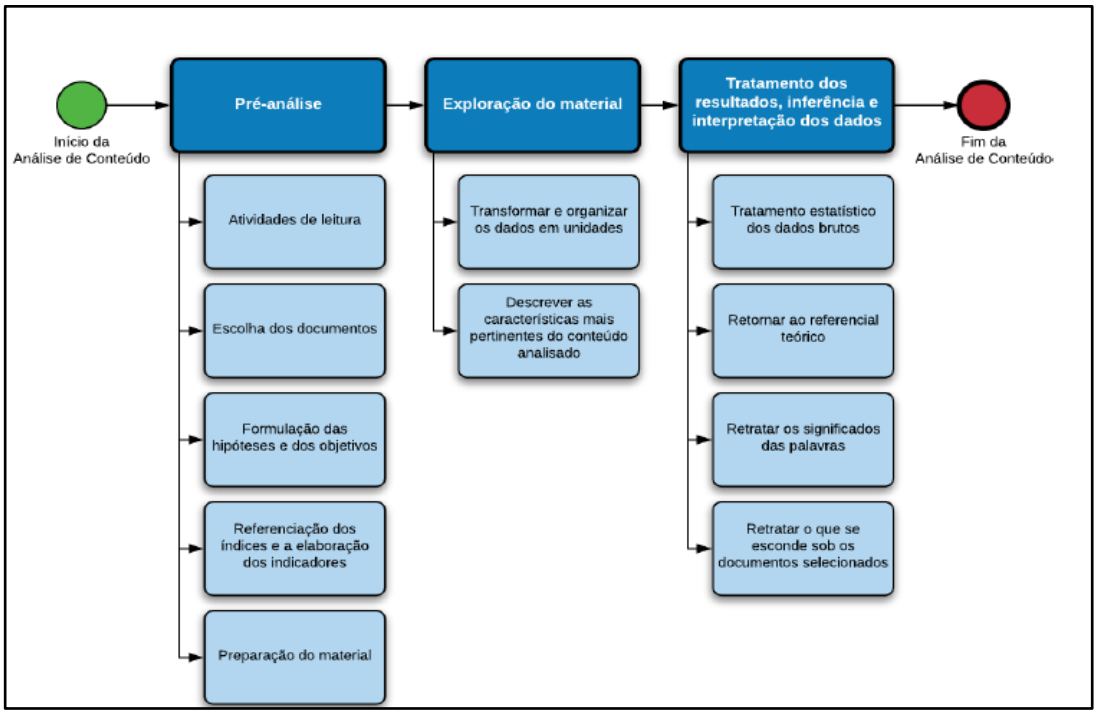
> [...] produzir inferência, em análise de conteúdo significa, não somente produzir suposições subliminares acerca de determinada mensagem, mas em embasá-las com pressupostos teóricos de diversas concepções de mundo e com as situações concretas de seus produtores ou receptores. Situação concreta que é visualizada segundo o contexto histórico e social de sua produção e recepção.

O tratamento dos resultados foi realizado através categorização e subcategorização de elementos coletados pelo formulário e pelas entrevistas. As categorias foram articuladas às bases teóricas construídas neste estudo, assim como às novas categorias e seu levantamento teórico. Ressalta-se que foram considerados os aspectos históricos envolvendo questões culturais, sociais, políticas e econômicas, decorrente da análise da coleta de dados (Pereira; Larges, 2023, p. 137).

A sistematização dos dados foi feita por meio de Gráficos e relatos dos (as) discentes que atuaram de forma complementar.

O fluxograma elaborado por Campos (2004), baseado em Bardin, sintetiza a análise de dados adotada neste estudo.

Figura 3: Etapas da fase de análise de conteúdo




Fonte: “Análise de Conteúdo: como podemos analisar dados no campo da educação e tecnologias”.

A expertise, sensibilidade e o aporte teórico da pesquisadora constituíram a efetivação dos procedimentos metodológicos com o intuito de contribuir para a construção de resultados distantes de análise imediatista. Além disso, tais procedimentos adotados possibilitaram que a interpretação e inferência dos dados coletados dialogassem com o arcabouço teórico desse estudo e, por conseguinte, atingissem os objetivos propostos pela pesquisa.

# 6. ANÁLISE DO IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID 19 SOB O PRISMA DOS(DAS) ESTUDANTES INSCRITOS(AS) NA BOLSA DE APOIO ACADÊMICO NA UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA/UFRPE

O presente capítulo esteve centrado em atender aos objetivos específicos propostos para alcance do objetivo geral. Assim, buscou-se neste item 1) descrever a realidade vivenciada pelos (as) estudantes assistidos (as) pelo PNAES, no período da pandemia do covid19; 2) identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes assistidos (as) pelo PNAES no período da pandemia Covid 19; 3) verificar os impactos diretos e indiretos dos programas da assistência estudantil na realidade vivenciada pelos discentes assistidos (as) no cenário da pandemia. Apesar de não ser apresentado como objetivo específico deste estudo, tornou-se necessário fazer o levantamento do perfil socioeconômico dos (as) discentes para compreender as principais categorias constitutivas da realidade dos sujeitos partícipes deste estudo.

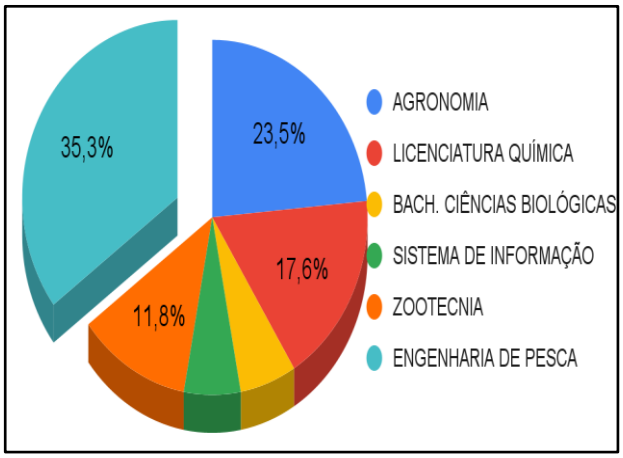
## 6.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS (DAS) DISCENTES

Os aspectos socioeconômicos que compreendem a primeira etapa deste Capítulo estão relacionados ao perfil dos (as) discentes: idade, identidade de gênero, orientação sexual, cor, estado civil, Estado de origem, localização da residência de origem; e às características familiares como composição familiar, habitabilidade, renda e acesso a serviços essenciais e, por fim, às características acadêmicas dos sujeitos partícipes.

### 6.1.1 Identificação dos (as) discentes

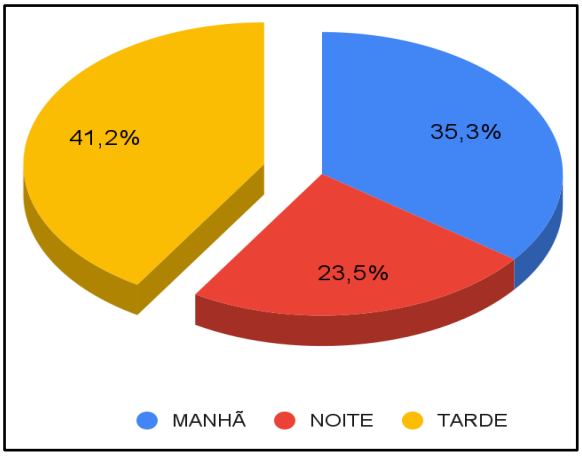
Foi identificado pelo SIGAA que os (as) discentes que responderam ao formulário estão entre o 8º e o 12º semestre do curso e que uma discente integralizou o curso. Dos (as) que não integralizaram, 05 estão fora do período regular. Conforme a normativa que regulamenta o PAD, Resolução nº 019º/2016, a continuidade do (a) discente no programa está vinculada ao tempo regular da graduação. A Resolução não esclarece sobre a permanência dos (as) discentes na condição citada acima.

Gráfico 1 - Distribuição dos (as) discentes por curso




Fonte: Pesquisa de campo

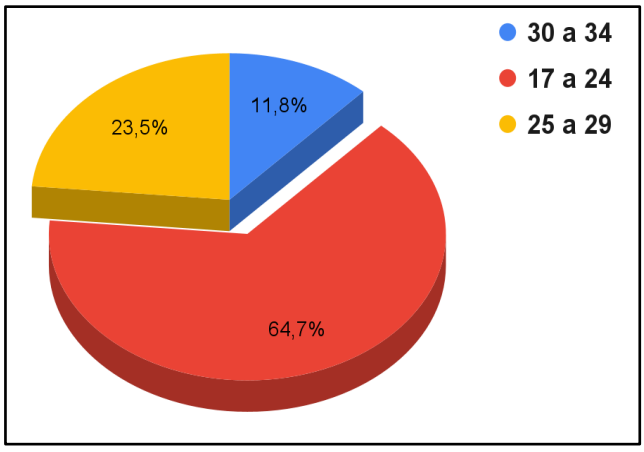
Gráfico 2 – Distribuição dos (as) discentes por turno




Fonte: Pesquisa de campo

O Gráfico 1 aponta que o curso de Engenharia de Pesca possui um maior número de respondentes (35,5%), seguido dos cursos de Agronomia (23,5%) e Licenciatura em química (23,5%), o que justifica o turno da tarde ter prevalência perante aos demais, seguido do turno matutino. Conforme site da UAST[42], os dois primeiros cursos citados são ofertados nos turnos matutino e vespertino, a depender do semestre de ingresso.

Gráfico 3 – Distribuição dos (as) discentes por faixa etária



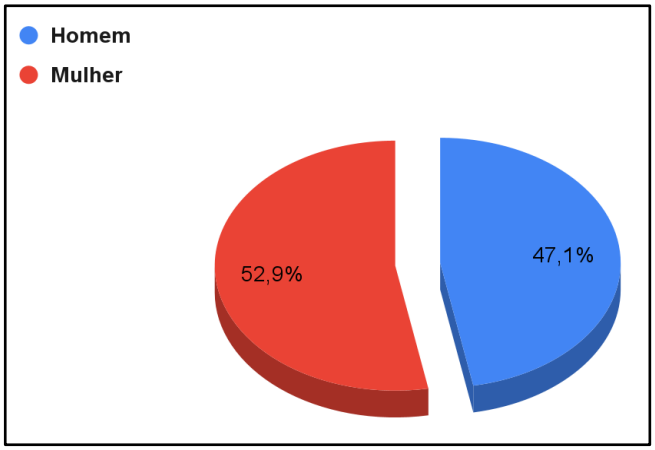

Fonte: Pesquisa de campo.

O Gráfico 3 apresenta que 64,7% dos (as) discentes estão na faixa etária entre 17 e 24 anos, seguido por aqueles com idade entre 25 e 29 anos (23,4%) e 30 e 34 anos (11,8%). Conforme a V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Discentes da Graduando das IFES, publicada em 2018, a faixa etária da maior parte dos (as) discentes da

[42] http://uast.ufrpe.br/graduacao

graduação está entre 20 e 24 anos. Os estudos de Silva *et al.* (2022) realizado com 242 estudantes também confirmam a predominância dessa faixa etária (18 a 24) tanto nas IFES quanto nas instituições privadas de ensino superior.

Gráfico 4 - Distribuição dos (as) discentes por identidade de gênero



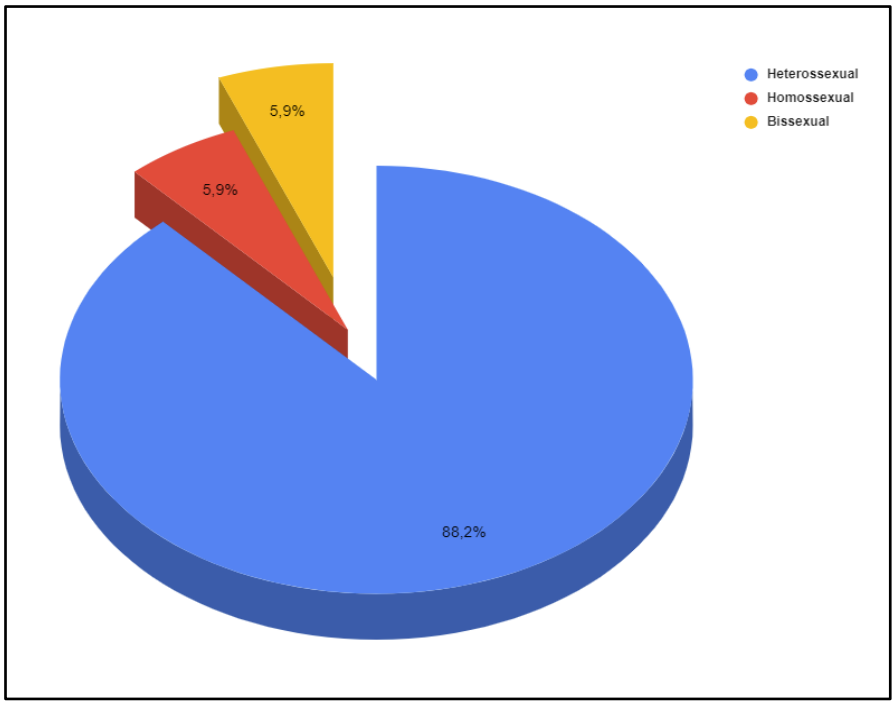

Fonte: Pesquisa de campo

O Gráfico 4 identificou que prevalece um quantitativo de mulheres cisgênera (cis) (52,9%) e que não existiram mulheres transgênera (trans) que responderam ao formulário. Para esse item, foi conceituado o que é mulher e homem transgênero (a). A prevalência de mulheres cis é também apontada na V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) discentes Graduando das IFES; 55,3% das discentes que estavam com matrículas ativas durante a pesquisa se declararam mulheres cis em detrimento de 0,1% de mulheres trans.

A identidade de gênero significa a percepção que o sujeito tem de si perante a sociedade, ultrapassando os conceitos biológicos que diferenciavam os seres humanos entre masculino e feminino e homem e mulher, desconsiderando outras pessoas que não se identificavam nesses segmentos. Apesar de esse estudo fazer uso de terminologias que reforçam as pautas contemporâneas acerca do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, optou-se pela simplificação dos termos *mulher cisgênera* e *homem cisgênero* para "mulher e homem" como forma de facilitar a compreensão dos respondentes. Além desses, foi incluído o segmento não-binário.

A identidade de gênero representa outras identidades para além das apresentadas neste trabalho e tem relação com o nome social, que significa a forma como o sujeito quer ser socialmente identificado, conforme Decreto nº 8.727/2016 e Resolução CONSU/UFRPE nº 21/2015.

Gráfico 5 - Distribuição dos (as) discentes por orientação sexual




Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados referentes à orientação sexual mostram que dentre as mulheres e homens cis sobressaem os (as) que se consideram heterossexuais (88,2%) diante das pessoas homo e bissexual. A orientação sexual, que colocou em desuso a expressão opção sexual, está atrelada a relações afetivas sexuais vivenciadas por pessoas.

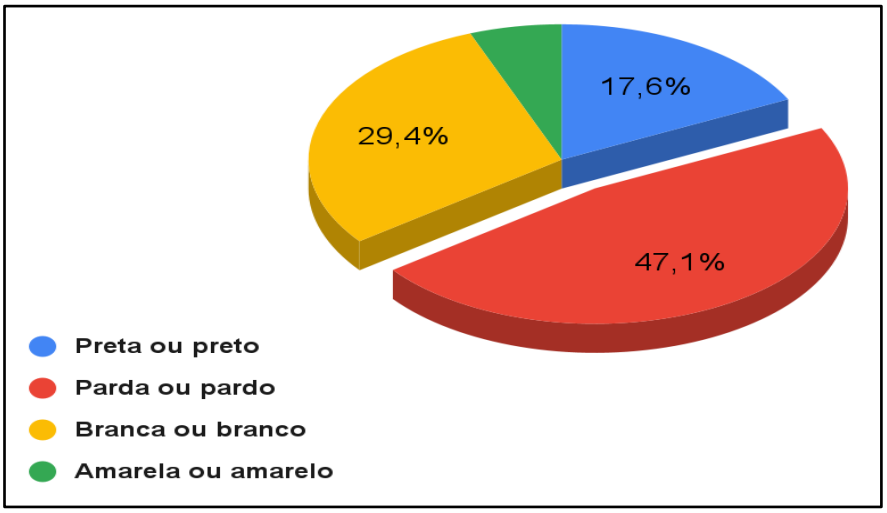
O debate acerca da identidade de gênero depara-se com confronto de perspectivas que dificultam o reconhecimento da existência da diversidade entre as pessoas e a construção de estratégias que intervenham efetivamente e transformem o quadro da inexpressiva representação de segmentos da população, como demonstram os dados. Assim acontecem com pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Os discursos controversos, com uso de termos pejorativos e preconceituoso e a ausência de políticas destinadas à (ao) LGBTQIAPN+ na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro reforçaram o conceito enviesado acerca desse público, despolitizando as expressões da questão social que o perpassam

As barreiras encontradas por aqueles (as) que não se adequaram às convencionalidades estabelecidas pela sociedade, mulher e homem cis, heterossexual, são visualizadas constantemente no processo de trabalho que exerço ao identificá-las em formas, principalmente,

de violência doméstica, sendo possível percebê-la de forma contundente durante os períodos de visita domiciliar com a família de origem dos (as) candidatos (as) aos programas, assim como nos atendimentos e entrevistas sociais e relatos familiares feitos por escrito.

Gráfico 6 – Distribuição dos (as) discentes por cor/raça




Fonte: Pesquisa de campo.

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2022), 47% da população brasileira se autodeclaram pardo ou parda, 43% se autodeclaram brancas e, por último, 9,1%, pessoas pretas. Os resultados apontam ainda que entre 2012 e 2021 houve diminuição das pessoas brancas, de 46,3% para 43%, e aumento dos (as) autodeclaradas (os) pretas (os), de 7,4% para 9,1%. Em conformidade com o PNAD, o Gráfico 6 apresenta que a maior parte do público-alvo se autodeclarou pardo (a) (47,1%), 29,4%, são brancos (as) e 17,6% pretos (as).

O resultado da V pesquisa nacional do perfil socioeconômico e cultura dos (as) discentes da graduação das IFES aborda que entre 2003 e 2018 houve o aumento de pessoas pretas de 27.693 para 143.599, de pessoas pardas de 132.834 210.498 para 470.227 nas IFES, reflexo da expansão das IFES e das políticas de ações afirmativas (FONAPRACE, 2018).

Como política específica, a UFRPE possui a Resolução CONSU/UFRPE nº 281 de 23 de junho de 2021 que “determina sobre a efetivação de uma Política de Ações Afirmativas nos processos seletivos dos Programas da PROGESTI através da aplicação de um fator de correção para a assistência estudantil”, direcionada às pessoas com deficiência, pretos, pardos, indígenas, quilombolas, transgêneras. O fato de correção é aplicado na análise socioeconômica com pontuação que pode variar de 1 a 3 pontos.

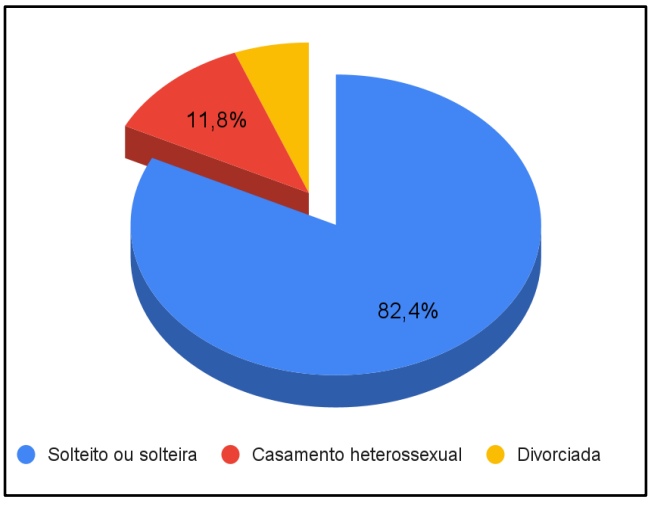
Na literatura, a discussão acerca de cor/raça é heterogênea e possui divergências no quesito raça. Contudo, os quesitos tomaram por base as informações que constam no SIGAA inicialmente sem envolvimento nas discussões. Porém, ressalto a importância de uma abordagem mais aprofundada acerca da categoria utilizada.

O conceito contemplado pelas políticas afirmativas e dentre elas, a política de assistência estudantil, vincula-se à desigualdade intrínseca ao projeto de propagação capitalista que define as possibilidades de acessos sociais, econômicos, políticos e culturais por pretos (as), pardos (as) e brancos (as).

> [...] as cores não são informações neutras, mas expressam categorias que passam por um processo de politização dentro e fora das instituições que as produzem e difundem como o IBGE. Um processo que se dá na medida em que elas, ao informarem uma característica fundamental da população, contribuem para orientar o vetor da luta política para a constituição das políticas públicas setoriais e para a denúncia do racismo institucional que atinge os contingentes populacionais negros (pretos e pardos) – conforme apontam os estudos de Fonseca (2009), Batista e outros (2005), Paixão (2003), Henriques (2001), Adorno (1995), entre outros – e indígenas (IBGE, 2013, [(s.d.)].

Por isso, torna-se imprescindível para a construção, implantação e avaliação de políticas sociais interseccionar aspectos vinculados às questões socioeconômicas, de raça/cor e gênero da população para compreender para qual segmento são direcionadas essas ações.

Gráfico 7 - Distribuição dos/as discentes por estado civil

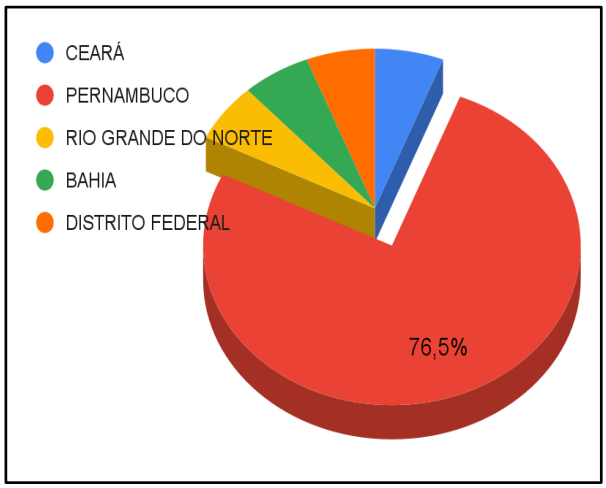



Fonte: Pesquisa de campo.

As possibilidades disponibilizadas para seleção acerca do estado civil dos discentes foram elencadas como solteiro ou solteira, casamento heterossexual e homossexual, união

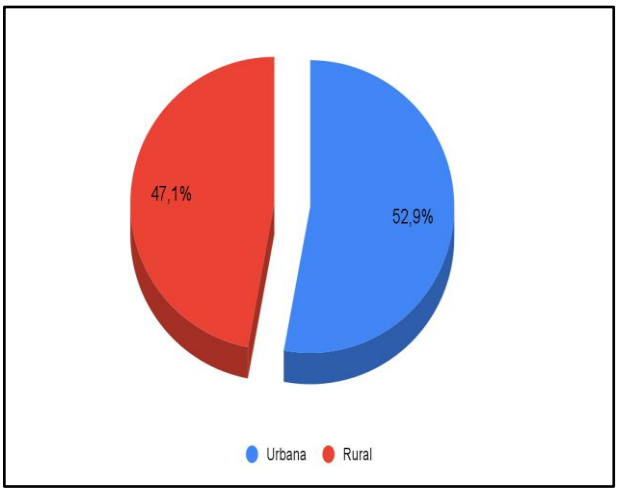
estável heterossexual e união estável homossexual, divorciado ou divorciada. A primeira opção predominou dentre as demais (82,4%) e mostra-se em conformidade com os dados da V pesquisa nacional publicada pelo FONAPRACE (2018, p. 58), em que "a proporção nacional de solteiros (as) é de 85,5%, variando entre as regiões do país.

Gráfico 8 - Estado de origem dos (as) discentes




Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 9 - Localização da cidade de origem




Fonte: Pesquisa de campo

76,5% dos (as) discentes são provenientes do Estado de Pernambuco, de cidades como Serra Talhada, Terra Nova, Bodocó, Mirandiba, Santa Cruz da Baixa Verde, Carnaíba, Santa Maria da Boa Vista, Flores e Tabira. Desse percentual, 61,5% são pertencentes à área rural, ou seja, uma maioria significativa que aponta os reflexos e a importância da expansão das IFES. Além disso, de modo geral, os dados mostram estudantes advindos de outras partes do Brasil com pouca diferença entre o quantitativo da localização urbana e rural como mostra o Gráfico, sendo a mais distante o Distrito Federal. A totalidade daqueles (as) que não residem em Serra Talhada é representada por 70,59% dos (as) respondentes.

Os dados coletados mostram diferenças imprescindíveis a serem melhor consideradas nas políticas de ações afirmativas entre a realidade socioeconômica de quem se insere numa região urbanizada e de quem está em regiões rurais.

Quadro 13 – Comparativo entre as realidades socioeconômicas dos domicílios localizados nas áreas urbana e rural

| **Indicadores** | **URBANA** | **RURAL** |
|---|---|---|
| Fácil acesso à residência | 100% | 50% |
| Difícil acesso à residência | 0% | 50% |
| Água encanada | 88,89% | 25% |
| Poço artesiano | 11,12% | 0% |
| Cisterna | 0% | 62,5% |
| Carro Pipa | 0% | 12,5% |
| Fossa | 100% | 62,5% |
| Vala a céu aberto | 0% | 25% |
| De 02 a 04 membros familiares | 66,67% | 37,5% |
| De 05 a 07 membros familiares | 33,34% | 62,5% |
| Família nuclear | 33,34% | 75% |
| Monoparental feminina | 44,45% | 25% |
| Monoparental masculina | 11,12% | 0% |
| Outra composição familiar | 11,12% | 0% |
| Agricultura como principal fonte de renda | 22,23% | 100% |
| Aposentadoria como principal fonte de renda | 33,34% | 0% |
| Autônomo/informal/contrato temporário como principal fonte de renda | 22,23% | 0% |
| Outras | 22,23% | 0% |

Fonte: Pesquisa de campo.

A fala do Entrevistado 4, cuja família de origem se encontra localizada em área rural, retrata a forma de organização e as dificuldades para o acompanhamento das atividades acadêmicas no período da pandemia.

> *Quando ficou o período de isolamento, antes de começar aquele período de PLE, eu estava no sítio porque mãe disse assim "não, não tem pra que você está lá na cidade, longe de mim. Eu fiquei mais ou menos uns três meses... eu acho que seis meses. Quando surgiu o AEID pra comprar o computador e recomeçar as aulas, eu disse "mãe, não tem condições de eu ficar aqui com a senhora que aqui não tem internet".*

> *Ela dizia, "ah... mas você pode ir assistir suas aulas na casa do vizinho [...]". Eu dizia "quem já se viu?!, sair daqui à noite pra poder ficar com o computador no meio do tempo, lendo?!... Se chover, eu vou pra onde? Não tem condições, eu vou pra cidade mesmo, eu boto internet e me viro". E foi isso. Eu fui fazer o PLE lá na cidade mesmo, fiz tudo lá. (Entrevistado 4)*

As pesquisas realizadas pelo FONAPRACE, a exemplo da V pesquisa acerca do perfil socioeconômico dos (as) discentes da graduação das IFES, não apresentam de forma contundente as diferenças entre o público advindo de área urbana e rural. A *V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) de Graduação da IFES* possui um subtítulo intitulado *o caos urbano e a dificuldade de deslocamento.* Ao pesquisar no texto a busca pelo termo *rural* dentre 318 páginas, o resultado mostrou que a palavra aparece somente uma vez e a referência ao estudante rural é feita de forma breve ao destacar estudantes de origem social popular, somando a esse os de classe média baixa, camponesa e operária. Já o documento publicado também publicado pelo FONAPRACE juntamente com a ANDIFES em 2021, intitulado *Subsídios para atuação do(a) assistente social na análise socioeconômica no âmbito da Assistência Estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior* que propõe a presença de variáveis mínimas no trabalho dos(as) profissionais que atuam diretamente na análise socioeconômica dos(as) candidatos(as) aos programas da assistência estudantil, sinaliza a necessidade de inserção do quesito urbano/rural referente ao indicador moradia, ao apontar que "[...] a moradia é também o lugar de condições objetivas e subjetivas de vida, onde se estabelecem as relações sociais. Todavia, o ato de morar exige ocupar um lugar no espaço urbano ou rural" (Pagoni; Cordeiro; Alves, 2016, p. 185 *apud* ANDIFES; FONAPRACE, 2021, p. 59).

### 6.1.2 Características Familiares

#### 6.1.2.1 Composição Domiciliar

Os arranjos familiares têm se modificado ao longo da história e, por conseguinte, seus membros vêm assumindo papéis diversificados na sociedade. Por isso torna-se importante delinear o perfil familiar com suas formas de organização social.

Conforme ANDIFES/FONAPRACE (2021, p. 17),

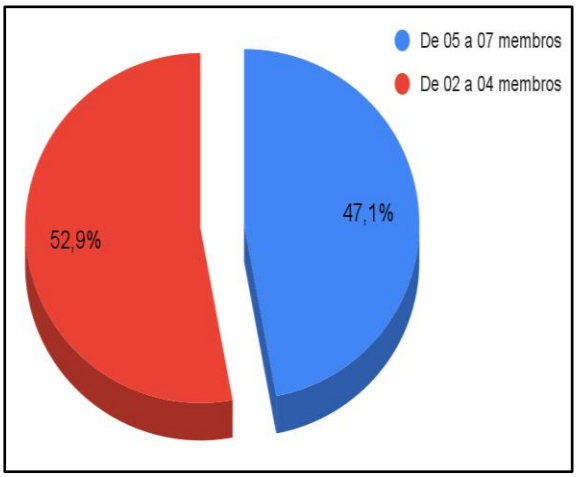
> Nessa perspectiva, entende-se que os aspectos sociais e econômicos devem necessariamente ser apreendidos considerando o objetivo da Assistência Estudantil e o que dele deriva em termos de garantir direitos de acesso, devendo-se considerar a história de vida, única e singular, do sujeito que pleiteia a Assistência Estudantil,

> analisando a inserção do (da) estudante no meio social em que vive, na família, no território. Como também devem ser considerados diferentes aspectos como o acesso às políticas públicas, o atendimento a necessidades básicas de vida, a existência do apoio familiar ou o rompimento de vínculos, assim como as relações sociais nas quais se insere dentro e fora do espaço institucional escolar, que produzem efeitos no desempenho acadêmico e na sua trajetória na universidade.

Gráfico 10 - Membros da família de origem

Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 11 - Quantitativo de membros familiares




Fonte: Pesquisa de campo

O Gráfico 10 mostra que o arranjo familiar com a presença de pai e mãe está presente no domicílio de mais da metade dos (as) estudantes, prevalecendo, assim, a composição de família nuclear. De acordo com o Quadro 13 nos domicílios localizados em área rural ocorre a maior incidência de famílias nucleares. Por outro lado, na área urbana, a família monoparental feminina está mais presente entre os que se encontram nas cidades. Nesse quesito foi pontuada a existência de discente que não considera ninguém como família, para designar um arranjo familiar não domiciliar.

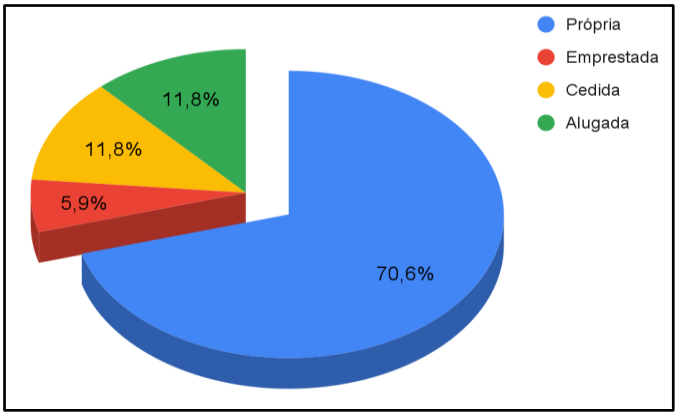
A ANDIFES/FONAPRACE (2021) define dois tipos de arranjo familiar: domiciliar e não domiciliar. A distinção entre ambos se encontra no grau de parentesco entre os membros da família. Assim, os domiciliares são formados por parentes que possuem algum tipo de consanguinidade e habitam sobre um mesmo teto, já os não domiciliares são caracterizados por não possuírem vínculos consanguíneos, mas vivem sobre o mesmo teto. Esse arranjo possui ramificações como o arranjo não domiciliar multipessoal, relacionado àqueles (as) que compartilham domicílio com outros/as estudantes e para aqueles que moram sós e se consideram único membro. Neste caso é chamado arranjo familiar não domiciliar unipessoal.

Quanto ao número de membros, existe uma diferença mínima entre ambos os grupos apresentados. Os grupos predominantes dividiram-se nas faixas de quantitativo de membros compostos por 02 a 04 membros e de 05 a 07 membros com, respectivamente, 52,9% e 47,1%.

Dentre aqueles (as) que compõem o primeiro grupo encontra-se o público que tem residência de origem localizada na cidade.

### 6.1.2.2 Estrutura Domiciliar

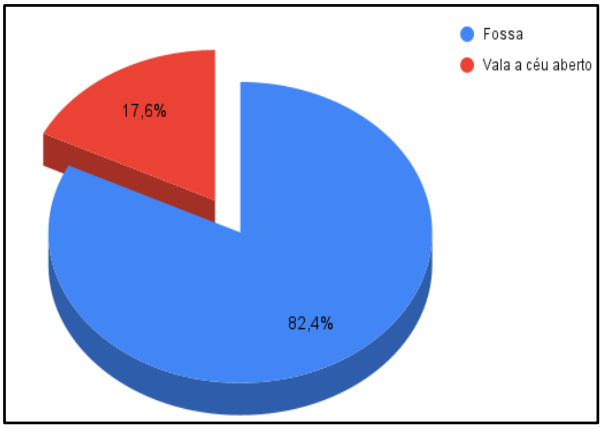
Gráfico 12 - Estrutura física das residências




Fonte: Pesquisa de campo

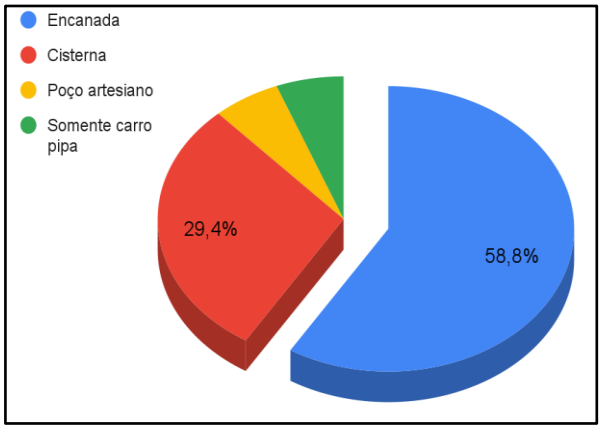
Quanto à estrutura física, 70,6% possuem casa própria, seguido dos/as que residem em casa alugada, cedida, 11,8% e casa emprestada, 5,9%. Contudo, muitos desses discentes residem em Serra Talhada por causa dos estudos, uma vez que se torna inviável a permanência de moradia em seus locais de origem. Essa mudança de espaço físico torna abrangentes as possibilidades de participação em outras atividades acadêmicas ofertadas na UAST, muitas vezes em turnos alternativos às aulas, ou inserir-se no mercado de trabalho. Essa transição é comum entre os (as) discentes requisitando aporte financeiro, motivo de muita procura pelos programas de assistência estudantil.

Gráfico 13 - Esgotamento sanitário




Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 14 - Abastecimento de água




Fonte: Pesquisa de campo

Os indicadores acerca do esgotamento sanitário e acesso à água identificam a existência de saneamento básico em maior parte dos domicílios com a presença de fossa (82,4%) e de água encanada (58,8%). No entanto, também foram constatadas precariedades nesse quesito, uma vez que 17, 6% têm vala a céu aberto e 5,88% fazem uso de carro pipa como forma de acesso à água. A precariedade de saneamento básico é indicador de vulnerabilidade social que confirma a inexistência ou políticas públicas que não consolidam os direitos constitucionais, o que pode contribuir com práticas assistencialistas por parte de gestores (as).

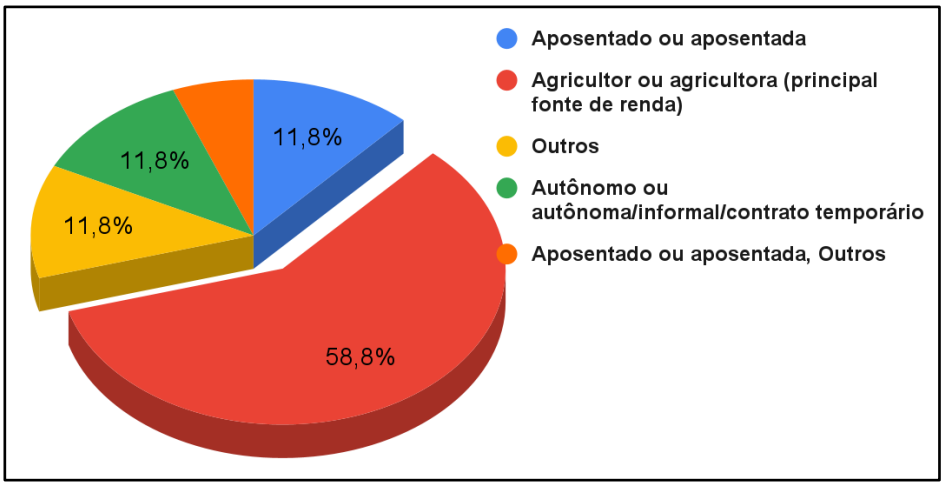
Como visto no Quadro 13, ao fazer um recorte territorial, é possível identificar que os sujeitos inseridos na área rural são os que menos possuem água encanada e têm seu abastecimento feito via cisternas, condição proporcionada pelo Programa de cisternas no governo Lula[43] implementado em 2003, instituído pela Lei Nº 12.873/2013 e regulamentado pelo Decreto N° 8.038/2013.Com base nisso, menciono que, a partir das visitas domiciliares como parte do processo de trabalho exercido na COGESTI/UAST, a política de acesso à água é imprescindível para o combate à fome, para o fomento da agricultura de subsistência, atividade predominante entre as famílias residentes em área rural.

[43] "O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado pelo antigo MDS desde 2003 (acesse e conheça a legislação [CGR1] instituído pela Lei Nº 12.873/2013 e regulamentado pelo Decreto N° 8.038/2013), tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo". Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/acesso-a-agua-1/programa-cisternas

### 6.1.2.3 Empregabilidade e renda

As relações de trabalho, ocupações e renda dos membros da família são indicadores de vulnerabilidade social que condicionam outros aspectos sociais como segurança alimentar, mobilidade, habitabilidade, acesso a serviços essenciais, educação, assistência social, previdência, saúde e saúde mental dentre outros.

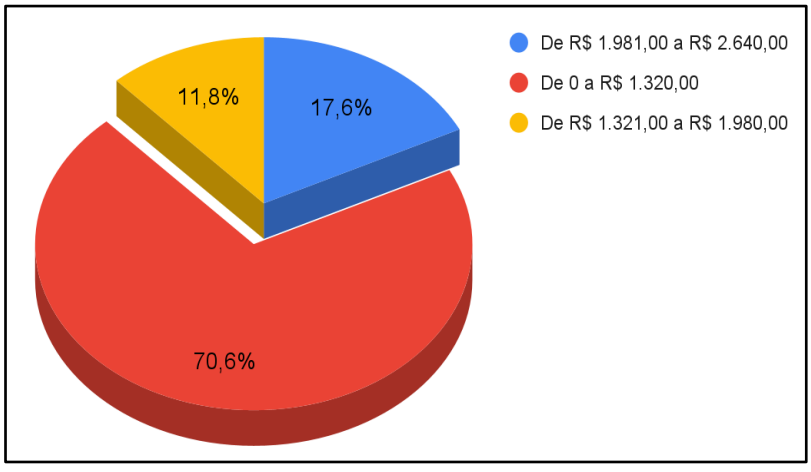
Gráfico 15 - Principais fontes de renda




Fonte: Pesquisa de campo

A agricultura configura-se na pesquisa como principal atividade exercida por 58, 8% dos domicílios. Ao articular o quantitativo de membros das famílias rurais e a renda da renda bruta familiar mensal, esses dados definem a diferenciação da renda *per capta* dos domicílios, como expressa a próxima análise.

Gráfico 16 - Renda bruta mensal




Fonte: Pesquisa de campo

A classificação dos grupos referente à renda bruta mensal foi feita com base no salário mínimo atual reajustado em maio de 2023 para R$1.320,00, de acordo com a Medida Provisória 1172/23. As possibilidades dividiram-se em 0 a 1 salário mínimo (s/m), mais de 1 s/m e até 1,5 s/m, mais de 1,5 s/m até 2 s/m, mais de 2 s/m a 3,5 s/m e mais de 3,5 s/m. Perante isso, os dados mostraram que 70,6% dos domicílios possuem renda bruta mensal de 0 a 1 s/m.

Ao articularmos esse indicador com o de área de localização da residência de origem na área urbana, o percentual apresenta-se da seguinte forma:

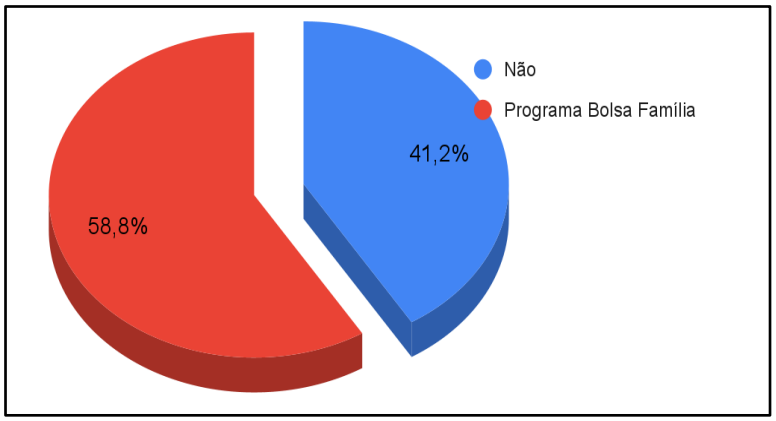
Quadro 14 – Comparativo renda mensal bruta e localização da residência de origem.

| **RENDA MENSAL BRUTA** | **URBANA** | **RURAL** |
|---|---|---|
| 0 a 1 s/m | 55,5% | 87,5% |
| Mais de 1s/m até 1,5 s/m | 11,12% | 12,5% |
| Mais de 1,5 s/m até 2 s/m | 33,34% | 0% |

Fonte: Pesquisa de campo

Tais comparações refletem as diferentes realidades vivenciadas pelos (as) discentes quanto à sua localização territorial: para aqueles (as) com residência de origem em área rural, prevalecem arranjos familiares com composição de 05 a 07 membros (62,5%) e renda entre 0 e 1 s/m mensal (87,5%). Com isso, é possível inferir que a renda *per capta* desse grupo é menor que daquele que se concentram nas cidades e possui, em sua maioria, arranjos familiares entre 02 e 04 membros (66,67%), em que 55,5% dos domicílios possuem renda bruta familiar entre 0 e 1 s/m e 33,34% com renda entre mais de 1,5 s/m e 2 s/m.

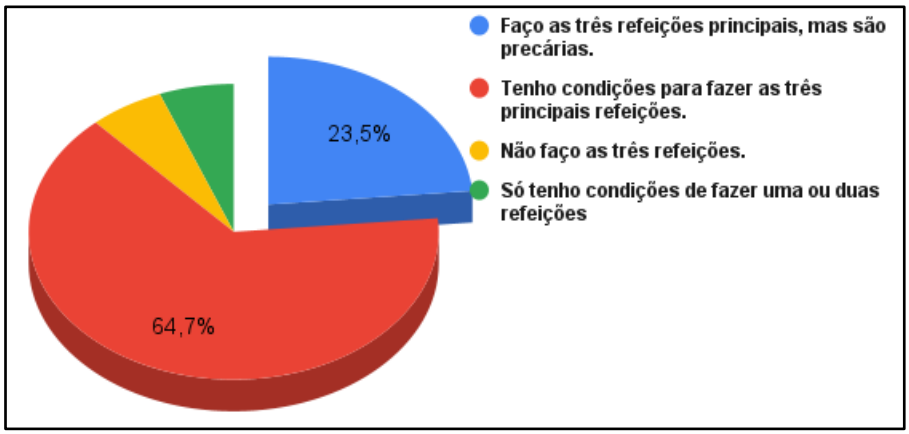
Gráfico 17 - Acesso a programas de transferência de renda




Fonte: Pesquisa de campo

Os dados do Gráfico 17 mostram que 58,8% possuem usuários (as) que fazem parte do Programa Bolsa Família (PBF) e que 41,2 % não recebem nenhum repasse governamental. Foi incluído nesse item como alternativa de resposta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que, apesar de ser operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é um programa de transferência de renda da política de assistência social e, por isso, não contributivo. Esses programas sofreram modificações significativas durante o período de pandemia, interferindo na realidade dos usuários. Essa análise será realizada no próximo item acerca dos impactos da pandemia na realidade dos (as) discentes.

Gráfico 18 - Acesso à alimentação




Fonte: Pesquisa de campo

A segurança alimentar, abordada no Capítulo 3, traz a percepção contemporânea acerca da definição de saúde com fatores determinantes como o acesso aos alimentos e tipos de alimentos, dentre outros aspectos que proporcionam o desenvolvimento biopsicossocial dos sujeitos.

Os dados do Gráfico 18 ilustram que a maioria dos (as) discentes, 64,7%, faz as três principais refeições. O Gráfico aponta ainda que 23,5% desse público se encontram entre aqueles (as) que fazem as principais refeições, no entanto, de forma precária.

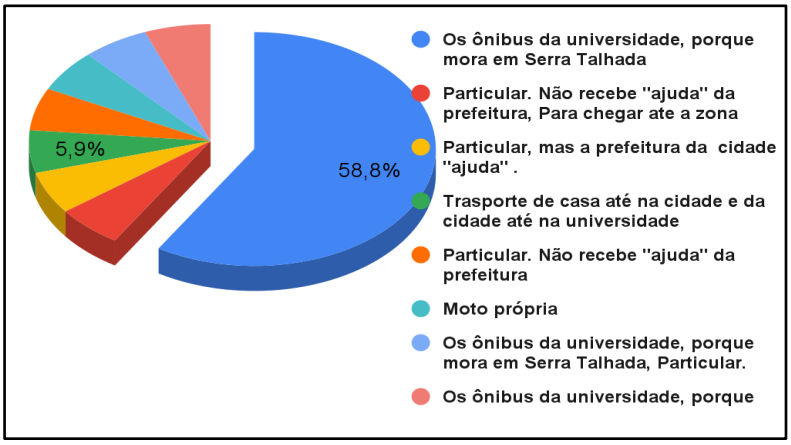
O comprometimento ao acesso à alimentação pode refletir diretamente no desempenho acadêmico, comprometendo a permanência e conclusão dos (as) estudantes. A política de assistência estudantil executada na UFRPE atua nesse quesito por meio de ações específicas como o auxílio alimentação, uma das modalidades do PAD, conforme preconizada no Decreto 7.234/10, assim como através de serviços prestados pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão.

No entanto, percebe-se que ainda não é suficiente uma vez que, desde o início da minha atuação na PROGESTI, uma das maiores demandas dos discentes, principalmente após o retorno às atividades presenciais, é a abertura do Restaurante Universitário da UAST, o qual encontra-se na iminência de ser inaugurado.

### 6.1.3 Características acadêmicas

Do total de estudantes que fazem parte da pesquisa, apenas 11,8% declararam Serra Talhada como cidade de origem e os demais são provenientes de outras cidades, circunvizinhas ou mais distantes.

Gráfico 19 - Acesso à transporte




Fonte: Pesquisa de campo

A maior parte dos estudantes que residem em Serra Talhada faz uso do *ônibus da universidade (*58,8%).

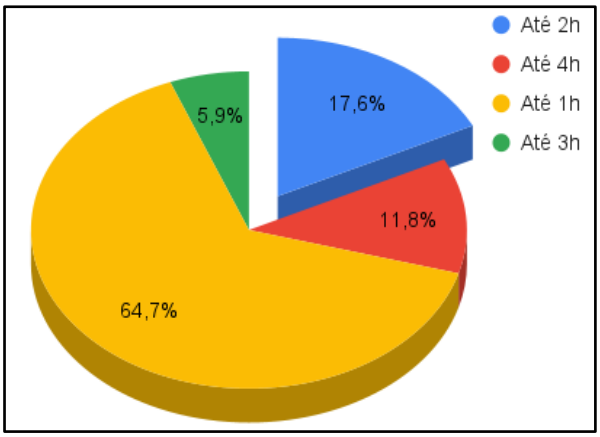
O deslocamento da cidade de origem para Serra Talhada ocorreu entre 64,7% dos discentes, o que demandou recursos financeiros, embora o transporte mais utilizado seja o ônibus disponibilizado pela UAST que não gera custos financeiros para a comunidade acadêmica. De acordo com o FONAPRACE (2018, p. 68), “do total de estudantes das IFES, 77,2% reside no município onde cursa a graduação e 22,8% faz uso da migração pendular para estudar”.

A Unidade está situada numa área rural, distante do centro da cidade de Serra Talhada, que não possui ônibus coletivo público. Em virtude disso, são disponibilizados transportes com horários pré-definidos de acordo com os horários das aulas. Contudo, alguns discentes, sejam

residentes ou não da cidade de Serra Talhada, fazem uso de mais de um transporte, impactando no rendimento.

Relatos familiares, documento exigido em todos os processos de seleção para os programas da assistência estudantil, mostram que existem estudantes da cidade de Serra Talhada que residem em distritos e necessitam de transporte, na maioria das vezes moto, que os(as) levem até determinado ponto por onde passam os ônibus da UAST e, dessa forma, esse público consegue chegar à Unidade; outros, que residem em cidades circunvizinhas e utilizam transportes particulares ou disponibilizados por prefeituras, que também transportam estudantes que se destinam a unidades de ensino superior particulares de Serra Talhada, também são deixados em determinado pontos por onde os ônibus da UAST passam.

Gráfico 20 - Tempo de deslocamento



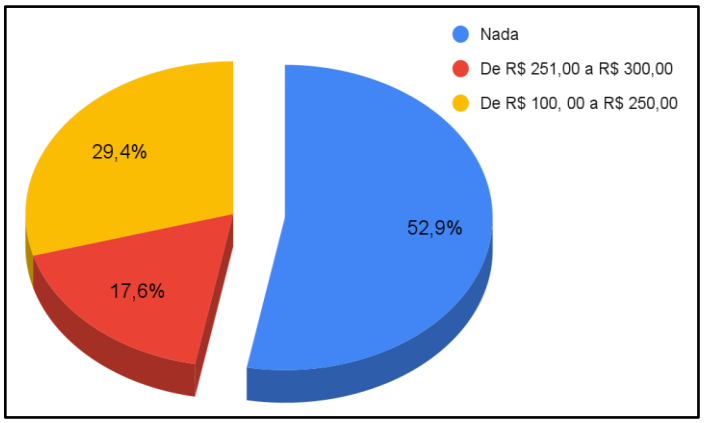

Fonte: Pesquisa de campo

Quanto ao tempo de deslocamento, os (as) discentes que moram em locais mais distantes da UAST gastam mais tempo e dinheiro com o deslocamento, como mostra o Gráfico 20.

A V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico dos (as) Estudantes da Graduação, a qual aponta que entre os estudantes da graduação "23,7% gastam mais de 1 hora em cada trajeto, tempo que supera a média do deslocamento diário do (a) trabalhador (a) brasileiro (a) nas grandes metrópoles (38 minutos), e que coloca o Brasil como um dos países com maiores problemas em relação à questão do deslocamento urbano". Este estudo faz, com o seu levantamento, a mesma constatação. Dentre os discentes não residentes em Serra Talhada, 35,3%, prevalecem aqueles (as) que gastam até 1h de deslocamento (64,7%). Em seguida, estão aqueles (as) que gastam 2h (17,6%). Importa sinalizar que a V Pesquisa do FONAPRACE (2018), citada acima, não apresenta o transporte disponibilizado pelas IFES como ramificação

dos tipos de transportes e nem a distinção entre as formas de mobilidade de discentes de área rural e urbana.

Gráfico 21 - Custos com transporte (s)




Fonte: Pesquisa de campo

Somam-se aos dados do Gráfico 20 os custos decorrentes da não disponibilidade de transportes públicos, principalmente para aqueles (as) provenientes de outras cidades.

Esse item do formulário constituiu-se de respostas de múltipla escolha. Assim, foi identificado que, além dos transportes da UAST, também foram citados transportes como ônibus, van e moto, todos com custos integrais ou parciais, com coparticipação das prefeituras. O Gráfico 21 apresenta que 29,4% dos (as) discentes gastam de R$251,00 e R$300,00; e 17,6%, de R$100,00 a R$250,00. As falas do Entrevistado 4 retrata a dinâmica da mobilidade citada nos Gráficos 19, 20 e 21.

> *Eu fiz quatro anos de graduação lá em (minha cidade). Eu ia todos os dias pra Serra Talhada e saia de cinco e meia e chegava aqui às seis e cinquenta, quando eu chegava na UAST já era sete e dez. Quando eu chegava lá... o quadro era enorme, já estava tudo lotado de coisa, era só fazer uma foto do que dá pra fazer e terminar de assistir a aula e implorar pra o professor, ele ficar mais dez minutos pra poder me explicar o que tinha acontecido no começo da aula.*
>
> *Antes da pandemia, 2018, 2019 a gente gastava com passagem entre cento e cinquenta a duzentos reais por mês porque eu tinha a bolsa família justamente pra isso. Eu utilizava ela pra transporte, unicamente pra transporte. Eu sei que a gente recebia suplementação e alguma coisinha dentro de bolsa de apoio acadêmico, eu dividia. Transporte e transporte*
> *(Entrevistado 4)*

Com a pandemia, uma das principais demandas apresentadas ao setor de trabalho pelos (as) estudantes foi o aumento significativo no valor da alimentação, assim como a mensalidade

dos transportes em decorrência da política de aumento dos valores dos combustíveis que inflacionou produtos alimentícios.

## 6.2 A REALIDADE SOCIOECONÔMICA DOS(AS) DISCENTES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID 19: PRINCIPAIS DIFICULDADES E FORMAS DE ENFRENTAMENTO

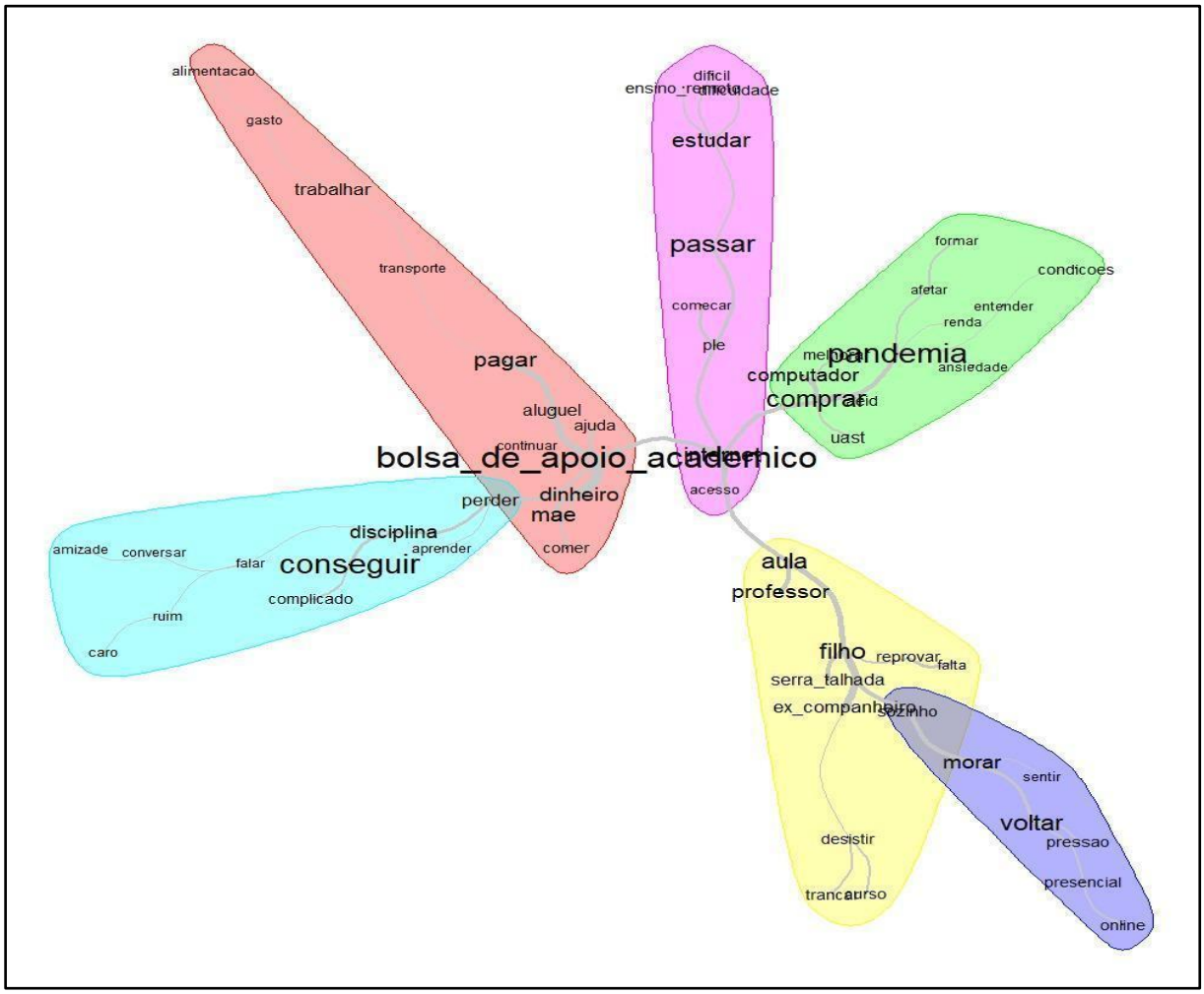
Esse tópico tem como objetivo apresentar as principais manifestações da questão social e as estratégias de enfrentamento durante o acontecimento da pandemia do Covid 19.

A análise de similitude gerada pelo *software Iramuteq* mostra os resultados do *corpus* textual criado com base nas falas dos (as) entrevistados (as). Nela, identificam-se os temas mais relevantes, mencionados pelos (as) discentes nas entrevistas e a ligação entre elas e os demais temas.

Podemos identificar a frequência de palavras citadas nas entrevistas a partir do destaque que essas têm na figura como por exemplo: bolsa de apoio acadêmico, pandemia, conseguir, passar dentre outras. Além disso, a análise mostra a relação direta que os termos estabelecem com outras palavras a partir da dimensão das ramificações que as ligam, assim como uma relação mais distanciada, contudo não menos importante. Isso posto, nota-se que o termo *bolsa de apoio acadêmico* possui ligação direta com *continuar, dinheiro, aluguel, pagar e ajuda,* assim como *internet* com *aula, professor, filho, Serra Talhada.* É possível identificar, também, aspectos relacionados a sentimentos nas várias comunidades[44]. Cada comunidade é representada por termos interligados por ramificações, e que também possuem afinidades com as palavras das demais comunidades.

[44] Comunidade é o nome dado a cada "balão" representado por cores no grafo. O grafo é a figura apresentada formada pelo conjunto de comunidades e suas ramificações.

Figura 4 – Análise de similitude formulada pelo *software Iramuteq*




Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo.

O impacto da pandemia interferiu diretamente na dinâmica e ensejou a reconfigurações dos arranjos familiares. Discentes que residiam em Serra Talhada e retornaram aos seus domicílios de origem depararam-se com a necessidade de reorganização da dinâmica da realidade, como relatou a Entrevistada 2 em duas situações.

> *Quando as aulas começaram, quinze dias depois, (veio a) pandemia. Eu já tava toda estruturada aqui, ela (a filha) já tava matriculada em colégio, já tava toda organizada, já tinha uma rotina, já tava morando sozinha com ela. Aí disse, "não vai ser só de um mês", aí eu continuei aqui, `correndo" sozinha com ela. Tive que fazer aula online. Quando eu tava recebendo as aula online, fazia as aulas online dela, tudo direitinho, aí depois se estendeu. Até chegou a metade do ano e tirei ela da escola. Ela voltou pra minha cidade e como eu estava separada eu não fui morar mais com minha mãe porque eu não convivo muito bem com meu.*
>
> *Quando começou a pandemia, quando chegou no meio do ano, vi que não dava mais pra ficar realmente aqui, em Serra. Aí eu voltei. Quando eu voltei, eu não fui pra casa de mainha, fui morar na minha vó. Porque minha vó era sozinha, precisava de alguém*

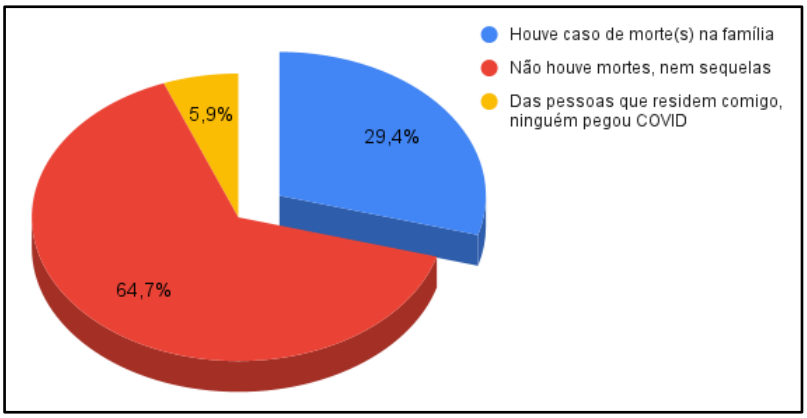
> *pra estar cuidando, fazendo as coisas. Foi muito difícil porque era uma pessoa muito preconceituosa [...] e machista. [...] ela não aceitava o fato de eu ter separado. Porque tipo assim, você casou você tem que aguentar. E mesmo eu explicando "vó aconteceu muita coisa"... Apesar de ele (o ex-companheiro) ser uma pessoa socialmente amigável, comunicativo, antigo, todo mundo, sorriso aberto, só eu sei o que eu passei por trás de um sonho. Eu passei por mentiras, eu passei por agressão e eu não tenho condições de ficar na casa dessa pessoa e ela não entendia. E a pressão psicológica era muito grande.*

Os dados mostraram que 70,59% dos (as) discentes não residiam na cidade de Serra Talhada antes da pandemia e, dentre esses, 50% não possuíam a cidade Serra Talhada como cidade de origem. Aqueles (as) que já residiam na cidade onde se encontra a UATS, devido aos estudos (50%), retornaram para a cidade de origem após o esvaziamento da UAST como medida de contenção da disseminação do vírus que desencadeou a pandemia.

Importa destacar que o desenvolvimento da maternidade pela discente, Entrevistada 2, foi pontuado em vários aspectos da sua vida. Apesar de a temática não ser aprofundada neste estudo, ela sobreveio na entrevista de forma incisiva. Nesse sentido, destaco a importância de estudos que tratem da questão de gênero e maternidade vivenciados pelas (os) estudantes no contexto da pandemia do Covid 19.

### 6.2.1 Saúde, violência doméstica

Gráfico 22 - Condições de saúde na pandemia




Fonte: Pesquisa de campo

A respeito da contaminação pelo vírus SARS-Cov-2 e suas possíveis consequências, os dados mostram que 64,7% declararam não haver ocorrência de morte nem sequela de membros da família; em 29,4% dos casos houve morte de membros e em somente 5,9% dos casos não houve contaminação pelo vírus. Apesar de ser uma das alternativas, não foi apontado o falecimento do principal provedor.

A presença de grupos considerados vulneráveis foi constatada nos dados: 23,5% apontaram a presença de idosos/as na composição familiar, mesmo quantitativo para o quesito *presença de crianças de até 05 anos na família*. Dentre o grupo representado pelo último indicador, uma discente possui uma filha.

Segundo o IPEA (2020, p.12), "em 20,6% dos domicílios brasileiros, no mínimo 50% da sua renda dependia da renda dos idosos" e que "o idoso contribuía com 69,8% da renda desses domicílios, e 56,3% dessa renda vinha de pensões ou aposentadorias" (IPEA, 2020, p.08). Ainda conforme a nota técnica nº 81 divulgada pelo IPEA, 73,8% das mortes por Covid-19 ocorrem entre as pessoas com 60 anos ou mais (IPEA, 2020, p.12). Com base nisso, a relação da pessoa idosa com as mortes da pandemia por causa do Covid 19 impacta diretamente na renda familiar por ser proveniente de pensões e aposentadorias, renda essa permanente. Outro dado está relacionado aos custos gerados pelo público idoso o qual implica, também, diretamente na renda[45]. Quanto a esse quesito, os custos com os idosos foram declarados por 17,7% dos (as) discentes e se encontram entre R$331,00 e R$1.300,00.

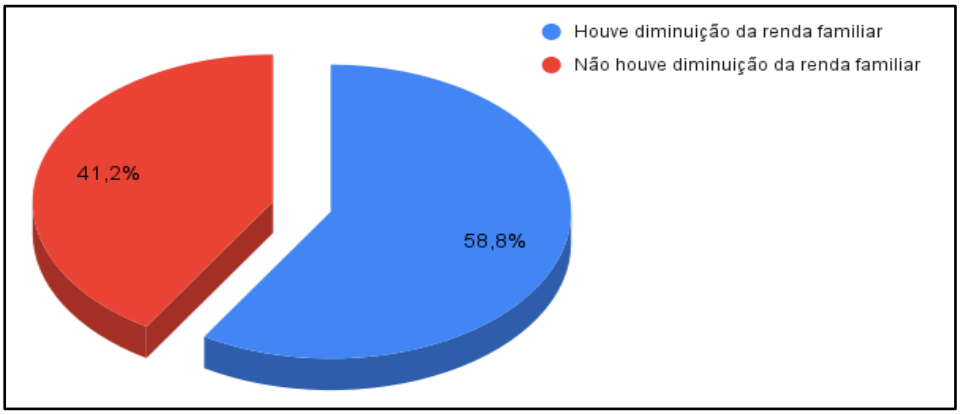
Constatou-se que a violência doméstica aumentou consideravelmente durante a pandemia entre os grupos mais vulneráveis. Nesta pesquisa 11,1% indicou a existência de violência psicológica e moral. Neste sentido, compreende-se que a vulnerabilidade social transcende e se articula a outros fatores além da renda familiar. Um deles é a violência doméstica que torna os espaços inseguros, no caso o ambiente doméstico, interferindo diretamente na relação ensino x aprendizagem.

Na gestão do governo autocrático do presidente Bolsonaro e de seus ministros representantes, assim como em outros âmbitos da federação, as políticas voltadas para o combate à violência doméstica também foram alvo de pouco investimento e subsidiadas por discursos acerca do papel da mulher, dos novos formatos de família e da orientação sexual dos sujeitos na sociedade que reforçaram o caráter conservador e legitimaram, além dos discursos, práticas retrógradas sobre tais questões sociais.

[45] Os custos referem-se a planos de saúde, remédios, alimentação e mobilidade para tratamento de saúde.

### 6.2.2 Renda e endividamento

Gráfico 23 - Renda Familiar




Fonte: Pesquisa de campo

Outro ponto acerca da renda familiar diz respeito a sua variação em decorrência do aprofundamento das expressões da questão social, a exemplo do crescimento do desemprego.

Esse fator, que já apresentava uma crescente, refletiu na situação dos (as) assistidos (as) pelo PNAES: houve diminuição da renda familiar em 58,8% dos casos causada pela reconfiguração das relações de trabalho. Os dados acerca desse indicador foram construídos com possibilidade de múltiplas escolhas e os resultados encontrados indicaram que: 1) o desemprego atingiu 64,7% dos domicílios dos (as) discentes; 2) parcela dos domicílios vivenciou a inserção de membro (s) no mercado informal (45,4%) e autônomo (36,4%); 3) houve a diminuição de venda de produtos da agricultura familiar por causa da pandemia (23,5%); 4) houve comprometimento do trabalho artesanal (5,9%).

Ao analisar os efeitos da pandemia nas relações de trabalho, o IPEA (2022, p. 510) comprovou em outubro de 2020 que “o forte impacto da pandemia é notado devido ao fato de que ainda 27,45% dos domicílios não apresentaram nenhuma renda do trabalho”.

Além disso, os dados coletados neste estudo mostraram o desemprego como motivo da entrada na relação de trabalho informal em 23,5% dos domicílios e a redução de renda mesmo nos domicílios que não foram afetados pelo desemprego.

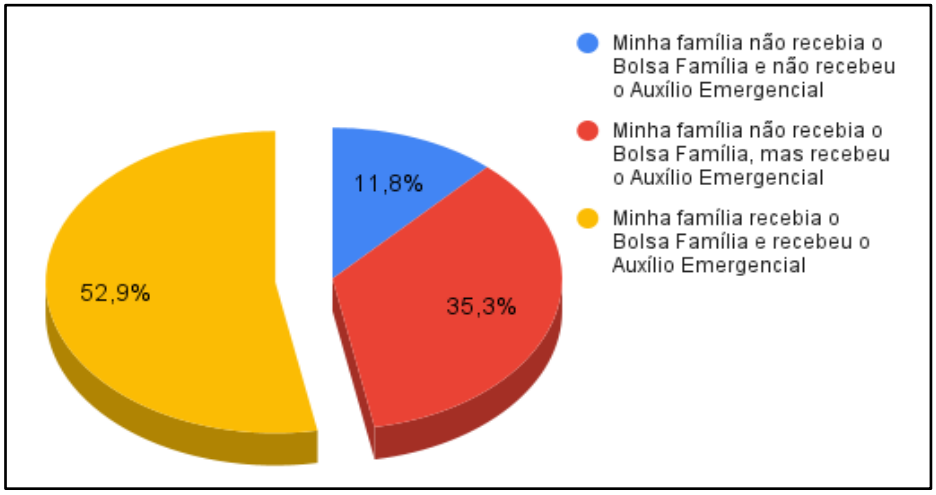
> *Eles planta algumas coisa pra consumir, aí nesse tempo da pandemia... assim, antes eles começaram a plantar, começando os plantios de maracujá, aí até que na pandemia deu certo porque conseguia vender. Às vezes pagava uns preços bom, mas aí as vezes baixava muito, não dava... mas sei que na pandemia a principal renda era desse maracujá que eles plantavam (Entrevistada 3).*

> *[...] como no ano de dois mil e vinte melhorou porque estava com auxílio, aí tinha de vez em quando tinha do maracujá que conseguia vender, mas aí em dois mil e vinte e*

> *um já diminuiu mais, aí já não era uma coisa certa. Aí as vezes mesmo só tinham o dinheiro do arroz pra fazer a feira, aí ficava bem complicado, e o auxílio do governo (Entrevistada 3).*

A fala acima ilustra a forma de organização de atividade laboral em domicílio localizado em área rural, apresentando a busca de estratégias de sobrevivência, assim como a insegurança no rendimento.

Gráfico 24 – Quantitativo de domicílios contemplados pelo Auxílio Emergencial




Fonte: Pesquisa de campo

A soma das fatias nas cores vermelha e amarela do Gráfico 24 totaliza 88,2% de famílias que receberam o Auxílio Emergencial, regulamentado pela Lei nº 13.982 de 02 de abril de 2020, que substituiu o Programa Bolsa Família (PBF).

O PBF é um instrumento de análise significativa porque aponta a existência de vulnerabilidade social já atestada no âmbito da política específica de assistência social por meio da avaliação socioeconômica. Contudo, na gestão do presidente Jair Bolsonaro, o PBF sofreu diversas interferências principalmente a partir da sua substituição pelo Auxílio Emergencial (AE), com critérios aligeirados e superficialmente estabelecidos, destinados a grupos específicos durante a pandemia. Esse formato de transferência de renda convergiu para o desvio de verbas comprovado através da fiscalização realizada pelas instituições cabíveis, excluindo parte da população que dele necessitava, como mostrou o O *Balanço da Fiscalização do Auxílio Emergencial*, produzido em 2022 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com contribuições da Controladoria Geral da União (CGU) e outros órgãos de controle[46].

[46] Essa discussão encontra-se no Capítulo 2, item 2.2 deste estudo.

Apesar dos impasses em torno do Auxílio Emergencial, a pesquisa do IPEA (2022) revela que em 4,32% dos domicílios contemplados pela política o valor destinado aos usuários tornou-se a única fonte de renda, cuja maioria se concentrava na região Nordeste.

> É possível perceber que os impactos da pandemia sobre os rendimentos efetivos do trabalho foram muito mais acentuados entre os domicílios mais pobres e, consequentemente, os rendimentos de outras fontes, incluindo o AE, são mais relevantes para esses domicílios (IPEA, 2022, p. 512).

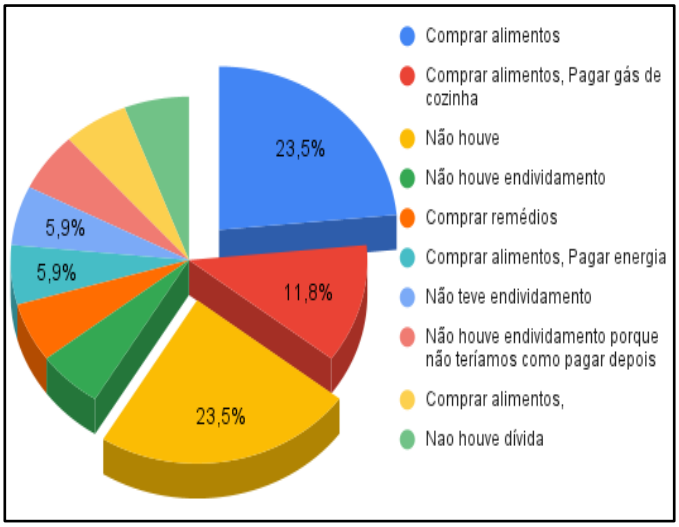
O resultado da coleta de dados corrobora com os dados do IPEA ao mostrar que o AE foi suficiente para suprir as necessidades para 66,7% dos (as) discentes em detrimento de 33, 3% que negam essa afirmação.

A forma como foi conduzida essa ação governamental interferiu diretamente nos processos seletivos dos programas da política de assistência estudantil, durante a pandemia e meses depois do retorno ao trabalho presencial, quando os comprovantes de recebimento do Auxílio Emergencial passaram a ser critério de análise socioeconômica em substituição ao extinto Bolsa Família naquele momento. A falta de critérios e a inserção errônea de pessoas, conforme identificação do Balanço realizado pelo TCU, refletiu no processo de análise socioeconômica do Serviço Social da UAST[47] que se deparou com denúncias acerca de discentes que não possuíam perfil para a política de assistência estudantil. Essas provocações demandaram a supressão do Auxílio Emergencial como critério de análise socioeconômica. Com o retorno aos critérios de condicionalidade para inserção no Programa Bolsa Família, estabelecidos no governo Lula (2023), o Serviço Social retoma a inserção da comprovação no programa de transferência de renda nos editais de seleção.

Outras consequências engendradas pela pandemia do Covid 19 que possibilitam ligações intrínsecas entre si e com o quesito renda foi a necessidade de endividamento e a busca pelo acesso à alimentação. É possível perceber essa relação do Gráfico 25 e no Gráfico 26 com a comunidade representada pela cor rosa na Figura 4. Estes indicam os principais dispêndios financeiros familiares durante a pandemia.

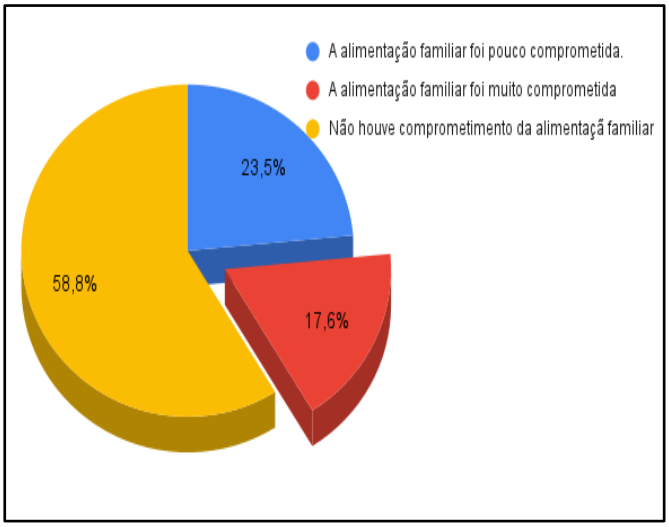
[47] Atualmente a UAST conta com duas Assistentes Sociais lotadas na PROGESTI.

Gráfico 25 - Principais causas do endividamento




Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 26 - Acesso à alimentação




Fonte: Pesquisa de Campo

Desta forma, observamos que o endividamento, como consequência da pandemia, ocorreu em 53% das famílias e as causas assinaladas formam: compra de alimentos (67%), de gás de cozinha (22,2%) e de remédios (11,1%) e pagamento de conta de energia elétrica (11,1%).

Vê-se nos resultados que, apesar de a maioria dos discentes indicarem que não houve comprometimento da alimentação, a soma daqueles (as) que apontaram o comprometimento, muito e pouco, desse quesito totaliza em 41, 1%, número relevante para este estudo. As justificativas apresentadas que resultaram nesse comprometimento estão associadas ao aumento de preço, à falta de alimentos básicos como arroz, à diminuição da quantidade de alimentos comprados mensalmente e às dificuldades para comprá-los.

O direito à alimentação, preconizado na Constituição Federal de 1988, foi um dos fatores que desde o início do governo Jair Bolsonaro foi alvo de desmonte quando em seu primeiro mês de mandato desregulamentou a política de segurança alimentar[48].

## 6.3 AÇÕES DO PNAES NA UAST DURANTE A PANDEMIA: IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS

A política de assistência estudantil na UFRPE, durante o período da pandemia, discutiu estratégias de continuidade das ações do PNAES. Os esforços da PROGESTI para contribuir

[48] Discussão realizada no Capítulo 2, no item 2.2

com a continuidade dos objetivos do Decreto 7.234/2010 desdobraram-se em constantes debates entre as coordenações (COGESTI) instaladas nas unidades acadêmicas, com inclusão de setores da sede, em Recife. A pouca compreensão acerca do contexto que os países vivenciavam somada às particularidades da comunidade acadêmica transcorreram o desenvolvimento das ações processo de trabalho dentro do espaço doméstico que passou a integrar o ambiente institucional e privado, sem previsão de retorno às estruturas físicas e emocionais, aos processos de trabalhos e ao ensino presencial. A Entrevista 1 relata sobre esse processo de fechamento temporário da Unidade:

> *É difícil, porque eu tava no início do curso. [...] . Aí a gente sempre pensa em desistir e na Pandemia a dúvida aumentou ainda mais. Só que meus pais não deixaram eu desistir. E hoje eu agradeço a eles por não ter deixado.*

Foi dentro dessa turbulenta reconfiguração da realidade dos servidores e discentes no interior dos espaços domésticos que ocorreram as discussões acerca dos rumos das ações da assistência estudantil na UFRPE, com base nas políticas implantadas por outras IFES voltadas para a construção de intervenções imediatas pela assistência estudantil a fim de minimizar os efeitos da pandemia e contribuir com a materialização do direito à educação superior pública.

Para além dos programas implantados de forma imediata, como o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, a distribuição de chips pelo governo federal para acesso à internet, os pagamentos dos programas já existentes foram mantidos, assim como os serviços vinculados à Psicologia, ao Serviço Social e ao âmbito administrativo.

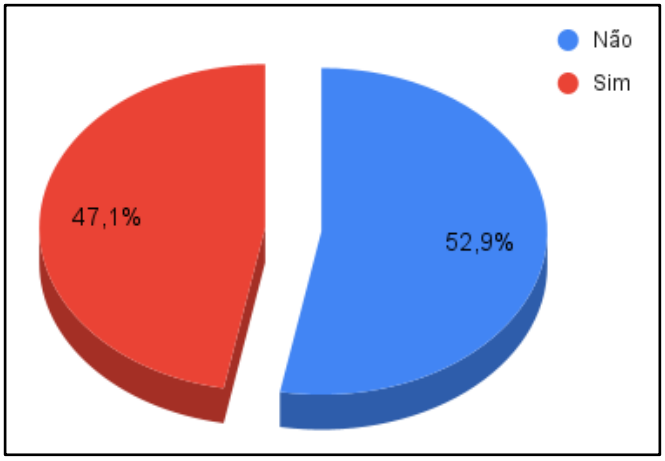
Posteriormente foram retomadas as reaberturas dos editais dos programas. Apesar de a política está direcionada aos (às) discentes da graduação, foi dada assistência na seleção de discentes para programas de assistência estudantil voltados à pós-graduação *stricto sensu*. O orçamento destinado a tais programas eram provenientes de outras fontes de custeio desvinculadas do PNAES. Percebeu-se assim que, após a redução do orçamento das IFES e da produção de ciência, a desigualdade educacional atingiu também o público inserido nos programas de pós-graduação da UAST, assim como de toda a UFRPE.

Os Gráficos abaixo fazem menção ao período de pandemia em que foi implantado o Ensino Emergencial Remoto como mecanismos de desenvolvimento do ensino.

Serão considerados impactos diretos aqueles vinculados aos objetivos do PNAES, diretamente relacionados ao âmbito acadêmico e impactos indiretos aqueles que interferem nos demais âmbitos da realidade dos sujeitos.

### 6.3.1 Bolsa de apoio acadêmico e atendimento às necessidades

Gráfico 27 - Bolsa de apoio acadêmico como principal fonte de renda

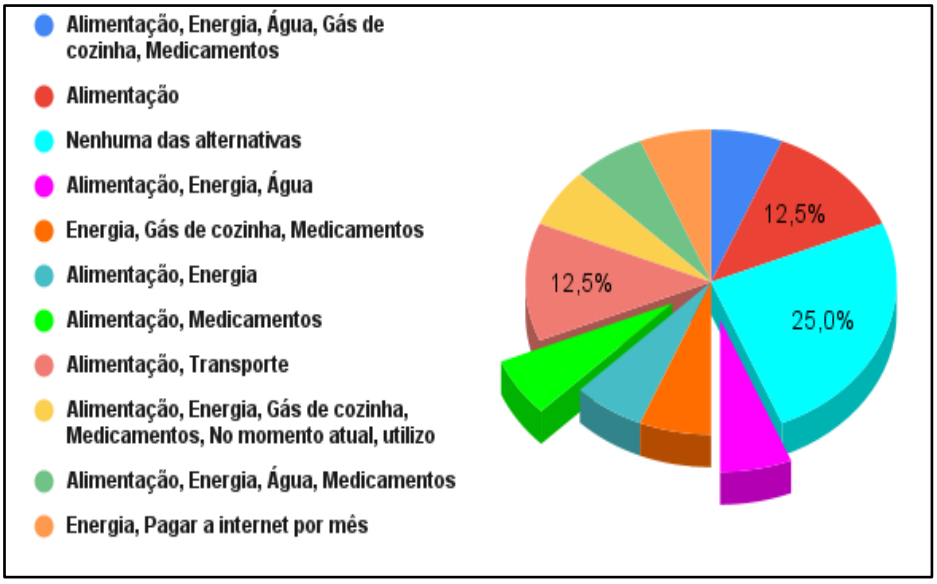



Fonte: Pesquisa de campo

A bolsa de apoio acadêmico tornou-se o principal recurso para o desenvolvimento das atividades acadêmicas durante o período acadêmico acessado, além da principal fonte de renda para 52,9% dos discentes, conforme afirmaram os (as) respondentes. A hipossuficiência dos (as) discentes que compõem a política de assistência estudantil, aprofundada pela pandemia, destinou o valor da bolsa de apoio acadêmico ao atendimento a necessidades mais elementares indiretamente ligadas ao processo de aprendizagem, como mostra o Gráfico 27 abaixo e o relato do Entrevistado 4

> *Na época que eu fiz o ensino remoto eu estava sozinho. Eu precisava realmente ter uma bolsa de apoio acadêmico pra poder me sustentar porque senão nem dá certo* [...]. *O dinheiro da bolsa de apoio acadêmico só dava pra pagar a internet e aluguel. Mãe não tinha dinheiro pra poder mandar comida pra mim. Às vezes ela tirava um pouquinho das coisas do mês, me dava e eu ia lá com o dinheiro que sobrava da bolsa de apoio acadêmico comprar uma cebola, um alho tempero pronto...e eu me virava. Quando não, só ovo, quando tinha, ou só feijão, só arroz pai e mãe eles são agricultores. (Entrevistado 4)*

Gráfico 28 - Principais necessidades atendidas pela bolsa de apoio acadêmico




Fonte: Pesquisa de campo

O Gráfico 28 foi composto por alternativas com possibilidades de múltiplas escolhas. As principais necessidades supridas pela bolsa de apoio acadêmico para 70,6% dos (as) estudantes foram compras de produtos para alimentação (83%) e pagamento de conta de energia elétrica (41,6%), além de pagamento de conta de água, compra de gás de cozinha e de medicamentos (23%) e pagamento de transporte (16,7%).

Entre 2016 e 2022, vivemos um período de desestruturação das ações e políticas públicas de promoção e proteção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), aliado à ineficiência, negacionismo e irresponsabilidade governamental, sobretudo de âmbito nacional, relativamente à gestão da pandemia de Covid-19. A insegurança alimentar na pandemia foi analisada pela Rede PESSAN (2023) através de uma análise que envolve a intersecção das categorias raça/cor de pele e gênero. A partir disso, no documento consta que

> Entre 2016 e 2022, vivemos um período de desestruturação das ações e políticas públicas de promoção e proteção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), aliado à ineficiência, negacionismo e irresponsabilidade governamental, sobretudo de âmbito nacional, relativamente à gestão da pandemia de Covid-19. (Rede PESSAN, 2023, p.25).

Além disso, o inquérito aponta que a situação de fome esteve mais presente em domicílios chefiados por pretos e pardos, resultando num total de 37,6%, e menos entre brancos (10,6%).

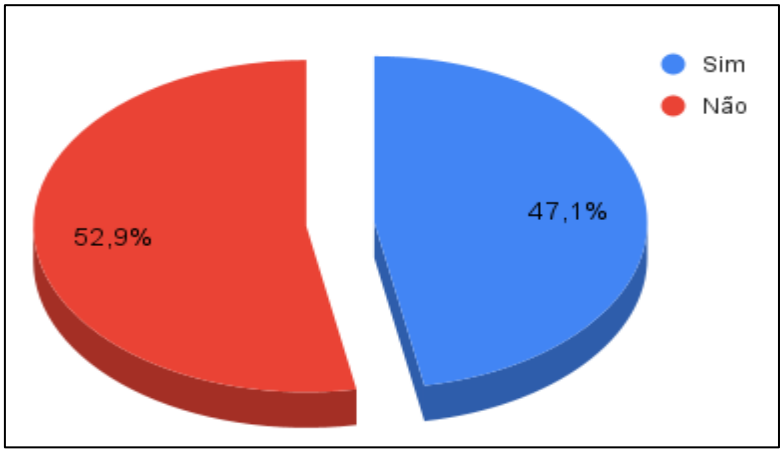
A Rede PESSAN (2023) traz dados que evidenciam que a localização do domicílio incide sobre a insegurança alimentar:

> Na análise segundo a localização dos domicílios, observa-se que o percentual de IA grave foi maior na área rural entre domicílios chefiados por homens e que informaram acesso ao Auxílio Emergencial. Resultados semelhantes foram encontrados na análise dos domicílios localizados apenas na área urbana (Rede PESSAN, 2023, p. 78).

Dos (as) discentes respondentes, 59 % residem com familiares e a outra parte, sozinho ou em uma república onde dividem espaços com outras pessoas. Pode-se inferir que houve participação da bolsa de apoio acadêmico na renda familiar da maioria dos discentes, suprindo necessidades mais imediatas como alimentação. Por outro lado, é possível concluir que se 41% desse público reside na cidade de Serra Talhada em decorrência dos estudos, a bolsa de apoio acadêmico exerceu o papel de suprimento dessas necessidades exclusivamente para manutenção dos estudos.

A análise acerca da destinação da referida bolsa para suprir necessidades como alimentação e energia, configura um impacto direto quando o (a) discente reside sozinho (a) ou com grupo de amigos em decorrência dos estudos, e indireta quando esse recurso é parte do suprimento das necessidades da família de origem.

Gráfico 29 - Atendimento às principais necessidades




Fonte: Pesquisa de campo

A questão atrelada aos percentuais das respostas do Gráfico 29 procura saber se a bolsa de apoio acadêmico foi suficiente para as necessidades específicas dos (as) discentes vinculadas ao processo de aprendizagem. Constatou-se que a bolsa de apoio acadêmico não foi suficiente para suprir as necessidades acadêmicas para a maioria dos (as) discentes (52,9%) no contexto da pandemia.

A insuficiência da bolsa de apoio acadêmico acarretou na busca por emprego para complementação da renda, interferindo diretamente no rendimento da aprendizagem.

> *Eu trabalhava numa pizzaria. Primeiro eu comecei a trabalhar na pizzaria só à noite. Aí nessa semana não tinha começado ainda (o ensino) obrigatório, depois eu comecei a trabalhar num restaurante (nesse mesmo lugar também era restaurante), aí eu trabalhava num restaurante a semana toda, só tinha folga na segunda, onze horas da manhã até três horas da tarde. E na pizzaria eu trabalhava à noite. Eu entrava 5h, mas não tinha hora de sair, geralmente era até onze horas, mas sempre passava das onze horas. Aí quando eu saí desse lugar eu fui pra outro restaurante. É foi o que foi aparecendo fui pegando porque eu não podia ficar parada, além de eu estar na casa dos outros. A bolsa só servia pra manter o aluguel (em Serra Talhada). Então eu fui me virando, hoje está até caro, né?. (Entrevistada 2)*

Contudo, a diferença das fatias do Gráfico 29 não anula a importância do Programa, conforme relato abaixo.

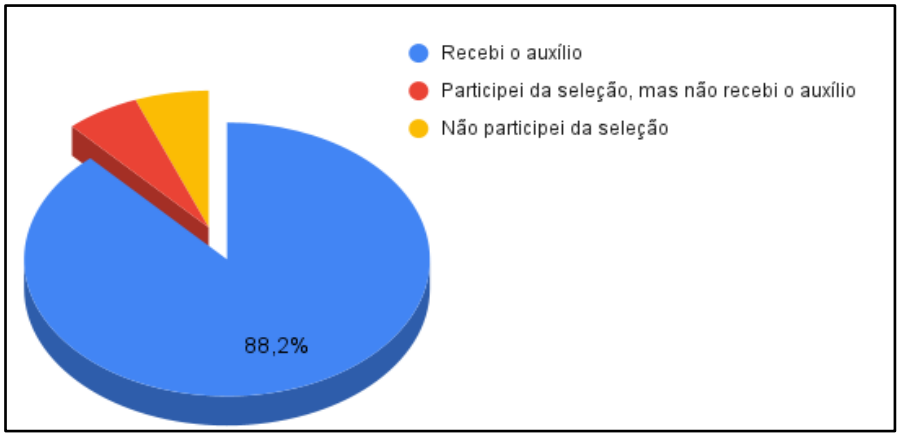
> *Eu acho que na pandemia poderia ter sido maior um pouco, assim pelo menos 448 porque daria pra gente comprar pelo menos mais alguma coisinha além de feijão de arroz e bolacha. Eu acho que 448 seria o ideal pra pandemia nas condições de governo que a gente tinha porque a gente viu que ne?!... foi um absurdo, cortou tudo que a gente tinha e agora depois da pandemia eu acho que parece que ainda não é suficiente. Principalmente, assim, no nosso caso... (Entrevistado 4)*

O valor destinado pelo Programa de Apoio ao Discente durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE), R$345,00, embora insuficiente, fez parte da soma das despesas dos domicílios para o acesso a produtos. Os valores prestados pela UFRPE, assim como as políticas vinculadas ao PNAES implementadas durante o ERE atravessaram o âmbito meramente acadêmico, vinculado ao (à) estudante e se tornaram parte da renda e do atendimento a necessidades dos membros familiar.

### 6.3.2 Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e o acesso a equipamentos tecnológicos

Durante o ensino emergencial algumas ações do PNAES, na UAST, foi implantado o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital (AEID) e a entrega de chips como parte do projeto Alunos Conectados do governo federal.

Gráfico 30 - Participação dos discentes no Auxílio Emergencial de Inclusão Digital




Fonte: Pesquisa de campo

As condicionalidades para inserir os (as) estudantes em situações de vulnerabilidade social no AEID foram estabelecidas via edital. Aos (às) estudantes que fizeram parte da demanda reprimida dos processos seletivos, já implantados, também foi destinado o auxílio de caráter emergencial. O AEID tinha como objetivo subsidiar as necessidades de ordem acadêmica, no aspecto digital. Para aqueles (as) que possuíam vínculos com os programas pecuniários da PROGESTI, ou que fizeram parte da demanda reprimida, o AEID foi destinado automaticamente, sem qualquer tipo de seleção, uma vez que o processo de análise socioeconômica havia sido superado. Para os demais, a seleção ocorreu conforme edital, atendendo aos critérios estabelecidos pelo PNAES. As vagas destinadas a outras categorias de candidatos variaram, conforme editais publicados.

Diante disso, o resultado da coleta mostra que 88,2% do público-alvo receberam o AEID de forma automática por participarem anteriormente do Programa de Apoio ao Discente, da modalidade bolsa de apoio acadêmico. Importante relembrar que os (as) respondentes correspondem ao público que acessou o PAD em 2018 e 2019. Perante isso, causa estranheza que a porcentagem do Gráfico 30 não tenha totalizado 100%.

As modificações dos equipamentos utilizados antes e depois da pandemia comprovam a interferência positiva do AEID, conforme apresentado no Quadro 15 que busca ilustrar de forma comparativa as modificações substanciais ocorridas quanto ao acesso a aparelhos de informática que possibilitaram melhor acompanhamento do conteúdo acadêmico.

Quadro 15 – Equipamentos utilizados antes da pandemia

| **EQUIPAMENTOS** | **ANTES DA PANDEMIA** | **SOMENTE ESSE EQUIPAMENTO (comparação com o quant. geral)** | **DURANTE A PANDEMIA** | **SOMENTE ESSE EQUIPAMENTO (comparação com o quant. geral)** |
|---|---|---|---|---|
| Notebook/computador | 35,3% | 5,9% | 76,5% | 23,5% |
| Celular | 76,5% | 35,3% | 70,6% | 11,8% |
| Tablete | 0 | 0 | 5,9% | 0 |
| Espaços da UAST | 41,9% | 11,8% | 0 | 0 |
| Equipamentos emprestados | 11,8 % | 0 | 0 | 0 |
| Lan House | 5,9 % | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Pesquisa de campo

Os dados mostram que existiram mais de um equipamento utilizado pelos (as) discentes antes e durante o período de pandemia, assim como a utilização de apenas um instrumento para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, visto que o Quadro 15 foi construído a partir da possibilidade da multiplicidade de respostas.

O aumento do acesso a notebook e computadores foi de aproximadamente 41,2%, sendo que o aumento por parte daqueles (as) que usaram somente esse recurso foi de 17,6%. Quanto ao acesso a celulares, ocorreu a diminuição entre os/as discentes que usavam outros equipamentos além do aparelho celular, 5,9%; no entanto, quando comparada, há queda entre os (as) que o tinham como único equipamento (23,5%). Merece destaque o uso de equipamentos emprestados (11,8%) e a ocupação dos espaços da UAST para estudos por 41,9% dos (as) assistidos (as) antes da imposição das medidas sanitárias.

Os resultados acima revelam o impacto positivo do AEID no desenvolvimento das atividades acadêmicas durante os Períodos Letivos Emergenciais (PLE) durante o ensino remoto emergencial.

O estudo de Filho (2022, p.36), que teve como público-alvo estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física da UFRPE, mostra que 17,4% do quantitativo de estudantes da sua pesquisa não atenderam aos critérios estabelecidos pelos editais do AEID. Apesar de não ser a maioria, este estudo aponta a abrangência da política e seu “intuito de minimizar os

problemas em relação ao acesso aos meios de TDICs como desktop, notebook, celulares e tablete" [49]

A pesquisa realizada por Cabral e Farias (2022, p. 13) mostra que "quando perguntados sobre os equipamentos para acessarem as aulas ministradas durante o ERE, a totalidade dos estudantes utilizaram celular e quase a metade conjugou o uso do celular e o notebook". Nesse sentido, o Quadro 15 apresenta-se em consonância com os dados de Cabral e Farias (2022) quando o uso de computador/notebook e celulares são utilizados após a pandemia por, respectivamente, 76,5% e 70,6% dos (as) estudantes.

Gráfico 31- Impressões sobre o AEID

Fonte: Pesquisa de campo

A UAST possui espaços para estudos com disponibilidade de rede internet que funcionam na maior parte da unidade. Por isso, também é constante a frequência dos (as) discentes fora desses espaços, nas instalações dos prédios didáticos pelos seus corredores e escadas. Infere-se que o fechamento temporário da unidade em março de 2020 e com reabertura para 60% da totalidade dos (as) matriculados (as), inicialmente de forma híbrida, em 14 de janeiro, impactou significativamente na dinâmica de estudos desse público até a implantação as medidas imediatas para supressão das necessidades que surgiram na pandemia.

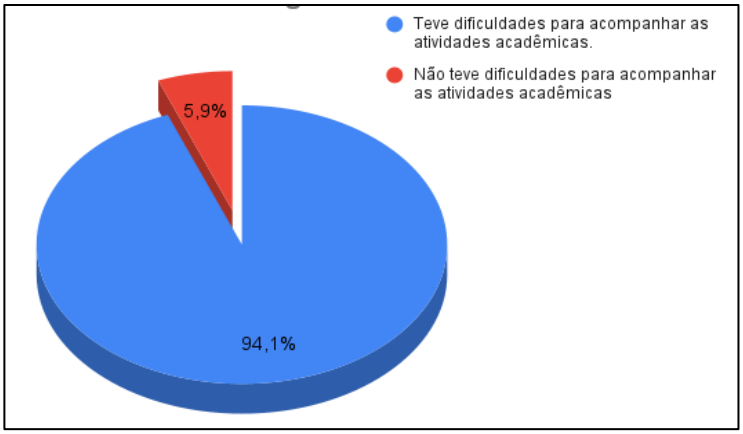
Assim sendo, é possível avaliar o AEID como uma ação que foi imprescindível para a contribuição da garantia do acesso e permanência de estudantes por proporcionar a aquisição de recursos digitais e, consequentemente, o desenvolvimento das atividades acadêmicas para 88,2% dos/as assistidos(as), como mostra Gráfico 31, e, dessa forma, a indicação de ausência

[49] Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.

de dificuldades para acompanhar atividades por essa parcela de estudantes durante o ERE por 94,1% das pessoas, conforme análise no tópico seguinte.

### 6.3.3 Ensino Remoto Emergencial e desenvolvimento das atividades acadêmicas

Gráfico 32 - Acompanhamento das atividades acadêmicas no ERE




Fonte: Pesquisa de Campo

Verificou-se que a contribuição das ações da assistência estudantil para o andamento das atividades acadêmicas foi imprescindível. Contudo, não foram suficientes para sanar as dificuldades com a tecnologia apresentada pelos (as) discentes. O volume de tarefas associado à dificuldade de acesso, às estruturas domiciliares precarizadas, sem espaços para estudos adequados constituem os resultados do Gráfico 32, reafirmados pela fala da Entrevistada 3.

> *É. Eu antes eu estava e eu sentia que eu estava fluindo bem, que eu estava com um projeto, aí eu estava conseguindo fazer bem. Nesse tempo, quando começou, estava pra eu entregar o relatório. Eu estava conseguindo dar de conta das disciplinas. Mas aí depois desandou tudo e eu nunca mais conseguia o mesmo desempenho. (Entrevistada 3)*

Filho (2022, p.35) aponta para a dificuldade dos (as) estudantes quanto ao acompanhamento das atividades acadêmicas

> Foram encontradas algumas dificuldades por cerca de (83,7%) estudantes durante a realização das atividades síncronas e assíncronas proposta no PLE, pois muitas destas devidas por não possuírem os equipamentos adequados e cerca de (25%) dos alunos relataram não possuírem uma boa conexão de internet wi-fi de banda larga durante este período.

A maior parte dos (as) entrevistados (as) apontou que houve flexibilização por parte dos (as) docentes durante o ERE na entrega de atividades, formato de avaliações e presença durante as aulas, pois compreendiam as dificuldades de alguns (as) discentes

> *Eu senti que eles estavam bem flexíveis porque, mesmo tendo muitas atividades, foi que uma coisa que atrapalhou muito, que eles ficavam mandando muita, muita, muita atividade pra suprir aquelas... acho que a carga horária, não sei, só sei que aqui cada uma dava muita coisa. Aí ficava muito. E é tanto que não chegou a perder nenhuma disciplina, mas ficava bem corrido por conta da demanda de atividade que tinha que fazer. (Entrevistada 3)*

> *A gente tinha professores que passaram atividade pra entregar um dia depois, dois dias depois. Então facilitava. Tinha professores que deixava a aula gravada. Porque, no caso, lá na casa da minha vó, ela já pegava a internet de outro lugar. Ela mesmo na casa dela não tinha internet. (Entrevistada 2)*

Em um trecho da fala do Entrevistado 4 foi ressaltado o volume de atividades demandadas pelos professores assim como, em contraposição às demais candidatas, a não flexibilização de alguns (as) docentes.

> *Eu tive (uma disciplina) com o professor e eu nunca pensei que eu ia e eu teria aquele momento na minha vida de eu estar desesperado com um monte de atividade de um mesmo professor com aula com aula síncrona toda semana com entrega de atividade, duas três atividades na mesma semana, com texto pra ler na mesma semana gente não tem condições, porque eu também faço outras disciplinas. (Entrevistado 4)*

A relação entre as dificuldades, ensino remoto, PLE, estudo, acesso e internet foi constatada também na análise de similitude através da comunidade representada pela cor lilás, na Figura 4. Além do AEID, em maio de 2020, através do fomento e gestão pelo MEC e execução pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (MEC/RNP), inicia-se o Projeto Alunos conectados[50], através de um levantamento do número de estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de distribuir chips de dados de operadora de internet e, assim, contribuir com a nova forma de acompanhamento das atividades acadêmicas. Foram distribuídos cerca de 143,8 mil chips até junho de 2021, em 87 IFES[51], das operadoras Algar, Claro e Oi, com planos de pacote de dados. O orçamento do projeto foi de R$ 28 milhões, com expectativa de destinação de chips para 143.855 alunos, média de R$ 195 para cada discente**.** O projeto esteve em vigência até junho de 2022.

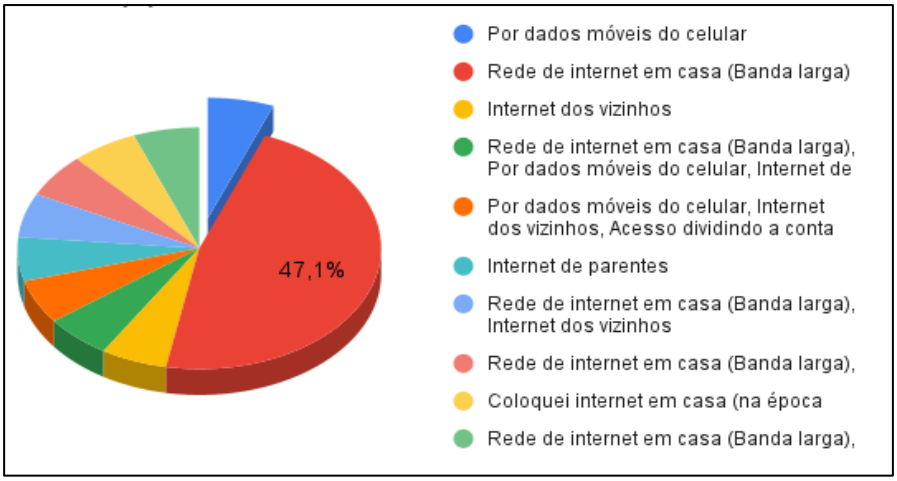
[50] https://www.gov.br/mec/pt-br/alunosconectados

[51]https://www.rnp.br/noticias/com-mais-de-105-mil-chips-entregues-projeto-alunos-conectados-e-prorrogado-para-2021

A operacionalização do Projeto na UFRPE, pela PROGESTI, iniciou em 04 de setembro de 2020 para onde foram destinados 2.187 chips, com 20GB das operadoras Claro e Oi. Conforme informativo[52], estavam aptos a receber o chip os/as discentes que se inscreveram no AEID, com renda mensal de até 1,5 salário mínimo, com possibilidade para os/as que encontraram na lista de espera do auxílio. A entrega foi realizada pelos Correios inicialmente através do preenchimento de formulário online, disponibilizado no site da PROGESTI. Os principais obstáculos ocorridos foram: não preenchimento do formulário, endereços não encontrados com retorno do material à Universidade, incompatibilidade da operadora com o local onde se encontravam os (as) estudantes, plano de dados inferior à demanda de acesso à internet.

A pouca eficácia do chip foi confirmada no próximo Gráfico 33 que foi construído através de itens de múltipla escolha.

Gráfico 33 -Rede de internet utilizada para acessar às atividades acadêmicas




Fonte: Pesquisa de campo

Todos os (as) discentes tiveram acesso a algum tipo de rede de internet e 70,6% usou mais de uma rede: A internet tipo banda larga foi utilizada por 76,6 %. O acesso às atividades acadêmicas ocorreu somente mediante essa via para 53% dos (as) respondentes. A Internet de parentes foi utilizada por 23,5% e a de vizinhos, 17,6%.

> *No início eu tentava pegar da do vizinho ou então ia pras casas que tinha. Aí depois, quando ia realmente começar o PLE ...assim, depois que começou, aí eu comprei as coisas e botei a internet só que não era tão boa. Lá no sítio, a qualidade não era muito*

[52]https://www.ufrpe.br/br/content/estudantes-devem-preencher-formul%C3%A1rio-para-recebimento-de-chip-de-dados

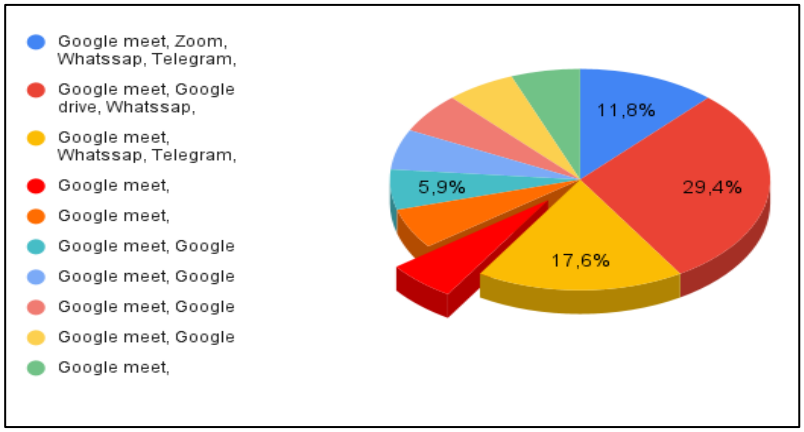
> *boa da internet. Em relação à internet, só veio melhorar quando eu vim pra cá. (Entrevistada 3).*

Conforme Cabral e Farias (2022, p.13), com base em sua pesquisa,

> Para participação nas aulas síncronas e na realização de atividades assíncronas a totalidade dos estudantes responderam acessar a internet diariamente, entretanto mais da metade utilizaram unicamente dados móveis, justificados por terem recebido da instituição, em forma de auxílio, recursos para a compra de equipamentos e chip para celulares para acesso à internet. Muitos utilizaram equipamentos oferecidos pela instituição e relataram a dificuldade que tiveram quando receberam o recurso institucional para a compra de notebook.

Considerando que a construção de ações no contexto da pandemia para suprir necessidades imediatas também teve caráter imediato, os dados mostram a importância do conhecimento da realidade social onde são reveladas as expressões da questão social para a construção de políticas sociais. Negligenciar essa etapa significa implantar ações que podem se tornar ineficazes e/ou insuficientes para a população.

Gráfico 34 - Redes de comunicação utilizadas para acompanhamento das atividades acadêmicas




Fonte: Pesquisa de campo

O uso de redes de comunicação na pandemia aumentou de forma significativa por tornarem-se os principais instrumentos de comunicação. Na academia, a sala de aula presencial foi substituída por plataformas de sala virtual e os materiais didáticos estiveram disponíveis nas "nuvens", nas "salas" de *WhatsApp* e *telegram*, reconfigurando as relações entre docentes e discentes através de redes de comunicação virtual. Dentre elas, o *Google Meet* foi o instrumento acessado por todos (as) para desenvolvimento das atividades acadêmicas. O *e-mail* (76,5%) e o *Google Drive* (58,9%) também tiveram um quantitativo de acesso significativo, seguido do *Whatsapp e Telegram*, ambos mencionados por 53% do público-alvo. Outros mecanismos utilizados com menor frequência foram o *Zoom* (11,8%) e o *Google Classroom* (5,9%). Filho

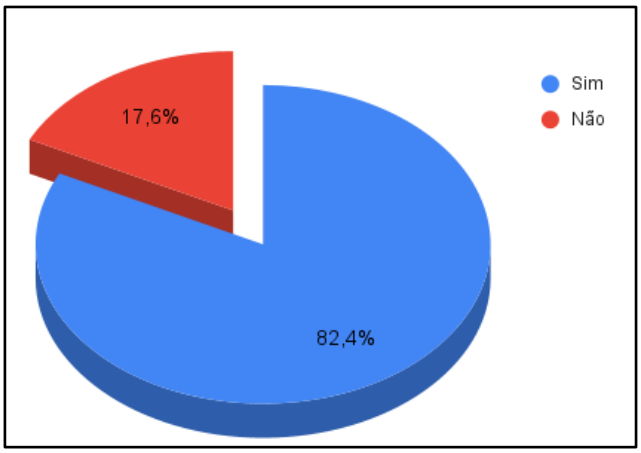
(2022) aponta que os docentes utilizaram recursos de comunicação citados além do AVA e podcast.

As principais dificuldades encontradas associada à rede de internet e às plataformas acima foram a morosidade da rede de internet (76,5%) e o quantitativo numeroso de membros familiares num mesmo espaço (41,18%). Outras dificuldades não menos importantes também foram apontadas: falta de condições estruturais para o estudo em casa; necessidade de cuidar de familiares devido a Covid-19; dificuldade de concentração, para lidar com o recurso tecnológico e com a interação com os (as) professores (as) e com os (as) estudantes, em ler na tela do computador ou celular; ausência de livros em casa para estudo complementar ou revisão.

> *Antes era bem mais fácil se concentrar pra estudar e tudo mais, só que durante a pandemia a gente esquece um pouco, não tem mais o hábito de sentar e realmente estudar por questão de prova ser online, ter prazo pra entregar. Alguns professores davam prazo de oito dias. A gente tem ajuda dos amigos, tem acesso ao material. Quando voltou a gente teve que se adaptar novamente, sentar, estudar, fazer.*
> *[...] tinha que perder a aula quando a internet caía. Alguns professores gravavam e liberavam as aulas, outros não. Tinha que pegar a matéria com quem tinha assistido a aula. (Entrevistada 1).*
>
> *Como a internet, ela às vezes é instável, às vezes eu conseguia assistir aula, às vezes eu não conseguia. Os professores que às vezes botava aula gravada e aí depois você revia as aulas, mas os que não gravavam eu perdi. Aí quando era trabalho…às vezes eu perguntava alguém se passou alguma coisa, porque às vezes ele comentava no grupo, aí eu perguntava lá "em relação ao trabalho como ficou?... ia me virando… (Entrevistada 2).*
>
> *Quando eu estava lá era bem complicado. Era muita gente entrando, saindo… aí tinha muito barulho, não dava pra focar direito. Aí eu tinha que tinha que ver os horários que era mais tranquilo pra eu poder fazer as coisas (Entrevistada 3).*

Com a pandemia o espaço doméstico foi readaptado e tornou-se a principal estrutura para estudos. O resultado da coleta de dados mostrou que a maior parte dos estudantes utilizaram quartos sem estrutura como espaço de estudos (59%), sala da residência (53%). Foram citados também casa de parentes e vizinhos e quintal. Esse resultado tem relação com o processo de aprendizagem que ficou comprometida para 82,4% dos/as discentes.

Gráfico 35 – Aprendizagem durante a pandemia




Fonte: Pesquisa de campo

Cabral e Faria (2022) identificaram dentre as maiores dificuldades abordadas pelos (as) discentes a estrutura física associada à quantidade de membros da família.

> As condições inadequadas de espaço destinado aos estudos, associada ao número de pessoas que transitam por ele se constituem nos ingredientes vitais para desmotivação e construção do fracasso no processo de aprendizagem. Embora pareça óbvio, ressaltamos que quanto maior a vulnerabilidade econômica, maiores são as chances da associação desses dois fatores. (Cabral; Faria, 2022, p.12)

As expressões da questão social transcorreram no processo de aprendizagem durante a pandemia e interferiram diretamente no seu comprometimento.

### 6.3.4 Condições de saúde mental durante a pandemia

Acerca da saúde mental dos discentes, o resultado alerta para a necessidade de políticas de saúde mental na universidade e sua articulação com a rede socioassistencial. Para isso, é preciso considerar a importância e imediaticidade do aumento do quadro de profissionais correspondente ao aumento das demandas relacionadas a tal aspecto, potencializadas após a pandemia.

Os dados mostram que a ansiedade e/ou depressão foram citadas como principais aspectos que afetaram a saúde mental durante o período de isolamento social, respectivamente 59% e 35,3%.

Interessante perceber em um dos relatos como o PNAES não deve se limitar à destinação de auxílio, bolsas, ajuda de custo, mas deve desenvolver suas ações de forma abrangente compreendendo os sujeitos na sua complexidade. O relato abaixo mostra a possibilidade de

continuidade do desenvolvimento das atividades acadêmicas por meio de um contraponto diante do que constatou a maioria.

> *Já entrei na experiência de pandemia meio doente na cabeça depressão, ansiedade, comportamento suicida, um monte de coisa... já foi complicado. Na pandemia, quando a gente começou aquela parte de isolamento, eu voltei pro sítio novamente... que eu já estava na cidade. E lá fiquei novamente sem internet, sem ter acesso a nada. Eu fiz amizade com quem agora é meu vizinho aqui do lado. E a gente conversava de vez em quando. O rapaz, que também mora aqui onde a gente morava, ele tinha colocado internet na casa dele e a gente foi acessar a internet, aí eu soube que a UFRPE estava dando aquele AEID. Na época eu já recebia a bolsa de apoio acadêmico. (Entrevistado 4)*

O impacto da pandemia transcorreu no espaço acadêmico também após o retorno às atividades presenciais e gerou uma demasiada demanda para os profissionais inseridos na política de assistência estudantil. Alguns discentes relataram algumas mudanças com o retorno.

> *Muita gente acabou desistindo. Minha turma entrou com quarenta e quatro pessoas, hoje só tem nove da turma original. (Entrevistada 1)*

> *Quando eu voltei, minha dificuldade hoje após a pandemia, é que eu estou numa sala que eu não conheço ninguém e ninguém me ajuda porque quando eu cheguei o pessoal que eu estudava mesmo, minha turma de origem, eles avançaram. Eles pegaram, botaram tipo sete, oito matérias de vez e pagaram. Eu botava duas, três e não dava conta. Todo mundo avançou. (Entrevistada 2)*

> *Eu acho que diminuiu. Teve uns que ficaram mais pra trás Aí outros desistiram. Teve gente que estava no oitavo período e desistiu pra ir fazer outra faculdade. E aí outros também desistiram pra trabalhar.*
> *[...] achei muito difícil quando voltou em dois mil e vinte e dois pra eu pegar o ritmo, é tanto que uma disciplina que eu comecei a pagar em dois mil e vinte e dois eu reprovei nela, aí estou pagando a terceira vez já. E teve uma que eu não coloquei. (Entrevistada 3).*

A questão do formulário que permitia ao (à) discente discorrer sobre o período da pandemia permitiu identificar fatores relacionados ao sentimento de medo, à readaptação às novas formas de ensino e ao enfrentamento das dificuldades causadas por essas, à sensação de pouca aprendizagem dentre outros:

> *"Quando começou a pandemia voltei pra minha cidade de origem, tive que morar com minha avó materna e minha filha. Foi bem difícil a convivência com minha avó. Tive muita dificuldade de acompanhar as aulas, pois comecei a trabalhar e não tinha muito tempo"*
> *"Foi um período bem difícil, de muito medo e incertezas, peguei COVID 3 vezes mesmo estando em isolamento mas minha mãe precisava trabalhar, em uma das vezes fiquei muito mal de saúde mas graças a Deus hoje estou e venci".*
> *"Foi um período bastante complicado da minha vida, pois tive que me adaptar a essa mudança isso não foi tão fácil, passei por diversos problemas mas no final deu tudo certo"*

> *"Muitos problemas psicológicos, tive que me deslocar de cidades para ir ver a mãe, tinha muitas dificuldades nas aulas online".*

A pesquisa de Silva, Alencar e Carvalho (2022) que teve o quantitativo de 507 estudantes matriculados (as) nos cursos de alguns cursos de licenciatura, em três Universidades públicas, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade de Pernambuco (UPE), e que fizeram parte do ERE, endossam essa temática, visto que

> Los datos revelan que, para el 20,32% de las personas participantes (UPE, UFPE y UFPB), problemas psicológicos como la ansiedad, el estrés y la depresión fueron un obstáculo para acceder y permanecer en clases a distancia. Estos problemas surgieron principalmente debido a cuestiones como vivir en aislamiento, el distanciamiento social, la cuarentena, y otras incertidumbres que surgieron en este período. Otro factor fue la ausencia de información o información falsa relacionada con el diagnóstico, y la prevención de la vacuna y el tratamiento. No hubo información como con la que tenemos actualmente sobre la COVID-19 (incluida la producción de vacunas) y tampoco sobre la utilización de mascarillas en la cultura de los brasileños. Silva, Alencar e Carvalho (2022, p. 113).

Os resultados da pesquisa também abordam as formas de organização das relações institucionais no que diz respeito ao ensino e que comungam com os debates e/ou resultados obtidos nessa pesquisa: 1) o local mais utilizado para assistir às aulas remotas entre os(as) graduandos das IFES e os(as) dessa pesquisa foi o quarto e a utilização do telefone móvel foi a principal ferramenta de acesso ao ensino para além de outras utilizadas conjuntamente; 2) a forma de obtenção dos equipamentos utilizados pela maior parte ocorreu através da compra de quem os utilizou. Já o estudo que aqui transcorre, por definir um público-alvo específico, identifica uma mudança no uso de aparelhos quando foi implantados subsídios financeiros através do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital (AIED), com o intuito de dirimir a desigualdade educacional, conforme aponta o Quadro 15; 3) o uso da internet banda larga foi acessada por 67,30% das pessoas das três Universidades públicas e mais utilizada também por 76,6% do público desse estudo.

A despeito dos obstáculos que devem ser considerados a fim de reforçar a compreensão da necessidade de uma política de assistência estudantil que atenda de forma mais abrangente, subsidiada pela realidade social reconlda pelo acontecimento da pandemia do Covid 19, os dados contribuíram para ilustrar também a importância das ações do PNAES desenvolvidas na UFRPE. Os impactos positivos dos programas e ações contínuas e imediatas tiveram seu contributo para a manutenção do acompanhamento das atividades acadêmicas no contexto da pandemia. No entanto, é importante a busca por novas estratégias que repensem a política de

assistência estudantil como mecanismo de reafirmação contra a desigualdade educacional deve ser contínua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem por finalidade contribuir, na arena do conflito de interesses e mediante a exclusão social marcada pela desigualdade social, com a defesa de uma educação superior pública pautada nos direitos sociais, distanciada de ações assistenciais. Os esforços demandaram da pesquisadora debruçar-se para responder a questão problema da pesquisa: Qual a perspectiva dos (as) discentes assistidos (as) pelo PNAES, na Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE, sobre o impacto da pandemia do Covid 19 na realidade vivida por eles? A partir disso, foi possível atender aos objetivos específicos: 1) descrever a realidade vivenciada pelos estudantes assistidos(as) pelo PNAES no período da pandemia do covid19; 2) identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes assistidos(as) pelo PNAES no período da pandemia Covid 19; 3) verificar os impactos diretos e indiretos dos programas da assistência estudantil na realidade vivenciada pelos discentes assistidos(as) no cenário da pandemia e, dessa forma, o geral: identificar os principais impactos na realidade sob o prisma dos (as) discentes assistidos(as) pelo PNAES na UAST.

A reflexão proporcionada pelo desenvolvimento da pesquisa corroborou aspectos mais gerais abordados no percurso deste trabalho, assim como aspectos ligados às especificidades das realidades dos sujeitos respondentes.

A abordagem metodológica da pesquisa permitiu que a pesquisadora se deparasse com outras temáticas que circundam a dinâmica social daqueles (as) que se deparam com o cerceamento de direitos sociais, constitucionalmente garantidos. Entretanto, apesar deste estudo desenvolver a temática da Assistência Estudantil e o seu impacto no contexto da Covid 19, ressalta-se outras temáticas como questão de gênero relacionada à atividade da maternidade de discentes, violência doméstica e as diferentes características da realidade dos (as) estudantes que possuem famílias de origem localizadas em área rural e urbana.

Além disso, as consequências do contexto vivido perpetuam e, após o retorno às atividades acadêmicas presenciais, houve a demanda por novas formas de intervenção na realidade dos (as) assistidos (as) pelo PNAES. Diante disso, compreende-se que este estudo, apesar de ter um ponto de chegada, ao atender aos seus objetivos, distancia-se de um processo conclusivo, podendo ser o início de outros estudos considerando as temáticas citadas, relacionando-as à finalidade do PNAES.

O percurso balizado pelos objetivos propostos empreendeu para a reflexão dos interesses do mercado, da organização da sociedade e do papel assumido pelo Estado para o

desenvolvimento de políticas sociais, especificamente a política de educação superior pública no âmbito do PNAES.

A constituição da política de assistência estudantil, norteada pelo Decreto 7.234/10, foi conduzida de acordo com o reordenamento do Estado que no seu processo de "contra-reforma", busca alternativas consubstanciadas no discurso de modernização, despolitizando as expressões da questão social e encaminhando seus enfrentamentos para o âmbito privado. As estratégias de atendimento aos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, definem as ações que materializam o direito à educação superior pública, com impactos orçamentários nas IFES obrigando-as a se adequarem a tais determinações através da reconfiguração de suas normativas e desfinanciamento.

O REUNI e suas ações de expansão da IFES abriram as portas para que massivamente os filhos da classe trabalhadora acessassem o direito à educação superior pública, principalmente após a implantação de políticas de cotas e de inclusão social como a Lei 12.711/12 e o Decreto 7.234/10, respectivamente. Por outro lado, as concessões realizadas ao mercado ocorreram via financiamento e custeio de bolsas para ingresso em cursos de graduação em instituições privadas, mediante FIES e PROUNI. Empreende-se que as políticas sociais são mecanismos dicotômicos porque ao passo que atendem às demandas da população têm em sua constituição os interesses do mercado.

A configuração política assumida pelo Brasil após as eleições de 2018 esteve ligada a aspectos viscerais da organização ideológica liberal. A gestão do país entre 2019 e 2022 efetuou políticas que prevaleceram abertamente os representantes do capital. A dicotomia anteriormente mencionada coloca-se em questão nesse período, uma vez que o retrocesso ocorrido por meio da precarização dos instrumentos que materializam os direitos sociais, como as políticas públicas, atendem, quase que na sua totalidade, aos interesses do empresariado.

Nesse contexto, a pandemia do Covid 19 aprofundou as desigualdades educacionais e tornou clara a ineficiência da gestão assumida pelo presidente Jair Bolsonaro considerando que, enquanto parte da população sequer possuía as condições essenciais de saneamento básico para minimizar os efeitos do vírus, enquanto a maioria das mortes foi de pessoas com um perfil socioeconômico baixo, enquanto os organismos faziam esforço para compreender as melhores estratégias de lidar com o fenômeno tendo por base as normativas internacionais, o discurso reducionista refletia o desinteresse em atender o agravamento das mazelas sociais provocadas pelo seu direcionamento político-ideológico. Conforme Cabral e Faria (2022, p.03), nesse período " vivemos a negação da ciência, o fundamentalismo religioso, o desrespeito e desvalorização da vida".

Cabral e Faria (2022) destacam que a estratégia das IFES para continuidade das atividades acadêmicas foi o Ensino Remoto Emergencial, adotado pelas 69 unidades de ensino. Entretanto, como salientado por Saviani e Galvão (2021), essa medida adotada pelas IFES durante o ERE aponta para o atendimento aos interesses do mercado à medida que a desigualdade educacional se apresentava através da falta das condições de acesso às novas tecnologias de ensino que passaram a preponderar no desenvolvimento acadêmico, além da demanda de trabalho para os servidores que reconfiguraram seus lares, instalando o espaço institucional neles.

Os (as) discentes, através de suas respostas ao formulário *Google Form*s e as entrevistas realizadas, confirmam os resultados de estudos de Cabral e Faria (2022) que analisaram os impactos do ERE na perspectiva dos (as) estudantes de graduação da Universidade Federal do Acre; de Passos *et al.* (2023) que retratam a concepção dos discentes de uma escola de ensino superior sobre o reflexo do ERE; e os de Menegaldi-Silva (2022) acerca da saúde mental de estudantes universitários brasileiros na pandemia.

Os resultados da pesquisa mostraram o perfil dos discentes entrevistados e aspectos que configuram o grau de vulnerabilidade dos mesmos. Faz-nos enxergar e constatar que a identidade racial dos estudantes que estão nas instituições públicas de ensino superior mudou, quando a maior parte são pessoas autodeclaradas pardas; contudo ainda confirma que essas são hipossuficientes e dependentes de políticas afirmativas advindas do Estado para garantia do direito à educação, tornando-se, nesse sentido, ainda necessário transversalizar essas categorias, cor da pele e vulnerabilidade socioeconômicca, ao analisar a desigualdade educacional.

A pesquisa mostrou que dentre os respondentes existe uma heterogeneidade quanto à realidade dos sujeitos evidenciada quando ao recorte social e que essa está relacionada à localização dos domicílios. Ou seja, há uma estreita relação entre vulnerabilidade socioeconômica, cor da pele e domicílio de origem. Esses fatores foram evidenciados como obstáculos postos na pandemia e nas formas de enfrentamento para os discentes e suas famílias de origem que possuem domicílios, principalmente, em área rural; tornando-se maior do que para aqueles e aquelas estudantes que estão localizados em área urbana. Os resultados mostraram que o impacto da pandemia para esses (as) estudantes foi maior no período do ERE em decorrência das dificuldades de acesso a mecanismos básicos para inserção no formato criado para manutenção das atividades acadêmicas.

Observa-se mediante esses resultados que a discrepância entre as realidades de quem reside em área rural e área urbana demanda a ruptura com uma visão urbanocêntrica encontrada nas pesquisas acerca das realidades e, consequentemente, do desenvolvimento de políticas

sociais. Embora a instituição do REUNI tenha ocorrido em 2007, mediante Decreto 6.096, as pesquisas realizadas pelo FONAPRACE acerca do perfil dos (as) graduandos (as) assistidos (as) (as) pelo PNAES, provenientes de área rural, limita-se a um perfil que não contemplam as diferenciações dos (as) estudantes rurais e urbanos.

Outra constatação refere-se à relação dos impactos da pandemia, as ações do PNAES já existentes e aquelas desenvolvidas de forma imediata para minimização da desigualdade educacional a qual reafirma as abordagens que dizem respeito à importância das ações pecuniárias da política de assistência estudantil perante os reflexos da pandemia. A bolsa de apoio acadêmico e o auxílio emergencial de inclusão digital, assim como outras ações não pecuniárias do PNAES, formaram um conjunto de medidas que contribuíram com o acesso e a permanência dos (as) estudantes no espaço acadêmico antes visto como não pertencente, garantido, desta forma, o direito à educação superior pública. Entretanto, a implantação dessas ações não possibilitou a inclusão da totalidade daqueles (as) que delas necessitam da política. Essa impossibilidade se dar mediante os seguintes obstáculos mencionados pelos (as) discentes: 1) houve dificuldade quanto ao uso das tecnologias adquiridas através do AEID; 2) a ineficiência das formas de conexão à internet, instrumento determinante para acesso às atividades acadêmicas, principalmente as vinculadas ao ensino e pesquisa, foi apontada como uma das principais dificuldades encontradas; 3) as estratégias de realização do ensino deixaram a aprendizagem à mercê de seus objetivos.

Os obstáculos citados, determinados pela pandemia, não se limitam às ações do PNAES citadas anteriormente. Existe um conjunto de fatores que articulados implicaram na forma do processo de organização estrutural e emocional dos membros das famílias dos (as) discentes que fazem parte da política de assistência estudantil da UAST. Em meio a isso, inclui-se a (re) organização da dinâmica acadêmica por parte desses sujeitos na tentativa de permanecerem ativos na academia.

As entrevistas confirmaram que, em algumas realidades sociais, o reordenamento do ambiente domiciliar foi determinado pelo maior distanciamento da falta de garantia ao acesso a direitos sociais na pandemia que demandou a busca por emprego, ensejando na desistência de uma parcela de estudantes. Nelas também foram identificadas poucas falas que relacionasse a situação vivenciada com o contexto político-econômico instalado no país o que pode contribuir para a conformidade e enfraquecimento das instâncias de representação dos (as) estudantes, assim como para a paralisia crítica que pode impedir a ampliação e a efetividade do PNAES.

O contexto político-econômico que permeia a condução das ações imediatas para dirimir a desigualdade social na pandemia tornou essas ações insuficientes, apesar de

necessárias, como, por exemplo, quando identificado nos resultados o uso da bolsa de apoio acadêmico para suprir necessidades garantidas constitucionalmente como a alimentação, enquanto impacto indireto dos programas da assistência estudantil.

A política de alimentação faz com que haja o reconhecimento das demandas dos estudantes através da organização estudantil institucionalizada e do direito à alimentação como condição para a saúde, nutrição e bem-estar, necessários ao desempenho acadêmico. Assim, é possível considerar que os resultados da presente pesquisa, no que se refere aos aspectos que perpassam o direito à alimentação, justificam a expectativa criada pelos (as) estudantes sobre a implantação do RU na unidade.

Além disso, a PROGESTI, ao considerar os resquícios do cenário anterior, promoveu o reajuste dos programas por meio da Resolução CONSU/UFRPE nº 447 de 16 de junho de 2022. Com isso, os relatos mostraram que os (as) discentes consideraram o atual valor significativo para manutenção.

Diante disso, conclui-se que os impactos da pandemia, na realidade e sob o prisma dos sujeitos respondentes assistidos (as) pelo PNAES na UAST, confirmam o que fora apontado no referencial teórico acerca das políticas de educação no contexto ultraneoliberal, especificamente na pandemia do Covid 19. A realidade exposta por esses (as) discentes no contexto da pandemia, assim como o perfil deles (as) retratam que o PNAES se efetiva igualmente as demais políticas sociais, balizadas pelo ideário liberal, demandando a constante reconfiguração das formas de enfrentamento da desigualdade educacional.

No decorrer da finalização deste trabalho, após as eleições de 2022 houve alguns avanços nas políticas afirmativas de âmbito local e nacional: na UAST, em 26 de outubro de 2023 foi inaugurado o Restaurante Universitário (RU) na UAST. Com isso, firma-se concretamente uma das políticas mais importantes do PNAES, uma vez que contribui com um direito substancial ao ser humano. O RU pode ser acessado por todos os (as) discentes matriculados (as) na Unidade Acadêmica de Serra Talhada, da graduação e pós-graduação, com valores que variam entre R$3,00 e R$3,50, além disso houve o aumento dos valores de auxílios e bolsas, conforme citado; em âmbito estadual o PE no campus foi reajustado de R$ 1.100,00 para 1.240, nos primeiros 12 meses, e de R$ 440,00 para R$ 620,00, para o segundo ano; em âmbito nacional, houve reajuste do PBP de R$ 900,00 para R$ 1.400,00.

Apesar desses esforços, após o retorno às atividades presenciais, surge o seguinte questionamento: após o retorno às atividades acadêmicas presenciais, de que forma as Instituições Federais de Ensino Superior têm se organizado efetivamente para atender a um

perfil de discentes que carrega em suas realidades resquícios de uma gestão governamental que aprofundou a desigualdade social e que interfere diretamente no ensino?

Pensar nessas questões requisita uma organização principalmente das representações do público-alvo da política de educação superior pública. Por outro lado, as gestões e as categorias profissionais que estão na execução das políticas precisam compreender que as ações voltadas para esse público devem iniciar a partir da construção de instâncias democráticas e, por isso, descentralizadas, através de espaços que promovam discussões e (re) construções de políticas estudantil que considerem as reconfigurações das realidades existente, e que, para isso, é imprescindível conhecer o público para o qual se destinarão essas ações.

Por fim, com as análises dos dados aqui desenvolvidas, compreendemos que a igualdade de condições de acesso e a universalização da política de assistência estudantil, ensejadas mediante políticas sociais construídas pelos seus usuários, estão distantes de ser materializadas na sociedade capitalista. Mas também se verifica a necessidade de se buscar estratégias que contribuam para o debate com a comunidade acadêmica acerca dessas possibilidades nos espaços sócio ocupacionais. A busca por estratégias é imprescindível para uma constante reafirmação da política de educação superior pública de qualidade que permita a construção da assistência ao estudante a partir da realidade vivenciada pelo seu público, que caminhe para a construção de políticas mais eficazes possibilitando a articulação às demais políticas sociais.

## REFERÊNCIAS


ALENCAR, Maria Mônica Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil nos anos de 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: **Política social, família e juventude: uma questão de direitos.** São Paulo: Cortez, 2004.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. **In: ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências.** CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

ALVES FILHO, Antonio; ARAÚJO, Fabio Resende; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; MACEDO, Marconi Neves. **Universidades Públicas Federais no Enfrentamento ao Coronavírus: mobilização e construção de capacidades e lições aprendidas**. Natal: EDUFRN, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30222. Acesso em 20 de maio de 2023.

ALVES-MAZZOTTI, A.J. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. **In. Cadernos de Pesquisa, São Paulo**, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/BdSdmX3TsKKF3Q3X8Xf3SZw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 de ago. 2023.

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta.** Paidéia (Ribeirão Preto). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, n. 2, p. 61-69, 1992. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/29512. Acesso em: 20 jun. 2023.

AMARAL, Nelson Cardoso. Dois anos de desgoverno – os números da desconstrução. **In. A Terra é Redonda**, v. 8, n. 4, p. 21, 8 abr. 2021.

ANTUNES, Ricardo (org.). 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado e serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Educação e Sociedade, Campinas, vol.25, n.87, p. 335-351. maio/ago. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 09 de mar 2023.

ARAÚJO, Aline *et al.*. **Subsídios para atuação do (a) assistente social na análise socioeconômica no âmbito da assistência estudantil das instituições federais de ensino superior.** Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; MACEDO, Marconi Neves. O desmonte da educação superior no governo Bolsonaro. **IX Encontro Brasileiro de Administração Pública,** São Paulo, 2022. Disponível em: https://sbap. org.br/ebap-2022/358.pdf. Acesso em: 10 fev 2023.

ALTMAN, Helena. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro: retrocesso Democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, José D'Assunção. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades**. In. Revista Brasileira de Educação. Vol. 23, 2018.** Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/djdgg7bsmyr5RGvFTcY37dv/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 23 mar. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOLSONARO, J. M. **O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo**. 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. **In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. Brasília: CGU, 2022. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/. Acesso em: 05 mai. 2023.

_____. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federai**s – REUNI, 2007. Disponível em: Decreto 7.234/10 http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841. Acesso em: 03 out. 2022.

_____. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil** – PNAES, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 03 out. 2022.

_____. Senado Federal. Proposta de Emenda Constitucional nº 23, de 2021.

_____. Lei 12.550, de 15 de dezembro de 2011. **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12550.htm. acesso em: 13 fev. 2023.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá**

**outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 23 fev 2023.

_____. Lei nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm**.** Acesso em: 23 mar 2023.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 19996. **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013. **Programa de Bolsa Permanência.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/programas-e-acoes/programa-bolsa-permanencia/68911-portaria-389-09052013/file. Acesso em: 15 mai. 2023.

_____. Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004. **Renda básica de cidadania.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.835.htm. Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Programa Bolsa Família.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-normaatualizada-pl.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

_____.Projeto de lei nº 3.076, de 2020. **Programa Universidade e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se.** Disponível em:https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2259183&filename=Avulso%20PL%203076/2020. Acesso em: 23 mar. 2023.

_____. Ministério da Educação. Relatório. **Programa de apoio a planos de reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. 2008. Disponível em http://reuni.mec.gov.br Acesso em: 26 mar. 2023.

_____. Controladoria Geral da União. **Assistência ao Estudante de Ensino Superior.** Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/programas-e-acoes/acao/4002-assistencia-ao-estudante-de-ensino-superior?ano=2021. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRITO, Ribeiro dos Santos de Sá; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **In. Cadernos de saúde pública.** p. 1-18. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/QsKwnNkdFdDrbpBcVYGcYwz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 abr. 2023.

CABRAL, Grace Gote; FARIA, Lenildo Rego Albuquerque. Perspectiva dos estudantes sobre o ensino de didática no modo remoto. **Roteiro**, *[S. l.]*, v. 47, p. e30270, 2022. DOI: 10.18593/r.v47.30270. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/30270. Acesso em: 4 ago. 2023.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Iramuteq: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. **In**. Temas em Psicologia – 2013, Vol. 21, nº 2, 513-518. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. **Tutorial para uso do software de análise textual Iramuteq**. [Florianópolis]: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013b. 18p. Disponível em: http://www.Iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais. Acesso em: 20 jun. 2023.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **In. Rev. Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF) 2004 set/out. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/. Acesso em: 02 mai 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução Nº510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: http://com selho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

CARDOSO, Bruno Baranda. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **In. Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.54, n.4, jul./ago. 2020. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/38235. Acesso em: 24 mai. 2023.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob *et al.* A privatização do estado brasileiro e o financiamento das universidades e da ciência & tecnologia no governo Bolsonaro. **In. Ver Bras. Polít. Adm. Educ.,** Vol. 38, n. 01, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/itala/Downloads/daniela_lima,+RBPAE_v_38_n_01_2022+-+ARTIGO+01_122760.pdf. Acesso em: 05 jan 2023.

CISLAGHI, Juliana Fiuza *et al.* Não é crise, é um projeto: a polótica de educação do Governo Bolsonaro. **In. 16ºCongresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Seção: Política Social e Serviço Social. Brasília, 2019. Disponível em: https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/764. Acesso em 03 mar 2023.

CUNHA, Maria Soares *et. al.* Políticas de Assistência Estudantil no contexto da pandemia do covid 19 para permanência discente. **In. Revista de Estudos e Pesquisas sobre ensino tecnológico.** Vol. 8, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/itala/Downloads/Pol%C3%ADticas+de+Assist%C3%AAncia+Estudantil,+no+Contexto+da+Pandemia+da+Covid-19,+para+Perman%C3%AAncia+Discente%20(2).pdf. Acesso em: 14 de jan 2023.

Demo, Pedro. **Pobreza Política**. 4 ed. São Paulo: Autores associados, 1994.

_____. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª ed. Editora Atlas S.A. São Paulo: 1995. Disponível em: https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Demo_Pedro._Metodologia_cient%C3%ADfica_em_Si%C3%AAncias_Sociais.pdf. Acesso em: 15 mai 2023.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **In. Aval. pol. públ. Educ.** Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO. Orçamento inicial de 2020 reduz nominalmente os recursos disponíveis em mais de metade das IFES. 2019. Disponível em: https://www.apufsc.org.br/wp-content/uploads/2021/09/2.-Estatuto-PROIFES.pdf. Acesso em: 26 mai. 2023..

FONAPRACE/ANDIFES. **I Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior.** Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 1997. Disponível em: https://www.andifes.org.br/?p=88759 Acesso em: 26 jun. 2023.

**_____**. **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2004. Disponível em : https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/II-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023

**_____**. **III Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2011. Disponível em: https://www.andifes.org.br/?p=88767. Acesso em: 26 jan. 2023

**_____**. **IV Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/IV-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf. Acesso em 26 jan. 2023.

**_____**. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) da IFES**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf. Acesso em 26 jan. 2023.

**_____**. **II Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil** – um mapeamento de capacidades e instrumentos. Brasília: ANDIFES, 2018. Disponível em: https://www.andifes.org.br/?p=88796. Acesso em: 26 jan. 2023

**_____**. PROEX/UFU. **Revista Comemorativa 25 Anos** : histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: EDUFU, 2012. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf . Acesso em: 02 ago. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista d.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

Iamamoto, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** Capital financeiro, trabalho e questão social. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A Questão social no capitalismo**.** In: **Temporalis**. ABEPSS, Brasília, nº 3, 2001.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). A conta do desmonte: balanço do Orçamento Geral da União 2021. Brasília: INESC, 2022. Disponível em: https://www.Inesc.Org.Br/. Acesso em: 30 de abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Revista. **Somos todos iguais? O que dizem as estatísticas?.** nº 11 mai 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf. Acesso em: 03 ago. 2023.

_____. **Características étnicos-raciais da população: classificação e identidade.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 208 p. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_quilombola/ibge_caracteristicas.pdf. Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021: características gerais dos moradores. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 8 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo. pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise** n. 68. 13 p. Brasília: Ipea; 2020. Disponível em:https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11561/22/218212_LV_Impactos_Cap18.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

JUNIOR, William Pessoa da Mota; MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. **In. Educação & Realidade.** Vol. 39, n.4, p. 1137 – 1152, out/dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/bgZNpXhs47jqmwpP6FDqLgF/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Segundo%20Leher%20(1999)%2C%20o,(FMI)%20e%20do%20BM. Acesso em: 08 mar. 2023.

KONCHINSKI, Vinicius. **Universidades federais perdem 12% do orçamento durante o governo Bolsonaro. Brasil de Fato**. 2022. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/universidades-federais-perdem-12-do-orcamento-durante-governo-bolsonaro/Acesso em: 03 jun. 2023.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 180f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137. Acesso em: 10 jul. 2023.

LEITE, Josimeire de Omena. A particularidade da assistência ao estudante universitário na contemporaneidade brasileira. **In. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.**

LONGO, Isis Souza. **Conselhos Tutelares e Escolas Públicas de São Paulo: O diálogo preciso.** Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. USP: 2008.

LOPES DA SILVA, Eduardo Jorge; ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos; CARVALHO, Waldênia Leão de. O ensino superior durante a pandemia de COVID-19 no Brasil: os fatores que influenciaram a participação estudantil. **Arquivos de Pesquisa em Educação e Inovação em Aprendizagem** , [Sl], n. 29, pág. 102-115, julho de 2022. ISSN 2659-9031. Disponível em: < https://ojs.uv.es/index.php/realia/article/view/23738 >. Data de acesso: 15 nov. 2023. doi: http://dx.doi.org/10.7203/realia.29.23738 .

MACHADO, Fernanda Meneguini. **O financiamento da assistência estudantil na UFES no contexto de contrarreforma da educação superior.** 138 p. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Política Social). UFES. Vitória: 2016. Disponível em: https://dissertacaomestrado.com.br/como-referenciar-dissertacao-de-mestrado-abnt/. Acesso em: 18 jul. 2023.

MARIANO, Cyrana Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre**. In.Revista de Investigações Constitucionais.** Vol. 4, núm. 1, pp. 259-281, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5340/534057803011/html/. Acesso em 30 de abril de 2023.

MARQUES, Sebastião Rodrigues; FERREIRA, Valdinei Nunes. As repercussões da crise do capital para a assistência estudantil nas universidades federais em tempos autocráticos do governo Bolsonaro. **In. VII Congresso Nacional de Educação.** Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA121_ID8370_05112021170550.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** In. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/abstract/?lang=pt. Acesso em 10 de maio de 2023.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2ª ed. 2008.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MINAYO, M.C.C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 24ª ed. Editora Vozes: Petrópolis, 2004.

MONTAÑO, C. E. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker; SANTOS, Ronaldo Teodoro dos. Cidadania regulada e era Vargas: a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos e sua fortuna crítica. **In. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 33, nº 71, p. 539-558, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eh/a/YC5NhQNKLyLL4dB9tJmw5wL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 2m dez. 2022

MOURA, Aline de Carvalho; CRUZ, Andreia Gomes da Cruz. As políticas educacionais e o agravamento da desigualdade social: considerações acerca do governo Bolsonaro. **In. Rev. Trabalho, Política e Sociedade.** vol. 7, nº 12, p. 01 -19, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/itala/Downloads/624_Dossie_Moura.pdf. Acesso em 23 mai de 2023.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In:* MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 51-66.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social**.** In: **Temporalis**. ABEPSS, Brasília, nº3, 2001.

NORONHA, Maressa Maelly Soares; PARRON, Stênio Ferreira. **A evolução do conceito de família**. ([s.d.]) .Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115104.pdf. Acesso em: 15 mai. 2023. Brasil. **In. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas.** São Luiz/Maranhão, 2015. Disponível em: http://www.joinpp. ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/desigualdade-social-uma-trajetoria-de-insistencia-no-brasil.pdf. Acesso em: 12 jan 2023.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Educação superior no Brasil e desigualdade (1964 – 2019): entre construções e reformas. **In. Revista de Ciências do estado.** Vol. 7, n.1. São Paulo: 2022. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e35110/e35110. Acesso em: 23 abr 2023.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita. Desigualdade Social: uma trajetória de insistência no Brasil. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Cidade Universitária da UFMA, São Luiz/Maranhão, 2015. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/desigualdade-social-uma-trajetoria-de-insistencia-no-brasil.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório anual.** 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-03/ONU_Brasil_Relatorio_Anual_2022.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

OXFAM BRASIL. A desigualdade mata. São Paulo: Oxfam, Brasil, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/itala/Downloads/Nota-Metodologica-A-Desigualadade-Mata.pdf.. Acesso em: 30 mar 2023.

_____.A pandemia da desigualdade no Brasil: Oxfam, Brasil, 2022. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/blog/a-epidemia-de-desigualdade-no-brasil/. Acesso em: 30 mar 2023.

PASTORINI, Alejandra. A Categoria "***Questão Social" em Debate***. Cortez Editora. 3ª edição.2010. São Paulo, 2010.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**. São Paulo: Xamã, 2009.

PEREIRA, Pollyanna Souza; LAGES, Alexandre Rodrigues. Análise do discurso aplicada às políticas públicas. **In. EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GOMES, Bruno Martins Augusto (org.). Métodos qualitativos e quantitativos para análise de políticas públicas.** 1ª ed. Editora Motres: Salvador, 2023.

PILATTI, Luiz Alberto *et al.* As demandas das universidades federais brasileiras para o quadriênio 2023/2026. **In. Avaliações.** Campinas, v. 27, n. 03, p. 553-570, dez. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/7nMRG8Fxbwb8sMGDcFf64qx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2023.

PINTO, Juliana de Fátima; SANTOS, Leonardo Tadeu dos. **Administração Pública no Século XXI: caminhos para alguma reforma?.** Revista de Administração Pública e Gestão Social, 9(3), jul.-set., 2017, p. 205-215. Disponível: https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5141/pdf. Acesso: 30 abr. 2023.

REDE PENSSAN. VIGISAN, **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2020. Disponível em: https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. **Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil.** 2023. Disponível em: https://oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome-2022/. Acesso em: 30 set. 2023.

RIBEIRO, Júnior Amaury. **A privataria tucana.** São Paulo: Geração Editorial, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SALVIATI, Maria Elisabeth. **Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3).** Planaltina, 2017. Disponível em: http://www.Iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-Iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati. Acesso em: 17 ago. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES, nº 135, Centro de Estudos Sociais, Coimbra: janeiro, 1999. (documento de trabalho). Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11020. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **In: Lua Nova**, n. º 39, 1997. Pp. 105-124.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da "questão social" no capitalismo brasileiro**. Tese Doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS. W.G. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Petrópolis: Campus, 1979.

SANTOS *et al.* (2020). Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de Covid-19. **In. Cad. Saúde Pública.** Disponível em : https://www.scielo.br/j/csp/a/W7bdfWDGNnt6jHCcCChF6Tg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 ago. 2023.

SANTOS, M. E. de M.; JIMENEZ, S.; GONÇALVES, R. M. de P. A produção e a gestão da pobreza: das relações entre capital, estado e educação. **In: NOMERIANO, A. S. et al. (org.). As políticas educacionais no contexto dos limites absolutos do Estado e do capital em crise**. Maceió: Coletivo Veredas, 2017. p. 55-73.

SCHWARTZ, E.; NOGUEIRA, V. M. R. Exclusão social: a desigualdade do século XX. **In. Ser Social**, *[S. l.]*, n. 6, p. 95–118, 2009. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12851. Acesso em: 20 mar. 2023.

SAVIANI, Demerval. História da Escola Pública no Brasil: Questões para pesquisa. In: **A Escola Pública no Brasil:** História e Historicidade. São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

SETUBAL, Aglair Alencar. A **ineliminável relação da pesquisa com a produção do conhecimento científico**. In_____. Pesquisa em serviço social: utopia e realidade. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Cecília M. de; EVANGELINA, Olinda. **Política educacional.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; EK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Renato Luz; RIBEIRO, Paulo Ricardo; ANDRADE, Mayse de Oliveira. O descaso com a política educacional no governo Bolsonaro. **In. Políticas educacionais no governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes.** p. 161-174, 2022. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/j.ctv2v88c2n.12. Acesso em 30 abr 2023.

SILVA, Antônio Fernando de Souza; SILVA, Rosemeri Presser Savoff Souza. Da ditadura ao future-se: a política de expansão das instituições federais de ensino superior no Brasil. **In. Revista Conexão na Amazônia.** Vol. 3, n. 2, 2022. Disponível em: https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero9/Comunicacao/EIXO%202%20PDF/AntonioFernandodeSouzaeSilva-E2com.pdf. Acesso em: 15 mar 2023.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral; OLIVEIRA Raquel Gusmão. FUNÇÕES E TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA AO LONGO DA HISTÓRIA. **In. I Encontro Paranaense de Psicopedagogia** – ABPppr – nov./2003. Disponível em: https://www.tjpe.jus.br/documents/72348/118733/SIMIONATO_OLIVEIRA_Fun%C3%A7%C3%B5es+e+transforma%C3%A7%C3%B5es+da+fam%C3%ADlia+ao+longo+da+hist%C3%B3ria.pdf/d831ed8d-35e9-4eb1-a7dc-e607d0d7c65e?version=1.0. Acesso em: 15 mai. de 2023.

LOPES DA SILVA, Eduardo Jorge; ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos; CARVALHO, Waldênia Leão de. O Ensino Superior durante a pandemia de COVID-19 no Brasil: fatores que influenciaram a participação estudantil. **Arquivos de Pesquisa em Educação e Inovação em Aprendizagem** , [Sl], no. 29, pág. 102-115, julho. 2022. ISSN2659-9031. Disponível em: < https://ojs.uv.es/index.php/realia/article/view/23738/20997 >. Data de acesso: 17 de novembro 2023 doi: http://dx.doi.org/10.7203/realia.29.23738 ..

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** 2º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência Social: de ação individual a direito social.** Revista Brasileira de Direito Constitucional. RBDC, nº 10, p. 435-458, 2007. Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

_____. A Assistência social: de ação individual a direito social. **In. Revista Brasileira de Direito Constitucional**, São Paulo, n. 10, p. 435-458, jul./dez. 2007.Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; MEIRA, Paulo de Tarso. S. São Paulo: Rede Brasileira de Renda Básica, 2022. Disponível em: https://rendabasica.com.br. Acesso em: 15 abr. 2023.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira *et al.*. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. Desigualdade social: uma trajetória de insistência no

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; NEVES, Maria Luzia Cardoso. Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes. **In. Estudos IAT.** Vol. 4, n.2, p. 310-329, set, 2019. Disponível em: http://estudosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/viewFile/153/201. Acesso em: 23 mar 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Balança da Fiscalização do Auxílio Emergencial.** Set/2020. Relator: Ministro Bruno Dantas. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/4B/12/02/82/6CD33810B4FE0FF7E18818A8/00_cartilha_auxilio-emergencial_TCU_2022.pdf. Acesso em: 20 mar 2023. carsi

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Define normas para concessão de auxílio e concessão à saúde para discentes de graduação presencial da UFRPE. Resolução n. 140 de 04 de dezembro de 2018. Disponível em: http://www.proges ti.ufrpe.br /sites/www.progesti.ufrpe.br/files/resolu%C3%A7%C3%A3o%20140-2018.pdf. Acesso em: 05 mar. 2020.

_____. Revoga a Resolução Nº 327/2008 deste Conselho, a qual aprova o Regimento das Residências Universitárias e dá outras providências. Resolução nº 108/2016 de 04 de outubro de 2016. Disponível em: http://www.progesti.ufrpe.br/sites/www.progesti.ufrpe.br/files/RECU108.2016%20%20REGIMENTO%20DAS%20RESID%C3%8ANCIAS%20UNIVERSITARIAS%20DA%20UFRPE%20CORRETA.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. Define normas para concessão de Auxílio de Atenção à Saúde para discentes de Graduação presencial da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Resolução n. 140, de 17 de dezembro de 2018. Disponível em: http://www.pr ogesti.ufrp e.br/sit es/www.proges ti.ufrpe.br/files/R ESOLU%C3 %87%C3%8 3O%20189.2 019%20%20 ALTER A%20R ESOL.%2 0109.2019 %20PROGRA MA%20DE%20P ROMO%C3%87% C3%83O%20AO%20ESPORTE.pdf. Acesso em: em 05 nov. 2022.

_____. Aprova novas normas para o Programa de Promoção ao Esporte, através da concessão de Auxílio Atleta para discentes de cursos de graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco e dá outras providências. Resolução n. 189, de 17 de dezembro de 2019. Disponível em: http://www.pr ogesti.ufrp e.br/sit es/www.proges ti.ufrpe.br/files/R ESOLU%C3 %87%C3%8 3O%20189.2 019%20%20 ALTER A%20R ESOL.%2 0109.2019 %20PROGRA MA%20DE%20P ROMO%C3%87% C3%83O%20AO%20ESPORTE.pdf. Acesso em: em 05 nov. 2022.

_____. Aprova novas normas do Programa de Apoio ao Discente – PAD, da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Resolução n. 190, de 17 de abril 2019. Disponível em: http://www.pro gest i.ufrpe.br/sites/www.progesti.ufrp e.br/files /021-2017.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. Indicadores, pesos, formas de pontuação e procedimentos de classificação para seleção de candidatos ao programa Residência Universitária. Resolução n. 185, de 2019. Disponível em: http://www.progesti.ufrpe.br/sites/www.progesti.ufrpe.br/files/RESOLU%C3%87%C3%83O%20185.2019%20%20ANEXO%20I%20%20%20ALTERADO%20DA%20RESOL.%20108.2016%20CONSU.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

_____. Aprova novas normas para concessão do auxílio moradia da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão da Universidade Federal Rural de Pernambuco e dá outras providências. Resolução n. 188, de 17 de dezembro de 2019.. Disponível em: http://www.progesti.ufrpe.br/sites/www.progesti.ufrpe.br/files/RESOLU%C3%87%C3%83O%20188.2019%20%20%20%20%20%20%20CONCESS%C3%83O%20AUXILIO%20MORADIA.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

_____. Aprova alteração da estrutura da Pró Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão - PROGESTI desta Universidade, bem como do seu Regimento Interno. Resolução n. 007, de 15 de janeiro de 2019.. Disponível em: http://www.pro gest i.ufrpe.br/sites/www.progesti.ufrp e.br/files /021-2017.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

_____. Aprova novas normas para o Programa de Apoio ao Ingressante (PAI) nos Cursos de Graduação presencial da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Resolução n. 101, de 13 de maio de 2021. Disponível em: http://www.progesti.ufrpe.br/sites/www.progesti.ufrpe.br/files/RES_CONSU-101.21-PAI.pdf.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

_____. Define Ad referendum do CONSU, normas para concessão do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital para discentes da Graduação presencial da UFRPE, matriculados no Período Letivo Excepcional. Resolução n. 029, de 09 de julho de 2020. Disponível em:

http://www.progesti.ufrpe.br/sites/www.progesti.ufrpe.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial%20de%20Inclus%C3%A3o%20Digital.pdf.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

_____. Determina criação do Auxílio Higiene Menstrual no âmbito da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão desta Universidade. Resolução n. 131, de 04 de outubro de 2021. Disponível em: http://www.progesti.ufrpe.br/sites/www.progesti.ufrpe.br/files/RES.%20219-2022%20PRONACI.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

_____. Determina criação do Programa Acessibilidade – PA com Bolsa de Apoio Acadêmico para Acessibilidade, no âmbito da Pró-reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Resolução n. 516, de setembro de 2022. Disponível em: http://www.progesti.ufrpe.br/sites/www.progesti.ufrpe.br/files/RECEPE516.2022%20PROGRAMA%20ACESSIBILIDADE.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

_____. Homologa Resolução nº 448/2022 do CEPE, a qual cria o Programa Natureza e Cidadania - PRONACI, no âmbito da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Resolução nº 2019 de 02 de agosto de 2022.. Disponível em: http://uacsa.ufrp e.br/si tes/u acsa. Ufrpe.br/files/R esolu%C3%A 7%C 3%A3o%20216.2 013%20%20CRIA% C3% 87%C3%8 3O%20DA%20 UNID.% 20ACAD. %20DO%20CAB O%20E%20C URS OS% 20 OFERECIDO S%20 %20 UA CSA.pdf. Acesso em: 07 ago. 2019.

_____. Aprova criação da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA) Campus Abolicionista Joaquim Nabuco desta Universidade e dá outras providências. Resolução n. 216, 04 de outubro de 2013. Disponível em: http://uacsa.ufrp e.br/si tes/u acsa. Ufrpe.br/files/R esolu%C3%A 7%C 3%A3o%20216.2 013%20%20CRIA% C3% 87%C3%8 3O%20DA%20 UNID.% 20ACAD. %20DO%20CAB O%20E%20C URS OS% 20 OFERECIDO S%20 %20 UA CSA.pdf. Acesso em: 07 ago. 2019.

_____. Aprova reformulação na Resolução nº 112/2014. Resolução nº 119 de agosto de 2018. Disponível em: http://uacsa.ufrp e.br/si tes/u acsa. Ufrpe.br/files/R esolu%C3%A 7%C 3%A3o%20216.2 013%20%20CRIA% C3% 87%C3%8 3O%20DA%20 UNID.% 20ACAD. %20DO%20CAB O%20E%20C URS OS% 20 OFERECIDO S%20 %20 UA CSA.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023..

_____. Aprova alteração nas normas para concessão da Ajuda de Custo para discentes residentes, dentro do Programa de “VOLTA AO LAR” da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e 139 Inclusão da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Resolução n. 005, de 12 de janeiro de 2018. Disponível em: http://www.pr og esti.ufrpe.br/sites/www.progesti.u frpe.br/files/RE S%2000 5.2018 %20%20V OLTA %2 0A O%20LAR.pdf. Acesso em: 20 de nov. 2022.

_____. Aprova alteração da estrutura da Pró-reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão - PROGESTI desta Universidade, bem como do seu Regimento Interno. Resolução n. 007, de 15 de janeiro de 2019. Disponível em: http://www.pr og esti.ufrpe.br/sites/www.progesti.u frpe.br/files/RE S%2000 5.2018 %20%20V OLTA %2 0A O%20LAR.pdf. Acesso em: 20 de nov. 2022.

UWE. Flick. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

WILLIAM, Pessoa da Mota Junior; OLGAÍSES Cabral Maués. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. **In. Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/bgZNpXhs47jqmwpP6FDqLgF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2023.

WOICOLESCO, Gabrielle Vanessa; MORONI, Marília Costa. Assistência estudantil em tempos de pandemia da Covid-19: uma análise das ações implementadas pela UNILA. **In. Ensino Superior e COVID-19: respostas institucionais e novos desafios.** Fino Traço, 2022. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/24934. Acesso em: 05 jan. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Assistência Social na prática profissional: história e perspectivas. In. Revista Serviço Social e Sociedade. **Ética, Execução de Políticas e Democracia Participativa.** Ano XXXVII, nº 85. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. In. **Revista Temporalis.** Brasília: ABEPSS/ GRAFILINE. Ano II, nº 3, janeiro a junho de 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita *et al.* A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. **In. Serviço Social e Sociedade,** nº 140**.** p. 5-12. São Paulo: jan/ab. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7KdyBgqr46BS8KwYdvzSVgv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 mar 2023.

## APÊNDICE I - ESTRUTURA DO FORMULÁRIO GOOGLE

**Pesquisa de Mestrado acerca do Impacto da Pandemia na realidade dos discentes do PAD da UAST.**

Olá!! Eu sou Emily Rodrigues Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco. Minha pesquisa é sobre a Política de Assistência Estudantil e o seu impacto na realidade dos discentes do PAD, da UAST, sob orientação da Profª Drª. Maria Fernanda dos Santos Alencar

Para o desenvolvimento da pesquisa, torna-se necessária a coleta de informações através deste formulário. Por este motivo, envio a vocês para que possam me ajudar e contribuir com este estudo.

Como forma de contribuir com a pesquisa e, consequentemente, com a melhoria da política de assistência estudantil, sua participação, de forma voluntária, respondendo ao formulário google. Qualquer dúvida, entre em contato comigo através deste email.

O formulário estará disponível até dia 07/08/2023 Desde já agradeço a cooperação de todes.

Atenciosamente, Emily Rodrigues Silva

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Pesquisa de caráter acadêmico para elaboração da dissertação de mestrado. Após a defesa e aprovação pela banca avaliadora, os resultados podem ser publicados em Anais de Encontros Científicos ou em Revistas Acadêmicas.

**Título da Pesquisa:** O IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID 19 SOB O PRISMA DOS ESTUDANTES assistidos(as) PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA/ UFRPE.

**Participantes da pesquisa**: estudantes do PAD, da modalidade Bolsa de Apoio Acadêmico, que ingressaram nos anos de 2018 e 2019.

**Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento das informações.

**OBSERVAÇÃO IMPORTANTE**: As informações coletadas neste formulário NÃO alterarão a modalidade da bolsa de apoio acadêmico. E os nomes e contatos dos discentes NÃO serão utilizados na pesquisa, mantendo o sigilo dos participantes, por meio de nomes fictícios.

Desde já agradeço a contribuição de todes e saibam que estarão contribuindo para a reafirmação do Programa Nacional de Assistência Estudantil e para a melhoria das ações e do trabalho dos profissionais que atuam na política de assistência estudantil. Se você tiver qualquer dúvida ou precisar de mais informações, entre em contato comigo através do **email:**

**emily.rodrigues@ufpe.br**

Após esses esclarecimentos e, antes de preencher o formulário, preciso que vocês assinalem no Termo de Consentimento a opção de "Aceito participar da pesquisa".

* Indica uma pergunta obrigatória

**TERMO DE CONSENTIMENTO***

**Para dar início à pesquisa, pedimos que responda se aceita participar da pesquisa.**

**Você aceita participar da pesquisa?**

- Aceito participar da pesquisa
- Não aceito participar da pesquisa

**IDENTIFICAÇÃO DA/DO DISCENTE**

*Caso não seja assistido pelo PAD, na modalidade Bolsa de Apoio Acadêmico, não necessitará prosseguir com a pesquisa.*

Você recebe o PAD, na modalidade Bolsa de Apoio Acadêmico, e ingressou nesse programa em 2018 ou 2019? (Valor da bolsa de apoio acadêmico: R$ 448,00)*.

- Sim
- Não
-

1. **PERFIL DO/DA ESTUDANTE**

Nome completo *

Nome social (Nome como a pessoa travesti ou transsexual se identifica socialmente, de acordo com o Decreto nº 8.727/2016).

Email *

Curso *

- ADMINISTRAÇÃO
- AGRONOMIA
- BACH. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
- BACH. CIÊNCIAS ECONÔMICAS
- ENGENHARIA DE PESCA
- LICENCIATURA LETRAS/INGLÊS
- LICENCIATURA
- QUÍMICA
- SISTEMA DE INFORMAÇÃO
- ZOOTECNIA

Turno *
- MANHÃ
- TARDE
- NOITE
- INTEGRAL

Telefone (*Este item tem por objetivo facilitar o contato com o discente, quando necessário. No entanto é opcional).*

Faixa etária
- 17 a 24
- 25 a 29
- 30 a 34
- 35 a 39
- 40 a 44
- 45 a 49
- 50 anos ou mais.

Estado Civil *
- SOLTEIRO OU SOLTEIRA
- UNIÃO ESTÁVEL
- HETEROSSEXUAL
- UNIÃO ESTÁVEL
- HOMOSSEXUAL
- CASAMENTO HETEROSSEXUAL
- CASAMENTO HOMOSSEXUAL
- OUTRO:

Identidade de gênero *
- MULHER
- MULHER TRANSGÊNERO HOMEM
- HOMEM TRANSGÊNERO NÃO BINÁRIO
- OUTRO:

Orientação sexual*
- HETEROSSEXUAL
- HOMOSSEXUAL
- BISSEXUAL
- PANSSEXUAL
- ASSEXUAL
- OUTRO:

Cor *
- PRETA OU PRETO
- BRANCA OU BRANCO

- PARDA OU PARDO
- AMARELA OU AMARELO
- NENHUMA
- OUTRO:

HABITABILIDADE/MORADIA
Cidade ou Distrito de origem *

Área de origem *
- URBANA
- RURAL

Estado de origem
- ACRE
- ALAGOAS
- AMAPÁ
- AMAZONAS
- BAHIA
- CEARÁ
- DISTRITO FEDERAL
- ESPÍRITO SANTO
- GOIÁS
- MARANHÃO
- MATO GROSSO
- MATO GROSSO DO SUL
- MINAS GERAIS
- PARÁ
- PARAÍBA
- PARANÁ
- PERNAMBUCO
- PIAUÍ
- RIO DE JANEIRO
- RIO GRANDE DO NORTE
- RIO GRANDE DO SUL
- RONDÔNIA
- RORAIMA
- SANTA CATARINA
- SÃO PAULO
- SERGIPE
- TOCANTINS

É membro de comunidades, povos tradicionais ou do campo
- NÃO
- QUILOMBOLA
- INDÍGENA
- RIBEIRINHO
- POVOS DE TERREIRO

- CIGANOS
- ASSENTADOS
- OUTRO:

A casa da família de origem é: *
- PRÓPRIA
- CEDIDA
- ALUGADA
- OUTRO:

A estrutura da casa de origem é de: *
- ALVENARIA (TIJOLOS, CIMENTO...)
- TAIPA
- MADEIRA
- OUTROS:

Condições de acesso à residência de origem*
- FÁCIL ACESSO
- DIFÍCIL ACESSO

Tem acesso à água*
- ENCANADA
- POÇO ARTESIANO
- CISTERNA
- SOMENTE CARRO PIPA
- OUTRO:

Tem acesso à energia elétrica *
- SIM
- NÃO

Na residência de sua família de origem tem: *
- SANEAMENTO BÁSICO
- ESGOTO
- FOSSA
- VALA A CÉU ABERTO
- OUTRO:

Atualmente, você reside em:
- FAMÍLIA DE ORIGEM OU SOZINHO (A) EM OUTRA CIDADE FORA DE SERRA TALHADA
- FAMÍLIA DE ORIGEM OU SOZINHO (A) EM SERRA TALHADA
- SOZINHO (A) OU DIVIDE ESPAÇO COM PESSOAS EM SERRA TALHADA POR CAUSA DOS ESTUDOS
- SOZINHO (A) OU DIVIDE ESPAÇO COM PESSOAS EM OUTRA CIDADE QUE NÃO É SERRA TALHADA POR CAUSA DOS ESTUDOS

- OUTRO:

Onde você reside atualmente, há condições de estudo? *
- SIM. EXISTE UM ESPAÇO ONDE EU CONSIGO ESTUDAR TRANQUILAMENTE
- SIM. EXISTE UM ESPAÇO ONDE EU ESTUDO NO LUGAR QUE RESIDO, MAS NÃO TENHO PRIVACIDADE
- NÃO. ESTUDO NA UNIVERSIDADE NÃO.ESTUDO EM OUTROS ESPAÇOS.
- OUTRO:

## 3. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

*Considerar os membros da sua família de origem ou as pessoas com quem divide o mesmo teto.*

- Unipessoal (só você)
- De 02 a 04 membros
- De 05 a 07 membros
- De 08 a 10 membros Acima de 10 membros

Componentes da família de origem *
- Não considero ninguém minha família
- Só tenho mãe, meu pai não reside na casa onde moro ou morava.
- Só tenho pai, minha mãe não reside na casa onde moro ou morava
- Tenho pai e mãe que residem juntos na mesma casa
- Moro com outros parentes Moro com meu companheiro (a) Outro:

Possui idosa (s) ou idoso (s) na família de origem? (Pessoa acima de 60 anos, * conforme Estatuto do Idoso)
SIM
NÃO

Possui gastos com pessoa (s) idosa (s)? *
- NÃO
- SIM, ATÉ DE R$ 330,00 POR MÊS
- SIM, ENTRE R$ 331,00 E R$ 660,00 POR MÊS
- SIM, ENTRE R$ 661,00 E$1320,00 POR MÊS
- ACIMA DE R$1320,00

Possui criança da primeira infância na família de origem? (Criança até 05 anos * de idade)
- SIM
- NÃO

O ou a estudante tem filho (s) ou filha (s)? *
- NENHUM OU NENHUMA 01
- 02
- 03

- MAIS DE 03

**4. RENDA FAMILIAR**

Quais funções ou vínculos de trabalho são exercidos pelos membros da família *(Caso necessário, marque mais de um item).**
*Marque todas que se aplicam.*

- AUTÔNOMO OU AUTÔNOMA/INFORMAL/CONTRATO TEMPORÁRIO
- AGRICULTOR OU AGRICULTORA (PRINCIPAL FONTE DE RENDA)
- EMPREGADO OU EMPREGADA EM ALGUM ÓRGÃO OU INSTITUIÇÃO
- SERVIDOR OU SERVIDORA PÚBLICA
- APOSENTADO OU APOSENTADA
- OUTROS

A soma da renda de todos os membros da família é igual a: *

- De 0 a R$ 1.320,00
- De R$ 1.321,00 a R$ 1.980,00
- De R$ 1.981,00 a R$ 2.640,00
- De R$ 2.641,00 a R$ 3.300,00
- Acima de R$ 3.300,00

Atualmente, algum membro da família faz parte de algum programa de transferência de renda? *

- NÃO
- PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
- BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS)
- OS DOIS: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

**5. CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA UAST**

Qual ou quais transporte (s) utiliza para chegar à UAST?(Caso utilize mais de um transporte, pode marcar mais de uma opção).*

*Marque todas que se aplicam.*

- OS ÔNIBUS DA UNIVERSIDADE, PORQUE MORA EM SERRA TALHADA PÚBLICA.
- A PREFEITURA DA CIDADE OFERECE
- PARTICULAR, MAS A PREFEITURA DA CIDADE "AJUDA".
- PARTICULAR.
- NÃO RECEBE "AJUDA" DA PREFEITURA
- MOTO PRÓPRIA
- MOTO TÁXI
- OUTRO:

Quanto gasta com transporte?

- NADA

- De R$ 100, 00 a R$ 250,00
- De R$ 251,00 a R$ 300,00
- De 351,00 a R$ 400,00
- Acima de R$ 400,00

Caso resida em outro Estado, cidade ou distrito fora de Serra Talhada, quanto tempo gasta do local de origem até a UAST e da UAST até o local de origem (somar os gastos de tempo dos percursos de ida e volta).

- Até 1h
- Até 2h
- Até 3h
- Até 4h
- Até 5h
- Até 6h
- Mais de 6h

Quanto à alimentação *

- TENHO CONDIÇÕES PARA FAZER AS TRÊS PRINCIPAIS REFEIÇÕES (CAFÉ, ALMOÇO E JANTA)
- FAÇO AS TRÊS PRINCIPAIS REFEIÇÕES, MAS SÃO PRECÁRIAS.
- NÃO FAÇO AS TRÊS REFEIÇÕES.
- SÓ TENHO CONDIÇÕES DE FAZER UMA OU DUAS REFEIÇÕES
- OUTRO:

O valor da Bolsa de Apoio Acadêmico é suficiente para contribuir com as atividades acadêmicas?*

- SIM
- NÃO

Atualmente, faz parte de outros Programas estudantis remunerados? (Caso necessário, marque mais de um item).*
*Marque todas que se aplicam.*

- NÃO
- PIBIC
- PIBIX
- PE NO CAMPUS
- PET
- PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA (PBP - INDÍGENAS E QUILOMBOLAS)
- PIBID
- OUTRO:

Recebe ajuda de outras pessoas para me manter na UAST? *

- NÃO
- SIM

CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID 19
*As questões referem-se ao contexto de isolamento da Covid 19 (2020-2021)*

**CONDIÇÕES DE SAÚDE FAMILIAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA. ***
*(Caso haja necessidade, marque mais de um item)*
*Marque todas que se aplicam.*

- HOUVE CASO DE MORTE(S) NA FAMÍLIA
- HOUVE SEQUELAS E HOUVE/HÁ NECESSIDADE DE TRATAMENTO (S)
- HOUVE SEQUELAS, MAS NINGUÉM PRECISOU/PRECISA DE TRATAMENTO (S)
- NÃO HOUVE MORTES, NEM SEQUELAS
- OUTRO:

Houve falecimento do(s) principal (is) membro (s) que mantinha(m) financeiramente a família, por causa do vírus da covid-19?*

- SIM
- NÃO

Durante a Pandemia, você passou por alguns dos problemas abaixo mencionados, prejudicando sua saúde? (Caso haja necessidade, marque mais de um item)*
*Marque todas que se aplicam.*

- DESENVOLVEU CRISES DE ANSIEDADE DESENVOLVEU DEPRESSÃO DESENVOLVEU ALCOOLISMO
- FEZ USO DE OUTRAS DROGAS DESENVOLVEU CRISE DE PÂNICO
- HOUVE AUMENTO DA DEPRESSÃO QUE JÁ EXISTIA ANTES DA PANDEMIA
- HOUVE AUMENTO DE CRISES DE ANSIEDADE QUE JÁ EXISTIAM ANTES PANDEMIA AGRAVAMENTO DO ALCOOLISMO JÁ EXISTENTE ANTES DA PANDEMIA
- HOUVE AUMENTO DO CONSUMO DE OUTRAS DROGAS JÁ CONSUMIDAS ANTES NA PANDEMIA
- OUTRO:

**RELAÇÕES DE TRABALHO DURANTE A PANDEMIA. ***
*(Caso necessário, marque mais de um item).*
*Marque todas que se aplicam.*

- REALIZAÇÃO DE TRABALHO INFORMAL DURANTE A PANDEMIA POR CAUSA DE DESEMPREGO REALIZAÇÃO DE TRABALHO AUTÔNOMO POR CAUSA DE DESEMPREGO
- FECHAMENTO DE EMPRESA OU MICROEMPRESA POR CAUSA DA PANDEMIA DIMINUIÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL POR CAUSA DA PANDEMIA
- DIMINUIÇÃO DE VENDA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA POR CAUSA DA PANDEMIA NÃO HOUVE DESEMPREGO, MAS HOUVE DIMINUIÇÃO DO SALÁRIO
- NENHUMA DAS ALTERNATIVAS
- HOUVE PESSOAS NA FAMÍLIA DESEMPREGADAS POR CAUSA DA PANDEMIA

**RENDA FAMILIAR ***

- Houve diminuição da renda familiar
- Não houve diminuição da renda familiar

**ENDIVIDAMENTO NA PANDEMIA ***

- NÃO HOUVE ENDIVIDAMENTO
- HOUVE ENDIVIDAMENTO POR CAUSA DAS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA. O ENDIVIDAMENTO EXISTE ATÉ HOJE.
- HOUVE ENDIVIDAMENTO POR CAUSA DAS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA, MAS ACABARAM.
- OUTRO:

O endividamento foi feito para? *
*Marque todas que se aplicam.*

- COMPRAR ALIMENTOS PAGAR GÁS DE COZINHA
- COMPRAR ÁGUA (CARRO PIPA) PAGAR ENERGIA
- PAGAR TRANSPORTE
- COMPRA DE RAÇÃO PARA OS ANIMAIS QUE CRIAMOS (PORCO, CABRA, BODE, GALINHA, ETC.) MANTER A PLANTAÇÃO QUE NOS ALIMENTAMOS (FEIJÃO, MILHO, ARROZ, ETC.)
- OUTRO:

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA ***

- MINHA FAMÍLIA RECEBIA O BOLSA FAMÍLIA E RECEBEU O AUXÍLIO EMERGENCIAL
- MINHA FAMÍLIA NÃO RECEBIA O BOLSA FAMÍLIA, MAS RECEBEU O AUXÍLIO EMERGENCIAL MINHA FAMÍLIA RECEBIA O BOLSA FAMÍLIA E NÃO RECEBEU O AUXÍLIO EMERGENCIAL MINHA FAMÍLIA NÃO RECEBIA O BOLSA FAMÍLIA E NÃO RECEBEU O AUXÍLIO EMERGENCIAL

**O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO GOVERNO FEDERAL FOI SUFICIENTE NA PANDEMIA (AUXÍLIO EMERGENCIAL)***

- SIM
- NÃO
- MINHA FAMÍLIA NÃO RECEBEU

Se a resposta anterior foi "Não" descreva o porquê: _____

**ALIMENTAÇÃO NA PANDEMIA ***

- NÃO HOUVE COMPROMETIMENTO DA ALIMENTAÇÃO FAMILIAR
- A ALIMENTAÇÃO FAMILIAR FOI POUCO COMPROMETIDA.
- A ALIMENTAÇÃO FAMILIAR FOI MUITO COMPROMETIDA

*Caso a resposta anterior tenha sido "A alimentação familiar foi pouco comprometida" ou "A alimentação familiar foi muito comprometida", descreva quais as dificuldades.*

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA PANDEMIA ***

*Segundo a Lei Maria da Penha, a violência doméstica engloba a violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual.*

Houve algum tipo de violência doméstica durante a pandemia? *(Caso necessário, marque mais de um item).*
*Marque todas que se aplicam.*

- PSICOLÓGICA
- MORAL
- PATRIMONIAL
- SEXUAL
- NÃO HOUVE NENHUM TIPO DE VIOLÊNCIA
- OUTRO:

**INFRAESTRUTURA PARA ESTUDO DURANTE A PANDEMIA**

No período do Ensino Remoto Emergencial, você :*

- NÃO TEVE DIfiCULDADES PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES ACADÊMICAS
- TEVE DIFICULDADES PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES ACADÊMICAS.

ANTES DA PANDEMIA, quais equipamentos foram utilizados para estudo e participação nas atividades acadêmicas?*(Caso necessário, pode marcar mais de um item)* *
*Marque todas que se aplicam.*

- COMPUTADOR
- NOTEBOOK
- TABLET
- TABLET FORNECIDO PELO PROGRAMA DO ENSINO MÉDIO CELULAR
- EQUIPAMENTO EMPRESTADO
- LAN HOUSE
- ESPAÇOS DA UAST (BIBLIOTECA, SALA DE ESTUDOS, OUTROS...)
- OUTRO:

Quais equipamentos foram utilizados para acessar as atividades acadêmicas NA PANDEMIA, durante o ensino remoto?* *(Caso necessário, pode marcar mais de um item)*
*Marque todas que se aplicam.*

- NÃO PARTICIPEI DO ENSINO REMOTO PORQUE NÃO TINHA EQUIPAMENTO
- NOTEBOOK
- COMPUTADOR
- CELULAR
- TABLET
- TABLET OU NOTEBOOK FORNECIDO PELO PROGRAMA DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO

- EQUIPAMENTOS EMPRESTADOS
- LAN HOUSE
- OUTRO:

Qual ou quais espaços de estudo você utilizou, durante a pandemia, para a sua rotina de estudo e participação no ensino remoto?* *(Caso necessário, marque mais de um item).*
*Marque todas que se aplicam.*

- NÃO CONSEGUI ACOMPANHAR O ENSINO REMOTO SALA
- COZINHA
- QUARTO COM ESTRUTURA QUARTO SEM ESTRUTURA QUINTAL
- CASA DE PARENTE, VIZINHOS OU/ E OUTROS ESCRITÓRIO
- NÃO POSSUÍ ESPAÇO FÍSICO DELIMITADO PARA PARTICIPAR DA AULAS REMOTAS EM CASA O ESPAÇO FOI ADAPTADO
- OUTRO:

De que forma acessava as atividades remotas (aulas, conteúdos)? *(Caso necessário, marque mais de um item).*
*Marque todas que se aplicam.*

- REDE DE INTERNET EM CASA (BANDA LARGA) POR DADOS MÓVEIS DO CELULAR
- INTERNET DOS VIZINHOS
- INTERNET DE PARENTES
- NÃO TIVE COMO ACESSAR
- REDE DE INTERNET DO TRABALHO (BANDA LARGA)
- ACESSO APENAS QUANDO TEVE CRÉDITOS DE DADOS MÓVEIS –CELULAR
- ACESSO DIVIDINDO A CONTA DA INTERNET COM O VIZINHO E/OU FAMILIARES.
- OUTRO:

Quais as principais dificuldades/problemas encontrados para acompanhar as atividades remotas? *(Caso necessário, marque mais de um item).*
*Marque todas que se aplicam.*

- INTERNET LENTA E PROBLEMAS COM A CONEXÃO – INTERNET
- NÃO POSSUÍA INTERNET
- NÃO HAVIA CONDIÇÕES ESTRUTURAIS PARA O ESTUDO EM CASA TINHA QUE SE DESLOCAR PARA OUTRO AMBIENTE FORA DE CASA FAMÍLIA NUMEROSA, MUITA ZUADA
- DESCONCENTRA FÁCIL
- DIFICULDADE EM LER NA TELA DO COMPUTADOR OU CELULAR NÃO SABIA LIDAR COM O RECURSO TECNOLÓGICO
- NÃO POSSUÍA LIVROS EM CASA PARA ESTUDO COMPLEMENTAR OU REVISÃO
- DIFICULDADES EM FAZER BUSCAS EM SITES ACADÊMICOS PORQUE TINHA DE ECONOMIZAR DADOS PARA AS AULAS REMOTAS
- DIFICULDADES COM O FUNCIONAMENTO DA TECNOLOGIA DIGITAL UTILIZADA, POR EXEMPLO O CLASSRROM, O GOOGLE MEET.
- DIFICULDADE COM A INTERAÇÃO COM OS(AS) ESTUDANTES DIFICULDADE COM A INTERAÇÃO COM OS(AS) PROFESSORES(AS)
- NÃO TEVE ACESSO ÀS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL PROPOSTAS PELA UNIVERSIDADE DESEMPREGO
- CUIDAR DE FAMILIARES DEVIDO A COVID-19

- OUTRO:

Você acha que a sua aprendizagem ficou comprometida com o ensino remoto?*
- SIM
- NÃO

**IMPACTOS DOS PROGRAMAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA**

Você recebeu o Auxílio de Inclusão Digital da UFRPE? (Auxílio que ajudou na compra de equipamento para auxiliar nas atividades acadêmicas).
- RECEBI O AUXÍLIO
- PARTICIPEI DA SELEÇÃO, MAS NÃO RECEBI O AUXÍLIO
- NÃO PARTICIPEI DA SELEÇÃO

Caso tenha recebido Auxílio de Inclusão digital da UFRPE, como você o considera?*
- IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE ACADÊMICA
- IMPORTANTE, MAS MESMO ASSIM NÃO CONSEGUI COMPRAR O EQUIPAMENTO NECESSÁRIO
- IMPORTANTE, MAS UTILIZEI PARA OUTRAS NECESSIDADES NÃO TEVE IMPORTÂNCIA
- NÃO PARTICIPEI DA SELEÇÃO OU PARTICIPEI, MAS NÃO RECEBI O AUXÍLIO
- OUTRO:

Na sua família, a bolsa de apoio acadêmico tornou-se a principal fonte de renda?*
- SIM
- NÃO

O Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e/ou a bolsa de apoio acadêmico foram utilizados para outras necessidades?* *(Caso necessário, marque mais de um item).*
*Marque todas que se aplicam.*
- ALIMENTAÇÃO
- ENERGIA
- ÁGUA
- GÁS DE COZINHA
- LENHA
- MEDICAMENTOS
- NENHUMA DAS ALTERNATIVAS
- TRANSPORTE
- COMPRA DE ANIMAS
- OUTRO:

No período da pandemia, você participou de outro programa estudantil remunerado?**(Caso necessário, marque mais de um item).*
*Marque todas que se aplicam.*
- NÃO

- PIBIC
- PIBIX
- PE NO CAMPUS PET
- PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA (PBP - INDÍGENAS E QUILOMBOLAS)
- PIBID
- OUTRO:

Quais os principais aplicativos de comunicação utilizados para o acompanhamento das atividades acadêmicas? (*Caso hava necessidade, marque mais de um item).*
*Marque todas que se aplicam.*

- GOOGLE MEET
- GOOGLE DRIVE
- ZOOM
- WHATSSAP
- GOOGLE HANGOUTS
- TELEGRAM
- EMAIL
- NENHUM
- OUTRO:

Você pode nos descrever como vivenciou a pandemia, ou seja, o que mais marcou desse período?_____

**ANEXO II - QUESTÕES NORTEADORAS PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

**DATA DA ENTREVISTA: ___/____/___**

1. Quais os impactos da pandemia da covid-19 na sua realidade?
2. Como era sua realidade antes da pandemia?
3. Houve contribuição da bolsa de apoio acadêmico para a permanência nas atividades acadêmicas durante o período da pandemia?

OBSERVAÇÕES: